

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0970-1865 • 16 de Novembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1146 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalhas na Assembleia da República

SEREMOS A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Págs.
16, 17 e 18

Jerónimo de Sousa no Porto

Queremos o debate das ideias

Págs. 4 e 5



JCP
prepara
congresso
TRABALHO
REDOBRADO
ATÉ MAIO

Págs. 19 a 21

Guterres, ele próprio, o mesmo

• Artigo de
José Casanova Pág. 25

PENSÕES DE REFORMA

Um comentário
do PCP Pág. 10

Delegação do PC da China em Portugal



A convite do PCP, encontra-se em Portugal uma delegação do PC da China, dirigida por Wei Jianzing, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PCCh. Pág. 32



Termina na AR o debate do Programa do Governo

RESUMO

8 Quarta-feira

Um estudo realizado pela Universidade dos Açores revela que a contaminação global do oceano Atlântico com mercúrio aproxima-se do limite máximo considerado seguro pela Organização Mundial de Saúde ■ Cerca de 800 mineiros de Lorraine, Nordeste de França, realizam uma manifestação pelo aumento de salários ■ O responsável pela segurança de Yitzhak Rabin apresenta a sua demissão, ao mesmo tempo que o governo israelita cria uma comissão de inquérito para apurar quem assassinou o primeiro-ministro de Israel ■ O governo militar da Nigéria confirma as sentenças de morte por enforcamento contra 9 activistas da minoria ogoni ■ Francesco Musotto, presidente do governo provincial da Sicília, é detido e acusado de ligação à Máfia ■ Os EUA e a Rússia chegam a acordo sobre os moldes de participação russa na força da NATO que vai ser enviada para a Bósnia.

9 Quinta-feira

Realiza-se uma sessão de apresentação pública da candidatura de Jerónimo de Sousa, no Hotel Tuela, no Porto ■ A Igreja Universal do Reino de Deus fica sem luz no local da realização dos cultos, na sequência de ter terminado o prazo dado pela CM de Matosinhos para aquela confissão religiosa abandonar as instalações ■ Os oito timorenses que se refugiaram na Embaixada da Holanda em Jacarta chegam a Lisboa ■ O grupo armado egípcio Jamaa Islamiya ordena a todos os turistas estrangeiros que abandonem o país ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas decide manter as sanções contra o Iraque, que impedem este país de vender petróleo nos mercados mundiais ■ Inaugura-se o Aeroporto Internacional de Macau.

10 Sexta-feira

Termina a discussão do Programa de Governo na AR, sem suscitar votação, uma vez que não foi apresentada qualquer moção de censura nem de confiança ■ A viúva de Yitzhak Rabin recebe, em visita de condolências, o dirigente palestiano Yasser Arafat ■ O Governo da Holanda retira a candidatura de Ruud Lubbers ao cargo de secretário-geral da NATO.

11 Sábado

Jerónimo de Sousa participa num encontro com militantes e simpatizantes do PCP na Quinta da Atalaia, no Seixal ■ A JCP comemora o seu 16º aniversário com um jantar no CT da Boavista, no Porto ■ Realiza-se o 6º Encontro Distrital de Lisboa da JCP, na Cooperativa «A

Sacavense», com a participação de Carlos Carvalhas ■ Cunha Rodrigues, Procurador-Geral da República, decide arquivar o processo de Camarate ■ Realizam-se em Luanda cerimónias para assinalar os 20 anos da independência de Angola.

12 Domingo

No dia em que passam quatro anos sobre o massacre de Santa Cruz, têm lugar em vários países manifestações de solidariedade para com o povo timorense; em Lisboa, entre outras iniciativas, o Conselho Português para a Paz e Cooperação realiza uma vigília junto à Embaixada da Holanda ■ Repetem-se confrontos em Matosinhos entre populares e fiéis da IURD que se reuniam para celebrar o seu culto ■ A Nigéria é avisada que será expulsa da Commonwealth se dentro de dois anos não começar a respeitar os direitos humanos e a caminhar para a democratização ■ Sérvios e croatas assinam um acordo sobre a Eslovénia ■ Boris Ieltsin recusa o pedido de adiamento das eleições legislativas.

13 Segunda-feira

O acordo entre a UE e Marrocos é rubricado em Bruxelas; implica que Portugal reduza em 9% o seu esforço de pescas em águas marroquinas ■ A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, na véspera do Dia Mundial da Diabetes, lança o alerta: «já existem mais de cem milhões de diabéticos em todo o mundo» ■ O Presidente da CM de Foz Côa manifesta em conferência de imprensa o seu total desagrado com a suspensão da construção da barragem ■ Reúnem em Madrid os ministros dos Negócios Estrangeiros da UEO ■ Tem início o congresso do SPD alemão, em Mannheim ■ Os antigos comunistas búlgaros (PSB, com maioria absoluta no Parlamento) vencem as eleições municipais, cuja segunda volta decorreu no fim-de-semana.

14 Terça-feira

A PCP manifesta-se pela rejeição da proposta da Comissão Europeia de redução da quota portuguesa de produção de tomate ■ O Tribunal de Contas da UE, num relatório suscitado pelo Parlamento Europeu, considera decepcionante a gestão portuguesa dos fundos comunitários para a agricultura, afirmando que Portugal deverá devolver o dinheiro mal gasto ■ Guterres declara formalmente o seu apoio à candidatura presidencial de Jorge Sampaio ■ Um grupo de 21 jovens timorenses refugiaram-se na Embaixada do Japão em Jacarta, exigindo que o governo nipónico reconheça o direito de Timor-Leste à autodeterminação ■ Sondagens responsabilizam os republicanos pelo bloqueio orçamental da administração Clinton.

EDITORIAL

Falar claro

Falar claro foi o que fez Carlos Carvalhas, ao intervir no encerramento do debate do Programa do Governo, na passada sexta-feira, na Assembleia da República.

O Secretário-Geral do PCP não deixou qualquer dúvida de que os comunistas se assumem como a oposição de esquerda clara e firme ao Governo de António Guterres.

Depois de esclarecer que «não seremos oposição sistemática», definiu em síntese a posição do PCP, nestes termos:

«Seremos a oposição de esquerda clara e firme ao que já foi enunciado como o núcleo central da política deste Governo, que a ser levado à prática acentuará as debilidades do aparelho produtivo nacional, acentuará as desigualdades e trará uma nova degradação das condições de vida e de trabalho.»

O Programa do Governo, os discursos do Primeiro-Ministro e dos Ministros, o debate com as diferentes oposições deram ampla ilustração às críticas e acusações aqui sintetizadas e razão redobrada à posição assumida pelo PCP, como demonstram as intervenções da bancada comunista que transcrevemos na presente edição do «Avante!».

Nem o estilo dialogante com que Guterres inaugurou o debate do Programa de Governo, ele próprio cheio de tiradas e princípios generosos, nem a girândola preparada para o encerramento do debate, com o Primeiro-Ministro a anunciar o aumento das reformas, puderam disfarçar a continuidade em áreas fundamentais da política condenada em 1 de Outubro, nem a severidade das políticas social e laboral que vão ser desencadeadas.

Foi o próprio Primeiro-Ministro que alertou para a severidade destas políticas.

Ao enfatizar as «limitações que fortemente nos condicionam», pintou o quadro seguinte: «Há uma maior exigência de competitividade das empresas, de aumento da produtividade global da economia, de abertura de novos mercados e novas perspectivas de especialização.» De tudo isto não hesitou em concluir: «Uma exigência que efecta as políticas sociais e de emprego.» (O sublinhado é nosso.)

Mas não ficou por aqui em matéria de «exigências». Focou a seguir as «exigências do processo de integração

européia», para concluir também, sem hesitações, que «chegou a vez de ser o Estado a suportar o rigor que o ajustamento implica». (O sublinhado também é nosso.)

Com os pressupostos destas exigências, mais «as supresas sobre o verdadeiro estado das finanças públicas», legado pelo anterior Governo do PSD, o Primeiro-Ministro estabeleceu os fundamentos da sua «política de rigor».

Diga-se já que a propósito do «rigor», que a apesar do esforço de vários membros do Governo para o distinguir da «austeridade», não parece que tenham conseguido demonstrar que seja coisa muito diferente.

Este «rigor governamental» significa, para o mundo do trabalho, a tentativa de congelamento dos salários reais, novos ataques aos direitos dos trabalhadores e o protelamento de uma verdadeira política de combate ao desemprego. Significa para o

O Secretário-Geral do PCP não deixou qualquer dúvida de que os comunistas se assumem como a oposição de esquerda clara e firme ao Governo de António Guterres.

Estado a continuação da política de desresponsabilização em relação as suas obrigações sociais, nomeadamente, nos domínios da saúde, da segurança social, da habitação e até da educação.

Na entrevista ao «Expresso», do passado sábado, Guterres precisou o entendimento deste «rigor», quando acerca do aumento de vencimentos da função pública, sentenciou, em réplica ao seu Secretário de Estado, Fausto Correia, que: «os aumentos da Função Pública este ano deverão ser extremamente moderados, dadas as circunstâncias».

Na mesma entrevista, procurou apoucar a reivindicação de 8% para os aumentos de salários apresentada pela CGTP, afirmando que «é uma tentativa de adquirir vantagem e é nessa base que tem que ser considerada a exigência.»

Esta forma de desconsiderar uma proposta reivindicativa da principal central sindical não tem nada de dialogante e constitui um sério alerta para a luta dos trabalhadores.

O Governo do PS esqueceu-se manifestamente do Programa Eleitoral do PS que prometia que «a política de rendimentos visará obter uma redução dos custos unitários de produção não na base da travagem dos salários reais, mas à base de ganhos de produtividade, de redução de taxas de juro», como oportunamente lembrou o deputado comunista, Lino de Carvalho, no debate na Assembleia da República.

O que está em curso é uma efectiva política de «travagem dos salários reais», que não hesita sequer em utilizar velhos processos de duvidosa honestidade, como seja atirar um número arbitrário e baixo para a inflação prevista e convertê-lo depois numa espécie de tecto para os aumentos.

Esta linha política que, com alguns floreios verbais, continua no essencial a do anterior Governo do PSD foi severamente criticada no Programa Eleitoral do PCP, nestes termos: «Os baixos salários, a precarização do emprego e o desemprego, o desinvestimento social, constituem um mal para o nosso povo e para o nosso país e factores do seu atraso socioeconómico.»

Agora mesmo as estatísticas assinalam que a estagnação da procura interna funciona como factor de travagem do arranque da economia.

Vem a propósito comentar o aumento das reformas e pensões, muito festejado por alguns sectores, que não tanto o dos directamente interessados.

Também nesta matéria, o PCP falou claro numa nota do seu gabinete de imprensa, que publicamos na íntegra na presente edição do «Avante!».

Salientando que a diferenciação das taxas de actualização das reformas e pensões, a favor das mais baixas, vem ao encontro de uma continuada reivindicação dos comunistas, o PCP põe em evidência a exiguidade dos aumentos, em geral, e especialmente no caso da pensão mínima do regime geral (um regime contributivo) é da ordem dos 46\$70 em média por dia.

A exiguidade destes aumentos, que apesar disso a propaganda oficial apresenta como acto de grande generosidade, é mais uma razão para os trabalhadores estarem alertas e preparados para as negociações que se iniciam na contratação colectiva e na chamada «concertação social».

A intensa acção de esclarecimento por parte dos sindicatos e a mobilização nas empresas são condições indispensáveis para que a «travagem dos salários reais» não triunfe, com todos os prejuízos que comporta para os trabalhadores, o nosso povo, em geral, e o nosso país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECCÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90.
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A.
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Caps Rosa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Um «aluno fanfarrão»?

Ao comentar, em Madrid, a posição portuguesa em relação ao acordo firmado entre a União Europeia e Marrocos, António Guterres asseverou:

«Deixámos de ser o aluno bem-comportado para termos uma voz clara quando os interesses nacionais estão em jogo.»

Até aqui nada de especial a dizer, a não ser desejar que este propósito não se fique pelas palavras.

O pior foi quando, na mesma ocasião, o Primeiro-Ministro se meteu a apreciar os resultados conseguidos, afirmando, tudo indica, com bastante exagero: «o que alcançámos supera, em muito, as perspectivas iniciais.»

Não conhecemos quais eram as «perspectivas iniciais» do Governo. O que se conhece é a decepção e a preocupação profundas de alguns dos principais interessados, especialmente no sector das conservas.

A respectiva Associação, depois de estranhar que tenha sido ainda aumentado o quantitativo da importação marroquina livre de direitos, sintetizou a situação criada pelo acordo desta forma significativa: «as conservas portuguesas têm o acesso vedado ao mercado da

União devido ao factor preço».

Quanto às compensações financeiras para o sector, que o Governo apresenta como a sua coroa de glória na negociação, o porta-voz da Associação Nacional da Indústria de Conservas Portuguesas não foi menos explícito ao declarar: «não chegam a um terço do total que seria necessário».

Saliente-se que não é apenas o sector conserveiro que sofre um golpe que pode ser fatal. São as perturbações em todos os sectores que lhe estão associados com destaque para a pesca de cerco.

Anote-se que é muito geral a opinião sobre a magreza, não só dos resultados, mas sobre os próprios objectivos da diplomacia portuguesa. Alguns comentadores chegaram a observar: «tanto barulho por tão pouco».

Não seria nada bom para o nosso país que «o aluno bem-comportado» se transformasse num «aluno fanfarrão» que, depois de levantar a voz à menor reacção de Bruxelas, mete o rabo entre as pernas.

Além disso, uma das características do «aluno bem-comportado» cavaquista foi a de mentir ao país sobre a gravidade das imposições de Bruxelas em relação aos interesses nacionais.

É preciso dizer que vai no mesmo sentido esta tentativa de apresentar em cor-de-rosa as graves

consequências do acordo da União Europeia com Marrocos.

O que faz o Primeiro-Ministro é dar dele uma visão parcelar, apenas a que respeita às pescas nas águas marroquinas, ocultando, ao mesmo tempo, que são novos sectores produtivos nacionais que ficam ameaçados de eliminação pela política de integração que continua a ser seguida.

A legítima dúvida que se coloca é a de se pode haver procedimento diferente enquanto dominar a obsessão da entrada na moeda única em 1999 e forem sacralizados Maastricht e os seus critérios de convergência nominal.

Todo este culto comunitário é hoje posto em dúvida e contestado, com muita franqueza, na generalidade dos outros parceiros da União.

Entre nós, o Ministro Sousa Franco disse na Assembleia da República que

«modelos exagerados e alheios à realidade nacional podem provocar, numa economia atrasada como a nossa (a portuguesa), mais custos que proveitos».

Bem o sabemos!

O que espanta é que o Governo PS continue a aceitar e a exaltar o «modelo».

■ Carlos Brito

Antes das punhaladas

Manifestando veladas ou explícitas reservas ao «novo» Cavaco Silva fabricado para as presidenciais, algumas figuras da chamada «intelligensia» laranja afadigam-se a debitar publicamente conselhos e recomendações sobre a tática e a postura a adoptar pelo candidato.

Pacheco Pereira, sempre lesto e pioneiro, já tinha molhado o bico em matéria tão melindrosa. Agora, na última revista do «Expresso», chegou a vez de António Pinto Leite que, em crónica precisamente intitulada «Conselhos a Cavaco», escreveu um autêntico guião completo para a candidatura do ex-líder do PSD.

Elas nossa falíveis contas, são pelo menos doze os conselhos que Pinto Leite graciosamente oferece a Cavaco Silva.

A generosa dúzia engloba conselhos como o de que Cavaco Silva «deve soltar-se, soltar-se política e humanamente», «não deve falar na primeira pessoa, quando se trata de um elogio», «não deve temer a sua personalidade forte e a imagem que dela se tem», «não deve temer que lhe falem da sua governação», «deve contribuir para que Mário Soares abandone com dignidade a Presidência [mas não foi Cavaco que afinal teve de abandonar primeiro?] mas não deve contribuir para fazer de Mário Soares uma «vaca sagrada», «deve ser positivo, confiante quanto ao futuro», «deve repetir mil vezes aos seus apoiantes os limites dos poderes de um Presidente», «deve, também, treinar a dialéctica televisiva» e «deve, por fim, pôr de parte a necessidade de que lhe façam justiça».

Como estes e outros conselhos vêm de pessoal que não costuma dar ponto sem nó, é sensato admitir que, mais do que qualquer outra coisa, estes conselhos estejam sobretudo a pôr-se em evidência para, em caso de improvável vitória, sempre se poder pensar que ela se deveu ao acatamento pelo

candidato de algumas das suas sugestões e para, em caso de provável derrota, sempre poderem dizerem que ela se deveu à desobediência do candidato a outras suas recomendações fundamentais.

O que é certo é que, se não fosse parecer hipocrisia, quase apetecia ter pena de Cavaco Silva só de o imaginar bombardeado e aturdido pelos conselhos dos defensores do «novo formato», pelos apologistas do «velho formato» e pelos que reclamam um «terceiro formato» resultante de uma sofisticada combinação dos outros dois.

É que, por este andar, o homem arrisca-se a chegar à noite de 14 de Janeiro, não apenas perdendo a eleição, mas perdendo-se a si próprio pela perda da sua personalidade na vertigem e confusão mental de tantos conselhos, de tantos truques de «marketing» e de tanto fingimento que constituem, aliás, o único e verdadeiro caso de falta de «ética» nestas eleições presidenciais.

Melhor seria para a sua saúde psicológica que, em vez de fazer a outro candidato exigências indignas e absurdas que, significativamente, quatro dias depois já estava a engolir, Cavaco Silva passasse sim a exigir que todas as entrevistas ou debates televisivos tivessem sempre três partes para que, sucessivamente, assim pudesse desempenhar as diferentes posturas e táticas que lhe têm recomendado.

É claro que os efeitos eleitorais não seriam bons. Mas, como não se pode ter tudo, sempre contentaria os afadigados conselheiros e quem sabe se, por essa via, não conseguiria esquivar-se às fraternas punhaladas e às amigáveis pauladas que, em privado, eles já estão treinando para o dia seguinte.

■ Vítor Dias

SOS Segurança Social

Se é possível eleger uma matéria do programa apresentado pelo Governo na Assembleia da República na semana passada, que chama a atenção pela sua vacuidade política, ela é sem dúvida a da reforma da segurança social.

Reza apenas assim: «elaboração de um Livro Branco da Segurança Social o qual deverá avaliar o sistema de segurança social e traçar orientações para a sua reforma».

Se o recurso à produção de um «Livro Branco» para «avaliar o sistema de segurança social» não suscita qualquer observação - apesar da prevenção genérica de que os «livros brancos» constituem, muitas vezes, mera técnica da retórica governativa para pré-anunciar políticas ou contornar a indistigável ignorância em matérias complexas - o mesmo não se pode dizer do intrigante comando que fixa como objectivo desse documento «traçar orientações para a sua reforma».

Poderia bondosamente admitir-se,

embora com incontornável estranheza, que tal indefinição política e tal transferência de responsabilidades de «traçar orientações» para um Livro Branco, pela parte de quem não só se propôs ser governo como aceitou a responsabilidade de o ser, representasse tão-só a predisposição para um profundo debate no parlamento e na sociedade sobre a questão com a importância e implicações da reforma da segurança social - ideia que aliás o primeiro-ministro explicitamente sublinhou na intervenção final do debate de apresentação do programa do Governo.

Mas as declarações com que se estreou o novel Secretário de Estado da Segurança Social, Ribeiro Mendes, durante um seminário promovido pelo Instituto de Seguros de Portugal e que a comunicação social noticiou há dois dias, em absoluto desmentem essa expectativa, colocando inclusivamente em cheque a postura que o Governo vinha publicamente adoptando na matéria.

Afirmou o Secretário de Estado que «o Governo pretende estimular, possivelmente através de incentivos fiscais» a criação de fundos de pensões. Defendeu a canalização da poupança para os seguros privados, objectivo que na sua opinião pressupõe a redução das contribuições para o sistema público de segurança social. E salientou que, de acordo com a reforma prevista, as contribuições para a segurança social «passarão a incidir apenas sobre uma percentagem do salário, sendo que as pensões passarão também a reportar-se à mesma percentagem do rendimento».

Deste modo, como eficientemente sublinha o Diário de Notícias, garante-se um mínimo de coberturas assegurado pelo sistema estatal e viabiliza-se a aplicação de uma parte do rendimento em planos de pensões ou seguros, facto que inteiramente justifica que o matutino chamasse à manchete da primeira página a conclusão de que a segurança social privada substituirá parcialmente o Estado a médio prazo.

Nestas circunstâncias, das duas uma.

Ou o Secretário de Estado da Segurança Social é do género de se deixar encantar pelo mavioso canto de sereia do lobby das seguradoras privadas, e o Governo não poderá deixar de desautorizar publicamente as declarações que proferiu no sentido de uma reforma liquidadora do sistema público da segurança social.

Ou então o país terá que pedir explicações ao Primeiro-Ministro sobre a política secreta do Governo em relação à Segurança Social. E necessitará de tirar as devidas conclusões sobre a boa-fé do «Livro Branco sobre o verdadeiro estado da Segurança Social e as diversas opções que se colocam no quadro da sua reforma» e sobre a independência do «comité independente de peritos» encarregado de o elaborar, que o primeiro-ministro defendeu na Assembleia da República.

■ Edgar Correia

NEGRO É

Imperialismo o faz

O «Le Monde Diplomatique» deste mês de Novembro cita, numa das suas páginas interiores, um curto extracto duma autobiografia (publicada em 1935) do general norte-americano Smedley Darlington Butler, cuja carreira se desenrolou no início do século. Quer o título «As confissões dum general» quer o subtítulo «Servir o grande capital» despertaram a nossa atenção. As 32 linhas transcritas (não eram necessárias mais) são esclarecedoras da acção do capitalismo na fase de constituição e consolidação dos monopólios, plenamente justificativas do azedume do general.

Diz o general S. D. Butler: «Passei trinta e três anos e quatro meses em serviço activo na força militar de maior mobilidade do nosso país: o corpo de «marines». Ocupei todos os postos de oficial, de alferes a general de divisão, e durante esse período consagrei a maior parte do meu tempo a servir o grande capital, Wall Street e os banqueiros, como homem de mão de alto gabarito. Resumindo, fui um malfeitor a soldo do capitalismo. Foi assim que contribuí, em 1914, para fazer do México, e especialmente em Tampico, um lugar seguro para os interesses petrolíferos americanos. Ajudei o Haiti e Cuba a tornarem-se lugares suficientemente respeitáveis para que os homens do Nacional City Bank fossem lá ganhar dinheiro. Em 1909-1912, na Nicarágua, participei na depuração em benefício da banca internacional Brown Brothers. Em 1916, fiz chegar a luz à República Dominicana por conta dos interesses açucareiros norte-americanos. Em 1913, criei as condições para que as Honduras acolhessem as companhias frutíferas dos Estados Unidos. Na China, em 1927, veleei para que a Standard Oil se pudesse ocupar das suas actividades sem ser importunada.» O general S. D. Butler afirma que «os negócios correram soberbamente para mim» e que foi «recompensado com honrarias, condecorações e promoções», acrescentando, ao fazer o balanço da sua actividade: «Tenho a sensação que poderia ter batido aos pontos o Al Capone. Melhor dizendo, ele apenas podia praticar o seu banditismo em três bairros da cidade, enquanto que nós, os «marines», operávamos em três continentes.»

Este é um testemunho relativo às três primeiras décadas do nosso século. Mas a história do imperialismo continuou a escrever-se por todos os continentes com guerras, golpes militares, governos fantoches e repúblicas de bananas - tudo ao serviço das multinacionais que governam nos Estados Unidos. Olhando para África, foi ao cheiro do petróleo que se desenrolou a missão «humanitária» americana na Somália ou o financiamento da Unita em Angola, visando encontrar governos que possam ser instrumentalizados em benefício dos grupos económicos americanos. O Médio Oriente é palco de manobras constantes para que majestáticas companhias mantenham o controlo do ouro negro, com a destruidora guerra-espectáculo do Golfo a apoiar ditaduras oligárquicas e a impedir os povos da região de disfrutarem das suas próprias riquezas. Na América Latina, foram os interesses das companhias mineiras e petrolíferas que animaram o apoio americano a Pinochet, que estiveram por detrás da invasão do Panamá, que favoreceram contínuos golpes de Estado na Bolívia e o conflito Equador-Peru, por exemplo, entre tantos outros. No Extremo Oriente, toda a estratégia americana visa a partilha das riquezas e dos negócios entre os grandes grupos americanos e japoneses à custa da sobreexploração dos trabalhadores.

Este rápido e superficial relance sobre o mundo de hoje, mostra como as funções dos generais americanos continuam ao serviço dos mesmos interesses que o general S. D. Butler denunciou há sessenta anos. O que mudou, e multiplicou os perigos, foram os arsenais bélicos - incluindo a arma nuclear - e os meios que têm à sua disposição, para o desenvolvimento dos quais não faltam biliões no orçamento americano e dos países imperialistas, que comungam os mesmos métodos e intenções. O nosso povo usa dizer: Branco é, galinha o põe. Neste caso, é mais adequado: Negro é, imperialismo o faz!

■ Manuela Bernardino

Afirmar com clareza as propostas da esquerda

A candidatura de Jerónimo de Sousa à Presidência da República foi apresentada no Porto, quinta-feira da passada semana, no decorrer de uma sessão realizada num hotel da cidade.

Perante mais de uma centena de pessoas, entre destacados militantes comunistas e diversas personalidades da vida portuense, o camarada **Jorge Sarabando**, mandatário distrital, saudou Jerónimo de Sousa, que descreveu como «querido companheiro de tantas lutas em

defesa da liberdade, das conquistas nascidas em Abril, dos direitos sociais e, hoje, de mais esta batalha eleitoral, em que a democracia poderá sair enfraquecida ou reforçada».

Jorge Sarabando sublinhou que Jerónimo de Sousa «é um candidato de corpo inteiro, porque a sua candidatura é insubstituível. Proposta pelo PCP, não precisa de pedir licença a ninguém para se apresentar ao povo português, na plenitude dos direitos que a Constituição

lhe reconhece, e muito menos a um outro candidato que, bem de acordo com o seu vezo autoritário, desce a terreiro a fazer descabidas exigências».

Considerando que «esta não é uma eleição menor, que seja possível ignorar», Jorge Sarabando frisou que «não poderá ser-nos indiferente que seja Presidente da República um cidadão que respeite e defenda a separação e a interdependência dos órgãos de soberania ou um outro que tenha deles uma

visão instrumental e tenha antes dado provas de intolerância - a expressão "forças de bloqueio" exprime bem uma visão do exercício do poder político e tem uma matriz anti-democrática».

Depois de referir os importantes desafios ao regime democrático, como a alteração das leis eleitorais ou a revisão constitucional, Jorge Sarabando concluiu que a candidatura de Jerónimo de Sousa é «insubstituível» pois «nenhu-

ma outra poderia afirmar com clareza as propostas da esquerda perante as grandes opções que se colocam no futuro próximo».

Ao iniciar a sua intervenção, cujo texto publicamos na íntegra, **Jerónimo de Sousa** prestou homenagem ao povo da cidade, às tradições de luta dos trabalhadores, tendo sublinhado que muito deve a sua formação política e cívica ao convívio com muitos companheiros do Porto.



Jerónimo de Sousa no Porto

«A minha candidatura não é instrumental»

Publicamos, de seguida, a declaração de Jerónimo de Sousa na apresentação pública da candidatura no Porto.

A candidatura que assumo às eleições presidenciais decorre, como se sabe, da ponderação e análise feita pelo PCP em relação à situação política nacional e, mais concretamente, em relação ao que considera ser o interesse da democracia nesta importante batalha eleitoral.

Mas a minha candidatura é também inseparável de uma vontade de dar testemunho e de intervir em relação às grandes questões relativas ao presente e ao futuro de Portugal, que assenta na consciência do carácter estrutural dos problemas com que o País se defronta e na viva sensibilidade em relação às dificuldades e inseguranças que perpassam pelo quotidiano de muitos dos nossos compatriotas.

A minha candidatura reclama-se de um património e de um projecto de esquerda e ocupa um espaço que não se encontrava anteriormente preenchido por qualquer outra candidatura. Ela pretende dar voz e dar rosto ao PCP e às suas propostas, num debate centrado nas funções e competências constitucionais do órgão de soberania Presidente da República e no seu exercício. E pretende assumir a defesa do grande desígnio de que somos portadores para Portugal: a construção de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

Saberei porventura que, no plano político, estamos norteados pelo objectivo de derrotar o candidato da direita.

Entendemos, na verdade, que tal candidato não oferece garantias políticas correspondentes às importantes funções e competências que incumbem ao Presidente da República na medida em que, ao longo de uma década, personificou o autoritarismo e o desrespeito pelos valores e princípios básicos do regime democrático; protagonizou a precarização e a violação de direitos sociais e dos trabalhadores; assumiu pesadas responsabilidades no restabelecimento do poder dos grandes senhores do dinheiro e no agravamento das desigualdades sociais; e desrespeitou continuamente a nossa Lei Fundamental.

Aos que querem fazer crer que a minha candidatura visa tão-só derrotar determinado candidato, importa sublinhar e lembrar a evidência de que também outras candidaturas visam derrotar outros candidatos.

Uma candidatura com voz própria

Importa igualmente clarificar que a minha candidatura não é instrumental, nem muito menos se assume como ajudante de quem quer que seja. O seu aparecimento representa, pelo contrário, o assumir de uma voz própria e autónoma, que se afirma com conhecida frontalidade na vida política nacional, e que se posiciona de modo activo no debate democrático dos problemas e das ideias e no confronto das opções que se apresentam perante o povo português nas próximas eleições presidenciais.

Com a minha candidatura os votos dos comunistas não serão votos silenciosos mas votos conscientes e que falam.

Apresento-me, assim, com o propósito de intervir no debate sobre o exercício pleno das funções e competências do órgão de soberania Presidente da República, sublinhando em particular as suas responsabilidades de *defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição*.

É sabido que não compete ao Presidente da República exercer funções governativas. Mas no quadro misto parlamentar-presidencial

vigente a Constituição confere-lhe vastos poderes e competências, cujo exercício é essencial para o regular funcionamento do regime democrático e das suas instituições.

É neste contexto que entendemos que deve ser dada particular relevância à efectiva capacidade do Presidente da República fazer respeitar a interdependência entre os diversos órgãos de soberania e assegurar o efectivo funcionamento dos controlos democráticos recíprocos em relação ao exercício dos poderes de cada um.

Enquanto garante da independência nacional, do regular funcionamento das instituições democráticas e do rigoroso respeito pela Lei Fundamental, o órgão de soberania Presidente da República deve exercer plenamente as suas atribuições constitucionais como condição em si mesma para o reforço e aperfeiçoamento do regime democrático, tendo como destinatários os portugueses, e visando um Portugal melhor.

As características e finalidades das eleições presidenciais, não só não invalidam como igualmente exigem a consideração da situação política nacional, no seu conjunto, da sua inserção na situação europeia

sentado profundas consequências em diferentes domínios da vida nacional.

A minha candidatura sustenta a imperativa necessidade de ser dada prioridade: à travagem dos processos destrutivos da economia portuguesa e à resolução dos graves problemas sociais actualmente existentes; à gestão democrática e transparente dos fundos comunitários; à democratização da participação na Comunidade Europeia com o reforço da intervenção da Assembleia da República, das regiões actuais e futuras e dos municípios, bem como das estruturas sociais representativas; à adopção de uma política social avançada com protecção dos trabalhadores, das mulheres, das crianças e dos mais desfavorecidos; à participação nas instituições da Comunidade Europeia com uma postura de firme defesa dos interesses, da prevenção e do desenvolvimento do país; à utilização do direito de veto em todas as questões de vital importância para o país.

Em relação ao processo de revisão do Tratado de Maastricht impõe-se a reconsideração da UEM e das políticas a ela associadas, a ruptura com as orientações monetaristas e neoliberais, com o consequente abandono das actuais metas e prazos leoninos da convergência nominal e a rejeição da moeda única. Somos defensores de uma comunidade com Estados soberanos e iguais em direitos como base inegociável do processo de integração e em que eventuais revisões futuras dos Tratados devem depender da aprovação e ratificação pelos órgãos de soberania de todos os Estados-membros. Assumimos a luta pelo objectivo da coesão económica e social, a defesa de uma Europa de paz e cooperação, de liberdade e tolerância, e uma abordagem do alargamento da Comunidade Europeia que respeite a soberania dos países candidatos, mas simultaneamente os compromissos assumidos com os países comunitários de economias mais frágeis. Sustentamos o papel e as competências dos parlamentos nacionais e defendemos vivamente a inegociabilidade do uso da língua portuguesa como língua oficial e de trabalho.

Revisão de Maastricht deve ser referendada

À semelhança do que o PCP vivamente defendeu a propósito do Tratado de Maastricht, a minha candidatura propõe que o povo português seja chamado a um grande debate nacional e a pronunciar-se em referendo acerca de um eventual tratado de revisão do Tratado da União Europeia.

Num mundo em que o Homem consegue avanços fascinantes nos domínios da ciência e da tecnologia e em que a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, contraditoriamente têm vindo a ressurgir e a agravar-se injustiças gritantes. E quanto mais aumenta a concentração da riqueza, mais crescem as desigualdades, os despedimentos e o desemprego, as manchas de exclusão social e de pobreza.

Alteram-se os métodos mas não a natureza da exploração do homem pelo homem. Os dois pólos em que as sociedades estão divididas, cada dia que passa surgem mais afastados, gerando situações não só profundamente injustas como insustentáveis face ao natural devir da Humanidade.

Batemo-nos e bater-nos-emos por uma nova política de desenvolvimento, tendo as pessoas como destinatárias e não a sacralização do lucro.



e mundial e das perspectivas e possibilidades de intervir de forma favorável no seu desenvolvimento.

A minha candidatura e a sua intervenção no debate eleitoral assume-se assim como parte de uma causa muito mais vasta que atravessa toda a sociedade portuguesa: a luta por uma nova política, por uma política nacional e de esquerda, capaz de enfrentar os atrasos, complexos problemas e desafios com que Portugal está confrontado, e de assegurar o verdadeiro desenvolvimento económico e social e a modernização do país.

Quatro questões fundamentais

Embora sem visões restritivas, quatro questões assumem um lugar destacado entre os temas que pretendo apresentar aos portugueses:

- a União Europeia, o Tratado de Maastricht, a moeda única e a promoção de um referendo acerca de um eventual tratado de revisão do Tratado de União Europeia;
- a concentração da riqueza e as desigualdades sociais;
- os direitos dos trabalhadores, a questão do emprego e dos salários;
- o aprofundamento da democracia e a reforma democrática do Estado.

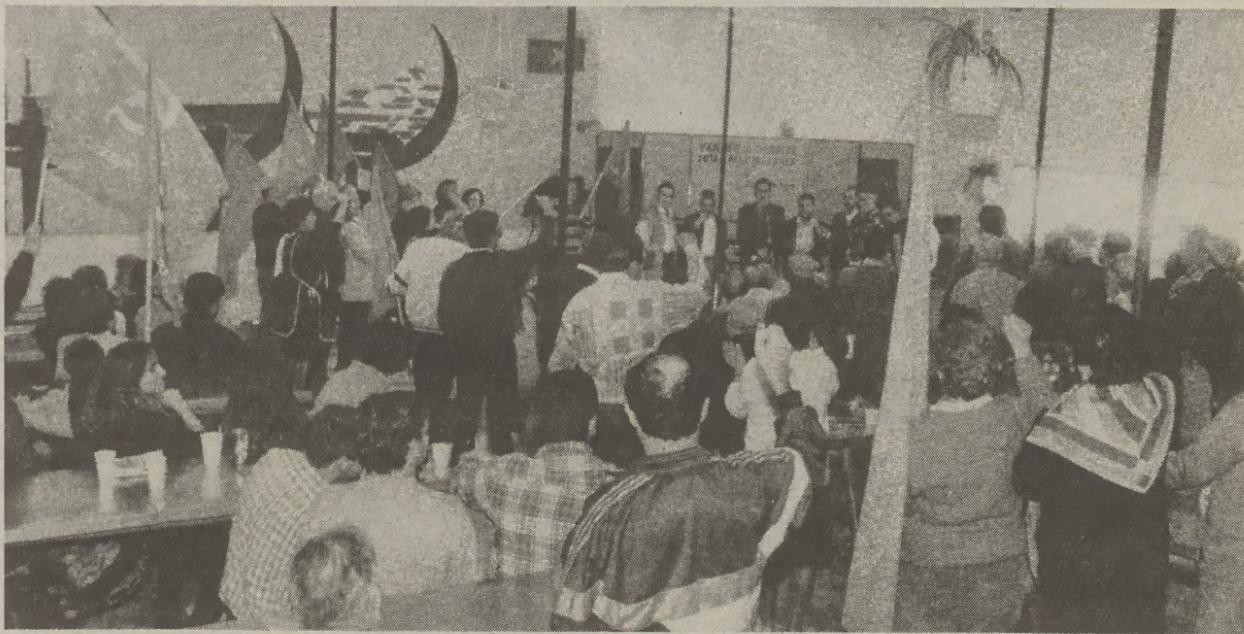
A participação de Portugal na Comunidade Europeia tem apre-



Aurélio Santos é mandatário nacional

Aurélio Santos, membro do Comité Central do PCP e da Comissão de Controlo e Quadros, é o mandatário nacional da candidatura de Jerónimo de Sousa à Presidência da República. Este camarada tem 64 anos de idade, e é militante comunista desde 1955. Foi dirigente associativo estudantil (1950-1953); activista e dirigente do MUD Juvenil (1951-1957); director da Rádio Portugal Livre (1963-1974); responsável da Secção Internacional do PCP (1974-1975); responsável da Secção de Informação e Propaganda (1976-1984); membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa e responsável do Sector de Artes e Letras (1984-1988).

Entretanto já foram divulgados os nomes dos mandatários em alguns distritos como é o caso de Jorge Sarabando, no Porto; António Luís Foito, em Évora; e Aníbal da Conceição Pires, nos Açores.



Na Atalaia

«Queremos o debate das ideias»

Jerónimo de Sousa esteve no passado sábado na Quinta da Atalaia para participar num magusto organizado pela concelhia do Seixal, que juntou para cima de uma centena de militantes e simpatizantes comunistas.

Numa breve intervenção, o candidato presidencial explicou as razões e a necessidade da sua candidatura que vem «ocupar um espaço que não se encontra preenchido por qualquer das outras candidaturas».

Lançando duras críticas a Cavaco Silva, «que ao longo de uma década personificou o autoritarismo e o desrespeito pelos princípios básicos do regime democrático», Jerónimo de Sousa alertou para o facto de estar em curso «uma autêntico processo de reciclagem e de fabricação de um novo Cavaco Silva», embora lhe fique sempre «o jeito, o tique do quero, posso e mando», observou.

Jerónimo de Sousa referia-se ao recente episódio em que Cavaco pretendia obrigá-lo a comprometer-se por escrito a ir até às urnas: «essa manifestação estilhou o verniz da figura cordata com que agora pretende apresentar-se dizendo que quer ser o presidente de todos os portugueses».

Respondendo a declarações feitas na véspera por Cavaco, já

a admitir a hipótese de realizar debates com todos os candidatos, Jerónimo de Sousa disse que «se é um favor, dispensamos. Se é uma reconsideração e um recuo então vamos ao debate porque quem não deve não teme».

Interrompido pelos aplausos da assistência, passou depois em revista os princípios e prioridades presentes na sua campanha eleitoral, onde a par das questões europeias, do aprofundamento da democracia e da reforma democrática do Estado assumem particular importância os direitos dos trabalhadores (ver declaração ao lado).

Mais adiante, Jerónimo de Sousa fez questão em esclarecer que mesmo não havendo equivalência entre a candidatura de Cavaco e a de Sampaio, os comunistas não se «vêm em nenhuma delas. E se é certo que a candidatura de Jerónimo de Sousa «nordea-se pela derrota do candidato da direita», por outro lado, prosseguiu, é importante verificar-se um «debate das ideias» para que fique claro, por exemplo, o que cada candidatura preconiza em relação às leis eleitorais, à configuração do próprio regime democrático e ao percurso da União Europeia.

É neste sentido que o candidato comunista defende que

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

Afirmações e especulações

Reagindo a «títulos e notícias divulgadas em alguns órgãos de comunicação social que atribuem a Jerónimo de Sousa a admissão de uma sua desistência à boca das urnas», o Gabinete de Imprensa da Candidatura divulgou uma nota esclarecendo que «o candidato não fez qualquer declaração que, em rigor, legitime tal conclusão», sublinhando que «não é justo nem correcto que especulações ou conjecturas alheias sejam convertidas em afirmações de Jerónimo de Sousa».

Defendemos os direitos dos trabalhadores e o respeito pelos seus interesses, como aquisição histórica irreversível mas simultaneamente como componente e elemento dinâmico do próprio processo de desenvolvimento económico e social.

Assumimos igualmente a dimensão social das empresas e admitimos sem preconceitos incentivos e apoios aos investimentos efectivamente produtivos e que privilegiem as pequenas e médias empresas, com a mesma coerência que exigimos o fim dos processos destrutivos da economia portuguesa e que reclamamos que seja posto termo às privatizações postas ao serviço da concentração capitalista.

Tomamos a Constituição da República como documento consagrador de um evoluído quadro de direitos sociais, e que comporta igualmente as obrigações do Estado em relação à sua efectiva concretização em domínios tão importantes como os da educação e do ensino, da habitação, da saúde, da segurança social, da protecção à terceira idade.

Os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores que a Lei fundamental inscreve e consagra no seu capítulo mais nobre dos direitos, liberdades e garantias, são para a minha candidatura uma questão intrínseca à própria democracia.

O direito ao trabalho e à segurança no emprego, com proibição dos despedimentos sem justa causa; uma redistribuição mais justa da riqueza com a elevação da parte dos salários no rendimento nacional e um salário mínimo efectivamente valorizado; um horário de trabalho digno que permita a fruição do lazer e a vida familiar; o direito à greve; a liberdade sindical, os direitos de contratação colectiva, os direitos sindicais e das comissões de trabalhadores; - constituem pontos a que a minha candidatura prestará uma permanente atenção e em relação aos quais lutará para que sejam defendidos e exercidos.

No plano do aprofundamento da democracia e da reforma democrática do Estado, sublinhamos em particular o direito de todos os cidadãos participarem activamente na vida política e na direcção dos assuntos públicos, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos, que é indissociável do direito de serem esclarecidos sobre os actos do Estado e demais entidades públicas, o direito de serem informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

Num quadro em que se aproxima, possivelmente, uma nova revisão constitucional, a minha candidatura não rejeita a possibilidade de aperfeiçoamentos mas claramente exprime a sua oposição em relação a quaisquer projectos de descaracterização ou subversão do regime democrático e do próprio projecto de sociedade que o 25 de Abril, de forma audaciosa, moderna e avançada, perspectivou e que a Lei Fundamental tão amplamente acolheu.

★★★

A minha candidatura, constituindo a forma de expressão natural em termos de eleições presidenciais de uma grande e responsável força política é por isso portadora da sua visão própria e das suas propostas e orientações. Mas é igualmente portadora da abertura ao diálogo e à cooperação entre democratas.

Na pré-campanha, na campanha eleitoral e no seu desfecho, com inabalável convicção e sentido de responsabilidade, a minha candidatura será animada pelo supremo objectivo e critério de defender os interesses dos trabalhadores e do povo português e de aprofundar a democracia.

Poderão confiar que a minha candidatura e os votos dos comunistas contribuirão sempre para confirmar nas presidenciais a derrota da direita e da sua política, alcançada nas legislativas, e para lutar pela mudança.

nesta campanha eleitoral se recupere «um certo défice de debate das ideias que se verificou nas eleições para a Assem-

bleia da República» e critica os que «procuram afunilar estas eleições no seu resultado e seu desfecho».

**TEMPO
DE ANTENA
DO PCP
hoje**

RTP 1
a seguir ao Telejornal
RDP - Antena 1
depois do noticiário das 13 h.

PCP



Carvalhas em S. Bento Conservas portuguesas ficam ameaçadas

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, manifestou, na passada segunda-feira, ao primeiro-ministro, sérias preocupações relativamente ao futuro indústria portuguesa das conservas, em resultado do acordo de associação entre a União Europeia e Marrocos.

A saída da audiência com António Guterres, o líder comunista revelou que durante o encontro foi igualmente estabelecido «um método de trabalho entre governo e oposição», considerando que é agora «necessário dar-lhe conteúdo prático».



PCP recebe «Os Verdes»

Uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes», constituída pelos deputados André Martins, Isabel Castro e Fernando Pezinho, chefe de gabinete do Grupo Parlamentar, foi recebida, na passada segunda-feira, na Sede do PCP, por Luís Sá e Carlos Brito, ambos membros da Comissão Política do PCP.

O Encontro realizou-se a pedido da Comissão Nacional de «Os Verdes» e teve como objectivo a troca de opiniões sobre a situação política e as eleições presidenciais.

Edil de Vila Verde concentra poderes

A Comissão Concelhia de Vila Verde do PCP veio a público manifestar o seu desagrado com a recente delegação de poderes no actual presidente da Câmara no que se refere a licenciamentos para construções - «talvez o sector mais delicado das autarquias e o mais permissível ao compadrio e corrupção».

Os comunistas recordam que foi exactamente a concentração de poderes no anterior presidente da Câmara que deu origem aos fenómenos de corrupção que então se verificaram e que tiveram como desfecho a demissão do edil, ditada pelos tribunais, e o desprestígio da autarquia a nível nacional.

Desta forma, a Comissão Concelhia estranha que o PS local tenha permitido a repetição do processo, responsabilizando-o «por toda e qualquer situação de compadrio e corrupção que se venha a verificar nível de licenciamentos para construções».

O comunicado lamenta ainda que o PS «seja principal muleta do PP na Câmara de Vila Verde» e alerta a população para a necessidade de reforçar a presença dos comunistas nos órgãos autárquicos do concelho.

AMARADAS FALECIDOS

António de Jesus Lopes

Faleceu António de Jesus Lopes, emigrado em Amstelveen, na Holanda. Vítima de uma ataque cardíaco, este camarada contava 56 anos de idade e era natural de Santa Iria de Azóia, no concelho de Loures.

José Valério Máximo

Faleceu, no passado dia 8, com 78 anos, José Valério Máximo, lutador antifascista desde os tempos de juventude, desenvolveu intensa actividade no movimento cooperativo antes e após o 25 de Abril. Militante comunista desde há longos anos, estava organizado em Vila Nova de Gaia, tendo desempenhado importante acção na Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos - ARPIGAIA/MURPI.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

Convívio em Bragança 60 anos de militância

A Comissão Concelhia de Bragança do PCP realizou, quinta-feira da passada semana, um convívio para assinalar os 60 anos de militância de um camarada da organização, Virgílio Lemos.

A iniciativa, que decorreu no centro de trabalho local, juntou um largo conjunto pessoas, entre militantes e simpatizantes comunistas e personalidades de outros quadrantes políticos e ideológicos.

Saudando esta singela homenagem a Virgílio Lemos, foram ainda recebidos vários telegramas enviados de todo o País por camaradas e amigos, dos quais destacamos a mensagem de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política (ver caixa).

A José Brinquete, responsável pela Direcção Regional de Bragança, coube dar início ao convívio, o qual considerou uma «iniciativa feliz e oportuna», explicando que «o PCP tem-se caracterizado, ao longo dos anos da sua existência por ser um Partido revolucionário, mas também solidário, fraterno e humano».

Segundo disse, «é importante sublinhar estes valores» num período marcado pelo «salve-se quer puder» e pela «lei do mais forte sobre o mais fraco».

Falando de seguida sobre «o camarada Lemos», militante do Partido há 60 anos, José Brinquete realçou que «o seu exemplo pode e deve ser motivo de valorização do papel e da importância de ser militante de um partido como o nosso e, ao mesmo tempo, uma referência para as novas gerações».

«Aderir ao PCP», prosseguiu, «é uma opção livre que não se baseia na fé, mas sim na convicção conscientemente assumida de abraçar um projecto novo e de futuro».

Mais adiante, aquele dirigente afirmou:

«Falar destes 60 anos de militância é também falar do que são os comunistas, da diversidade de razões e moti-



vações para aderir e militar no Partido, é falar do riquíssimo património individual e colectivo de experiências e lutas».

«Há 60 anos, o camarada Virgílio Lemos abraçou um projecto de sociedade que tem como princípios fundamentais que nada é eterno, nada é definitivo, nada é sagrado. Tornou-se militante de um Partido que rejeita os dogmas e afirma claramente, no seu programa que quer construir o socialis-

mo».

Já a finalizar, José Brinquete salientou que após 60 anos de militância, Virgílio Lemos continua a ser um militante activo e empenhado, sendo membro da actual Comissão Concelhia.

Também o camarada Lemos usou da palavra recordando que aderiu ao Partido com 16 anos de idade, «no findar de uma adolescência descuidada e irreverente. Durante todos estes anos nas mais variadas situações que a clandestinidade nos dava, e também posteriormente a ela, o nosso Partido nunca me desiludiu, nem me desencantou. Valeu a pena a luta de tantos anos».

Virgílio Lemos concluiu a sua curta intervenção com um apelo à JCP «para que continue o que os camaradas fundadores deste grande Partido nos legaram».

Na iniciativa falaram ainda Rita Peres, professora do pri-

meiro ciclo do Ensino Básico, Manuel Mirandela, personalidade independente de Bragança, socialista e companheiro de infância de Virgílio Lemos, e Lídio Correia, eleito da CDU na Assembleia Municipal de Bragança.

O convívio prolongou-se

noite fora, durante o qual Leonel Veloso, membro da Comissão Concelhia de Bragança, leu as mensagens recebidas e entregou várias ofertas ao camarada Virgílio Lemos.

A homenagem foi encerrada com um recital de poesia por Leandro Vale e Rita Peres.

«Um abraço»

Na mensagem que dirigiu a Virgílio Lemos, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, lamentou não poder estar presente no convívio para «compartilhar com outros camaradas e amigos de Bragança esta tua e nossa festa».

«Quando se assinalam 60 anos de presença no PCP, 60 anos de militância feita de luta e dos sonhos dos comunistas portugueses, quero (...) com muita ternura e amizade, dar-te um abraço muito forte.

«Um abraço pelas vezes que me abrigaste em Bragança.

«Um abraço pela tua combatividade de comunista que, mesmo nos momentos muito difíceis, em que os reaccionários quiseram pôr em causa a presença do Partido na cidade e nas terras de Bragança, nunca recuou. E o Partido teve na tua casa um porto de abrigo.

«Um abraço pelo teu exemplo de homem comunista, sereno, persistente e dedicado.

«Um abraço pela tua confiança nos nossos ideais de uma sociedade mais justa, mais fraterna e solidária, liberta da exploração.

«Um abraço pelas qualidades de homem, de cidadão, de militante, firme nas suas convicções, mas aberto aos outros homens e à vida, solidário com os oprimidos e humilhados, leal, frontal e amigo nas relações com os outros camaradas do nosso grande colectivo partidário.

«Aqui te deixo, hoje, o voto de muita saúde para que possas continuar ao nosso lado por muitos mais anos. Como sabes não há reforma para os comunistas.»

Hospital Amadora-Sintra PCP quer revogar a gestão privada

A Direcção do Sector da Saúde de Lisboa do PCP reclama que o actual Governo anule urgentemente a medida que concretizou a entrega do Hospital Amadora-Sintra, a sua gestão e o usufruto dos lucros à Sociedade Amadora-Sintra, da Seguradora Império.

«O anterior Governo não atendeu às reclamações das populações e preferiu salvaguardar o interesse dos grandes grupos económicos, deixando um inalienável direito dos cidadãos, como o direito à saúde, ao livre arbítrio da lógica do lucro», acusam os comunistas numa nota de imprensa.

Considerando «chocante e escandaloso verificar que um projecto de tão avultados investimentos públicos destinado à saúde dos cidadãos seja oferecido à dinâmica de interesses privados», a DORL reclama ainda a abertura imediata das urgências do hospital e a dotação de meios humanos,



com vista a habilitá-lo a um funcionamento que garanta a qualidade de prestação de serviço.

Açores

Governo PSD condenado ao fracasso

O novo Governo Regional dos Açores, formado na sequência da abdicação de Mota Amaral, está «enfraquecido» e não tem «capacidade de fazer face aos graves problemas económicos, financeiros, sociais e políticos que afectam a Região», afirmou José Decq Mota aos jornalistas, depois de uma reunião de dois dias da DORAA.

Na conferência de imprensa, em que também entrevistaram Mário Abrantes, membro do secretariado da DORAA, e Paulo Valadão, deputado comunista na ALR, o coordenador do PCP/Açores apelou «a todas as forças sociais e políticas açorianas que lutam pela democratização do funcionamento do sistema autónómico exijam desde já que o actual Governo Regional e as estruturas do PSD/A cessem de imediato todas as práticas de manipulação, instrumentalização e controlo que têm condicionado e limitado a participação cívica dos cidadãos na vida da região».

A declaração de José Decq Mota sublinha ainda que «a falência das políticas do PSD/A (...) aponta para a necessidade de ser, por via eleitoral, posto um termo ao ciclo de governação regional abso-

luta do PSD/A», que dura há já 20 anos.

Preparar eleições

Neste sentido, o PCP vai desenvolver «um esforço muito intenso com vista à preparação da participação da CDU nas próximas eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores que se realizarão em 1996».

Salientando que «a obtenção de uma mudança política é absolutamente vital», os comunistas consideram indispensável que o PCP e a CDU vejam reforçado o seu apoio eleitoral.

Para o efeito, a DORAA decidiu elaborar um «programa de medidas fundamentais e urgentes de reequilíbrio económico, financeiro, social, cultural e político da região»;

realizar nos primeiros meses de 96 «um conjunto de debates com a sociedade sobre as questões regionais e os problemas de cada ilha»; elaborar um «programa eleitoral que contenha o conjunto das propostas e compromissos da Assembleia Legislativa Regional; realizar de imediato «acções que visem a mobilização das organizações do PCP, a dinamização da CDU e o envolvimento de um número crescente de independentes na actividade e nas candidaturas da CDU/Açores»; convocar a curto prazo «o Conselho Regional dos Açores do PCP para apreciação do Plano de Actividades para 1996».

A declaração conclui que «o enfraquecimento do PSD/A e a falência evidente das suas políticas terão que dar lugar ao florescimento da democracia e à afirmação da autonomia, recusando, ao mesmo tempo, novos projectos absolutistas apresentados quer por um PSD aparentemente renovado, quer por um PSD que apenas valoriza a sua ascensão ao poder absoluto».



Os comunistas açorianos querem pôr termo aos 20 anos de governação absoluta do PSD na região autónoma (foto de arquivo)

Programa demagógico não convence ninguém

O programa do VI Governo Regional dos Açores, cuja discussão se iniciou na semana passada na Assembleia Legislativa, «não convence seja quem for», declarou o deputado regional Paulo Valadão, em conferência de imprensa convocada após uma reunião de dois dias da DORAA.

O deputado observa que o documento vem repetir «aspectos mencionados no programa de 1992» que não se materializaram nestes três anos, não sendo por isso «crível a sua concretização nos dez meses de que disporá este Governo».

Paulo Valadão vai mais longe afirmando que «alguns capítulos dá-nos a impressão que os proponentes estão fora de todas as realidades, propondo um programa ainda mais ambicioso do que aquele que apresentaram quando julgavam que iam ter pela frente quatro anos de governação».

«Na generalidade», acrescentou, «a demagogia deste programa de Governo, a que se seguirá um Plano, cujas medidas previsíveis já estão a ser contestadas em quase todos os concelhos da

região, não convence seja quem for».

O deputado comunista interroga-se: «quem poderá acreditar na sinceridade do programa deste Governo que diz garantir «humanismo do sistema de saúde» (...) quando em muitos centros de saúde continuam a negar-se aos doentes o direito de poderem deslocar-se ao seu médico assistente ou de receber os tratamentos que há muito deviam ter usufruído?»

Paulo Valadão recordou que «foram necessários protestos de populações inteiras, bem como o empenhamento de organismos representativos dos profissionais de saúde, para que o secretário regional se apercebesse do modo desastroso como tem conduzido a política de saúde na região».

Mesmo assim, e apesar da

Comissão da Assembleia Regional ter aprovado uma resolução, proposta pelo PCP, no sentido de permitir que os doentes pudessem ser enviados para unidades equipadas com os meios necessários, «num centro de saúde afirma-se que tudo continuará na mesma e quem quiser saúde há-de deslocar-se por sua própria conta», denunciou Paulo Valadão exigindo que o «Secretário Regional cumpra de imediato os compromissos assumidos na Comissão Parlamentar, transformando-os em directivas urgentes às unidades de saúde».

O denominado «projecto de solidariedade regional» é igualmente questionado pelo deputado comunista que critica profundamente «o modo nada solidário» como foram «equacionados os problemas resultantes dos temporais que assolaram as Flores em Junho passado», disse, lembrando que outras ilhas acabam de sofrer violentos temporais, devendo o Governo Regional cumprir as suas mais elementares obrigações em relação aos prejuízos causados.

«Os trabalhadores também contam»

Fazendo um pequeno balanço das consequências económicas e sociais da política seguida pelo PSD/A nos últimos anos, Mário Abrantes, membro do Secretariado da DORAA, lembrou que «sob a capa da modernização e do desenvolvimento económico», o governo regional abriu as portas aos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros, sacrificando os interesses e direitos de quem trabalha e ignorando as condições particulares do arquipélago.

Segundo afirmou esta orientação apenas provocou «o enfraquecimento da economia regional», cujo suporte fundamental - as pequenas e médias empresas tanto na agricultura como na

indústria e comércio - atravessa no momento «a maior crise dos últimos vinte anos, falindo em série ou vivendo sob a ameaça de isso acontecer a curto prazo».

Mário Abrantes chamou a atenção para a aceleração do desemprego, aumentos dos casos de salários em atraso, precarização do trabalho e dificuldades acrescidas de acesso ao 1º emprego.

Neste quadro de agravamento das injustiças sociais, este dirigente comunista considerou que está a ser posto em causa o próprio conceito e essência da Autonomia e que a região corre o risco de ver o seu futuro comprometido a curto prazo.

Madeira

«Debates com a organização»

O PCP/Madeira promoveu no passado dia 4 do corrente mês uma sessão dedicada ao «Movimento Camponês e Operário na História da Madeira». Tratou-se do primeiro de uma série de colóquios com militantes e simpatizantes comunistas, sob a designação comum «Debates com a Organização».

O conferencista convidado foi o camarada Rui Nepumoceno, tendo participado cerca de meia centena de pessoas, o que ultrapassou as expectativas da DORAM. Tendo como objectivo aproximar os seus quadros da realidade política, económica, social e cultural da Madeira, com vista a prepará-los para as batalhas políticas que se avizinham, esta estrutura regional do PCP vai promover novos debates, nomeadamente sobre «Autarquias e Poder Local», «Movimento Sindical e a realidade laboral da região», «Trabalho Parlamentar» e «A Igreja e o Poder Político».

Magusto em Setúbal

Um pouco por todo o país, as organizações do Partido aproveitaram a data festiva do S. Martinho, para realizarem convívios e magustos, pretextos para, durante as confraternizações entre camaradas e amigos, se falar de política. Foi assim em Setúbal, no passado sábado, em que a Comissão Concelhia promoveu, no terraço de uma taberna típica, com o Sado a deixar-se ver ao fundo, um desses convívios em que participou como convidado o camarada Ruben de Carvalho, deputado e membro do CN do Comité Central do PCP.

A meio do animado convívio, Ruben de Carvalho proferiu de improviso uma intervenção, em que focou essencialmente dois

temas de actualidade - a nova realidade saída da passagem do programa do novo Governo PS e, por outro lado, as eleições presidenciais que se aproximam.

Recordando que este Governo é o resultado da derrota infligida à direita, concitando expectativas de mudança no eleitorado que espera ver os benefícios que trará aos trabalhadores uma nova política, o deputado não deixou de assinalar a forma como o programa foi apresentado na Assembleia, visando assim o novo Executivo aparecer demarcado da política anterior.

Com o compromisso das gravuras de Foz Côa - não esclarecendo entretanto completamente a sua posição futura; com a atri-

buição de uma pensão a Salgueiro Maia. Estes dois compromissos vieram ao encontro dos sentimentos culturais e democráticos, cortando aparentemente com uma prática de arrogância antidemocrática do cavaquismo. No segundo dia do debate, novo compromisso, o do aumento das reformas, que foi ao encontro das legítimas expectativas populares.

«Mas não se pode esquecer o fundamental», sublinhou o deputado: «Como vai o Governo ter condições para pôr em prática uma política de justiça social continuando a submeter-se aos critérios da União Europeia e de Maastricht?» Explicando com clareza os mecanismos desses constrangimentos, Ruben de

Carvalho acentuou: «Não acreditamos que este Governo (do PS ou outro qualquer) possa responder com esta política às necessidades do desenvolvimento económico e às aspirações e necessidades dos trabalhadores.»

Respondendo à questão por si próprio colocada - que vai exigir de nós esta difícil realidade - o deputado comunista defendeu que o Partido deve continuar a fazer uma política que tenha em conta as aspirações das pessoas. «O que nos fez poder defender posições justas», disse, «foi o estarmos sempre ligados às pessoas e à realidade, através da nossa organização. A prioridade absoluta é a organização do Partido.»

Fim de Novembro ameaça no Alentejo Sindicatos querem excepção e mais apoio aos desempregados

No final deste mês, milhares de desempregados actualmente nos programas ocupacionais (POCs) vão perder o trabalho e não terão direito ao subsídio social de desemprego - alertou na segunda-feira a União dos Sindicatos do Distrito de Évora. Segundo a USDE, a larga maioria dos mais de 6 mil desempregados actualmente ocupados nos POCs vão terminar o programa, mas ficam impossibilitados de auferir o subsídio social de desemprego por não terem completado 180 dias de trabalho efectivo com descontos para a Segurança Social.

Retomando reivindicações já tornadas públicas no final de Maio, a Comissão Executiva da USDE emitiu um comunicado de imprensa em que exige:

- o alargamento do período de ocupação nos POCs para todos os que não completem os 180 dias até ao final do programa que termina em Novembro;

- e a garantia da atribuição do subsídio social de desemprego a todos os desempregados, em particular aos que terminaram o

POC sem renovação que prefira 180 dias.

A USDE reclama ainda, como em Maio, que o Alentejo seja considerado região de excepção, «face ao agravamento do desemprego e às consequências da seca». Tal medida deve implicar a criação de «um Plano Integrado de Desenvolvimento e Apoio Social que potencialize os recursos endógenos da região, com a partici-

pação de todos os parceiros sociais sem excepção, e que revitalize o sector produtivo e active novas actividades, ditas de aproximação, de forma a criar-se emprego e garantir-se o direito ao trabalho».

No Alentejo, segundo dados de Setembro do IEFP, havia cerca de 40 mil desempregados, 60 por cento dos quais não recebiam qualquer apoio social, recorda a nota.

Suspensão por boicote

A CGTP anunciou dia 8 ter solicitado à Comissão Europeia a suspensão do apoio a um programa a favor de desempregados alentejanos, candidatado pela comissão coordenadora regional, enquanto não for garantida a sua participação na parceria.

Em conferência de imprensa, o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP justificou a sua decisão alegando que a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo «boicotou o acesso dos sindicatos à parceria do programa-piloto a favor de desempregados de longa duração com mais de 40 anos e com mais de dois anos de desemprego».

A CCRA e o Instituto do

Emprego e Formação Profissional tinham anunciado a apresentação da candidatura ao programa da Comissão Europeia, congregando vários parceiros sociais da região, como as associações de municípios, associações empresariais, universidade, Direcção Regional de Agricultura e o Centro de Inovação Empresarial do Alentejo.

No encontro com os jornalistas, o Secretariado, que reúne as uniões de sindicatos dos distritos de Évora, Beja e Portalegre, informou que decidiu solicitar à CGTP a sua intervenção junto dos organismos institucionais da União Europeia. Decidiu também reclamar, junto do primeiro-ministro e dos ministros do Planeamento e Emprego, a «rectificação da atitude da CCRA e do IEFP».

José Figueira, membro do Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, adiantou à agência Lusa que o programa prevê a aplicação de 400 mil contos no Alentejo, a única região portuguesa eleita pela Comissão Europeia.



Portucel em greve na segunda

Estava marcada para ontem uma deslocação dos órgãos representativos dos trabalhadores da Portucel ao Ministério da Indústria, com o objectivo de dar a conhecer a situação social vivida nas empresas do grupo. Os trabalhadores pretendiam ainda exigir a substituição imediata da administração da Portucel e a adopção de medidas e orientações que permitam ultrapassar o conflito nas negociações salariais.

Pela melhoria significativa

dos salários reais, os trabalhadores da Portucel vão realizar uma greve de 24 horas na próxima segunda-feira, depois de não se ter verificado qualquer evolução positiva na reunião negocial efectuada no passado dia 7 entre a administração da empresa e os sindicatos.

Segundo uma nota enviada pela Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, os motivos da greve assentam na necessidade de garantir um aumento dos

vencimentos, «tendo em conta a perda do poder de compra nos últimos 3 anos (cerca de sete por cento), a boa situação económica da empresa e o crescimento da produtividade, superior a trezentos por cento nos últimos dois anos».

Numa altura em que os principais indicadores da Portucel atingem valores *record* e em que se registou o valor de 3,2 milhões de contos de resultados líquidos positivos em 1994, estimado-se para 1995 mais de 20

milhões, a administração avança com uma proposta inicial de quatro por cento de aumentos salariais, passando mais tarde para 4,75 por cento, proposta que os sindicalistas recusam.

Nesse comunicado à imprensa, a federação informa ainda que a comissão sindical negociadora irá efectuar oportunamente alguns plenários de trabalhadores nas empresas deste grupo empresarial para que se debata o desenvolvimento da luta.

Desvios na ANLEPI denunciados como fraude

Os trabalhadores da ANLEPI entregaram segunda-feira ao Ministério Público uma relação dos bens desviados da empresa, um rol de testemunhas e a síntese cronológica dos acontecimentos que culminaram com a paragem da laboração e a ausência dos administradores. Os trabalhadores não apresentaram formalmente uma queixa-crime, ao contrário do que tinham anunciado, porque o Ministério Público, por sua iniciativa, já tem em curso um processo de averiguações, para o qual forneceram este conjunto de elementos probatórios.

A entrega dos documentos no Tribunal de Arouca, inicialmente prevista para sexta-feira, só se concretizou dia 13 de manhã, devido a algumas imprecisões que tiveram de ser corrigidas, segundo disse, à Lusa, Manuel Graça. De acordo com este dirigente do Sindicato dos Operários de Calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra, a empresa tinha uma boa carteira de encomendas, estava modernamente apetrechada e o nível de produção era elevado.

Com 95 postos de trabalho, a ANLEPI parou completamente a laboração no final de Outubro, após o corte da energia eléctrica. Dez dos seus 95 empregados aceitaram a rescisão *amigável* de contrato e os restantes 80 entraram em greve pelo pagamento dos salários. Ultrapassado o prazo legal para a empresa processar os vencimentos, estes 80 trabalhadores passaram a enviar cartas de rescisão dos contratos com justa causa, que têm sido devolvidas.

Daquela empresa de calçado, situada em S. Miguel do Mato, Arouca, desapareceram, nos dias 13 e 14 de Outubro, onze máquinas (oito das quais recentes), três mil pares de sapatos, cinco mil pares de solas, milhares de unidades de pelaria de qualidade e outras matérias-primas. Os mentores do desvio terão sido os próprios sócios-gerentes, segundo as testemunhas hoje indicadas pelos trabalhadores. Tal actuação visava, na versão dos trabalhadores, fechar a empresa de forma fraudulenta, ludibriando os credores, entre os quais se encontram os seus operários, sem receber salários há dois meses.

Perante esse cenário e estimando a dívida aos trabalhadores em 60 mil contos, o sindicato vai agora comunicar a situação ao Tribunal do Trabalho e orientar as suas diligências para requerer a falência, adiantou Manuel Graça, referindo que a empresa era viável, se não fosse a gestão fraudulenta, pelo que o pedido de falência é a melhor maneira, na actual situação, de acautelar os direitos dos trabalhadores.

Enfermeiros questionam Governo

Reunido, nos passados dias 30 e 31 de Outubro, o Executivo da Direcção Nacional do Sindicato dos Enfermeiros Portugue-

ses analisou a actual situação político-social nacional, resultante das eleições legislativas e da tomada de posse do novo

Governo, bem como os seus previsíveis reflexos socioeconómicos.

«Os resultados eleitorais são a expressão inequívoca dos portugueses da necessidade de uma mudança política capaz de dar resposta às aspirações mais sentidas pela sociedade e de promover a melhoria das condições de vida», considerou o Executivo Nacional, afirmando que estão criadas justas expectativas para os trabalhadores.

Quanto às opiniões expressas pelo actual Governo aquando da sua tomada de posse, os enfermeiros manifestam a sua preocupação face à abordagem das questões da Saúde como área não-prioritária do futuro programa.

Os dirigentes do SEP decidi-

ram solicitar uma reunião com o primeiro-ministro, no sentido de abordar a concretização das propostas eleitorais do PS, e uma audiência à ministra da Saúde, de maneira a retomar as questões pendentes já debatidas com o Governo anterior e a apresentar um elenco de propostas de resolução prioritárias, relacionadas com esta classe em particular. Reunir com médicos e paramédicos com o objectivo de discutir reivindicações comuns foi outra das resoluções tomadas.

A direcção do SEP irá ainda convidar os grupos parlamentares a debaterem a nível nacional o Estatuto Profissional e a Ordem dos Enfermeiros, questões pendentes e de grande relevo para a profissão.



Recusada flexibilização «brutal» Plenário dia 20 analisa formas de luta no calçado

Nenhuma cláusula de flexibilidade será discutida pelas estruturas sindicais enquanto não estiver negociado um horário máximo de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira - reafirmou na passada segunda-feira o plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais do sector do calçado.

O plenário, promovido pela federação do sector (Fesete/CGTP-IN) em São João da Madeira, discutiu a actual situação de impasse nas negociações do contrato colectivo para o sector, que deveria entrar em vigor no mês passado. Só que, refere a resolução ali aprovada, «após três reuniões de negociações, nos meses de Outubro e Novembro, a associação patronal, Appicaps, vem mantendo uma posição irredutível de recusa em negociar as propostas apresentadas e coloca como questão prévia a aceitação de uma cláusula de flexibilização brutal dos horários de trabalho, cujo objectivo primeiro é transformar horas extraordinárias em horas simples, reduzindo assim, ainda mais, os magros rendimentos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que pretende institucionalizar horários de mais de 50 horas por semana».

«Esta atitude prepotente e até ilegal da Appicaps, ao recusar novos salários e outras matérias, está já a prejudicar e a sentir-se nos bolsos dos trabalhadores», denuncia a resolução divulgada pela Fesete.

O documento considera o comportamento patronal «tanto mais estranho, quanto o sector do calçado tem, nos últimos anos, sido apoiado pelos fundos públicos (nacionais e comunitários), cujos resultados positivos são visíveis nas áreas da gestão, organização, qualidade dos produtos, diversificação dos mercados, ganhos elevados de produtividade, como é publicamente reconhecido pela direcção da Apicaps».

No entanto, apesar de tais resultados, os representantes patronais «insistem em manter uma política de retrocesso social e de exploração da mão-de-obra barata, à custa de baixos salários, elevados horários de trabalho (43 horas), falta de respeito pelos direitos mais elementares», acusa-se na resolução, que aponta, em contraponto, o que se passa nos restantes países da União Europeia: «os salários são 3 a 6 vezes superiores aos nossos e o horário semanal caminha para as 35 horas». «Com a mesma firmeza com que lutamos pela cláusula social mínima nas regras comerciais a nível mundial, não podemos esquecer a nossa realidade e

afirmar que o *dumping* social tem que ser eliminado» - notam os dirigentes e delegados sindicais do calçado.

Por um contrato digno e justo

O plenário nacional decidiu assumir o compromisso de «proceder a uma ampla denúncia, junto dos trabalhadores e ao nível mais geral da nossa sociedade, dos comportamentos e tomadas de posição arrogantes da Apicaps e do patronato». Depois de reafirmar que «não discute nenhuma cláusula de flexibilidade, enquanto não estiver negociado um horário mínimo de 40 horas por semana, de segunda a sexta-feira», o plenário precisa que «estamos atentos às mudanças tecnológicas, comerciais e de mercados, reafirmamos a nossa disponibilidade para analisar e discutir novas matérias, desde que o patronato ponha de parte a sua pretensão de desregulamentação e revanche social e esteja disponível para discutir uma distribuição mais equilibrada da riqueza produzida, por forma a que os trabalhadores usufruam de melhores condições de vida e de trabalho».

Para a próxima segunda-feira, dia 20, está convocado

um plenário sectorial de sindicatos, que recebeu do plenário nacional de dia 13 mandato para «decidir a marcação de formas de luta, incluindo a

greve, com o objectivo da negociação de um contrato digno e justo», caso as negociações com a associação patronal não evoluam.

TORRALTA

A mudança de Governo levou os sindicatos e a comissão de trabalhadores da Torralta a solicitarem audiências aos novos responsáveis dos vários organismos oficiais que têm uma palavra a dizer no processo de viabilização daquela importante unidade turística. A primeira destas audiências, no Ministério da Economia, foi marcada para ontem à tarde, revelou o sindicato da Hotelaria do Sul.

RENAULT

As negociações entre o Estado Português e a Renault faziam parte da agenda da reunião que a comissão de trabalhadores da empresa ia ter ontem com o administrador-delegado. A CT, que para o efeito se deslocou à sede da Renault portuguesa, em Lisboa, convocou a comunicação social para «informar sobre a situação da empresa» e dar a sua posição acerca das negociações com os franceses.

SISMET

Foi marcada para segunda-feira uma reunião entre a comissão de trabalhadores e a administração da Sismet, onde deverá ser discutida a actual situação da empresa e as fortes críticas feitas aos responsáveis da empresa. O descontentamento ficou particularmente evidente no passado dia 25, quando teve lugar um dia de greve, com adesão de cem por cento, e um plenário que «mostrou inequívoca vontade de aprofundar a unidade entre os trabalhadores do Grupo e perspectivou futuras acções na defesa dos seus interesses».

EMEF

Uma concentração junto à sede da EMEF (empresa que gere as oficinas e manutenções que eram da CP) foi a forma como as organizações representativas dos trabalhadores expressaram o seu protesto contra a tentativa da administração de dar por encerradas as negociações do acordo de carreiras. Uma nota de imprensa da Federação dos Ferroviários (FSTFP/CGTP-IN) denuncia o facto de este *desfecho* ser ensaiado pela empresa «depois de ter chegado a acordo com uma organização que quase não representa ninguém e sem sequer ter feito nenhuma reunião de negociação efectiva com esta federação, que representa a quase totalidade dos trabalhadores ao serviço da EMEF».

Salários por pagar pararam Lopes da Costa

Os 270 trabalhadores da empresa Têxtil Lopes da Costa recusaram-se dia 6 de manhã a iniciar o trabalho, disse à Lusa Carlos João, do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta.

O sindicalista acrescentou que «quando da retoma do trabalho em 2 de Outubro, depois da empresa ter contraído um empréstimo de 100 mil contos junto da Caixa Geral de Depósitos para a compra de matéria-prima, foi acordado que a empresa pagaria o vencimento no final de cada mês». Este empréstimo foi avalizado pela presidente da Câmara Municipal de Gouveia, como forma de garantir os postos de trabalho.

No final de Outubro, e contrariamente ao que fora acordado, a

empresa não pagou o salário devido e comprometeu-se a pagá-lo dia 6 de Novembro. Mas, para surpresa dos trabalhadores, ao chegarem naquela segunda-feira à empresa para iniciar o trabalho, depararam com um comunicado no qual a administração dizia que o salário seria pago, «se possível», na sexta-feira seguinte.

Face a esta situação, os trabalhadores, já com nove meses de salários em atraso, decidiram não retomar o trabalho, pretendendo reunir com a administração para tentar encontrar uma solução para o problema.

Fisel

Carlos João acrescentou que «é provável que volte

também novamente a entrar em greve a Fiação Estrela de Seia (Fisel) que já recebeu 1,8 milhões de contos ao abrigo do Programa de Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP) para manter os 600 postos de trabalho que constituem o sustento de mais de 1500 pessoas».

O mesmo sindicalista sublinhou que a administração desta empresa havia garantido que pagaria o salário de Julho até 20 de Outubro, depois até 30 do mesmo mês - «mas não cumpriu nenhuma das promessas». Por isso, foi decidido entregar um pré-aviso de greve a começar na passada segunda-feira, se até lá não fosse pago o mês de Julho.

Fenprof define plano para este ano lectivo

Carreiras e salários à frente nas prioridades

A Federação Nacional dos Professores considera «urgente» que seja estabelecido um calendário para a revisão dos estatutos de carreira docente e remuneratórios dos docentes do Ensino Superior e do Ensino Básico e Secundário.

É também uma urgência, para a Fenprof, «alterar radicalmente» os vencimentos dos educadores que exercem a sua actividade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e recebem salários inferiores aos praticados na rede pública.

Estas decisões foram tomadas na reunião do Conselho Nacional da federação, realizada neste fim-de-semana e onde foi debatido e aprovado o plano de acção da Fenprof para o ano lectivo de 1995/96. Na reunião foi analisado também o programa do Governo para a Educação.

Uma nota de imprensa distribuída segunda-feira pelo Secretariado Nacional da Fenprof refere que a federação, «reafirmando a sua total independência face ao poder político, mas também o reiterado empenho na construção de uma escola pública de quali-

dade e de uma profissão dignificada e revalorizada, retoma, no seu plano de acção, as reivindicações profissionais aprovadas no seu 5º congresso, considerando que muitas delas exigem uma imediata solução por parte do novo Governo».

Citando um texto aprovado pelo Conselho Nacional, a nota salienta a disponibilidade da Fenprof para «encetar desde já um processo negocial sério, rigoroso e substantivo» com o executivo de Guterres e Marçal Grilo.

A ideia, inscrita no programa governamental, de estabelecer um *pacto educativo*, foi também abordada na reunião, decidindo o Conselho Nacional que procederá à sua análise «logo que o texto for conhecido, tomando então a atitude que julgar mais conveniente após consulta aos professores».

No Conselho Nacional da Fenprof foi aprovada uma moção condenando o assassinato de Isaac Rabin e apelando aos professores palestinianos e israelitas para que «continuem empenhadamente o processo de paz em curso».

Patrão condenado em Viseu por empregar uma menor

O Tribunal de Trabalho de Viseu condenou segunda-feira o proprietário de uma fábrica de paletes de madeira a uma multa de 280 contos por ter empregado em 1994 uma menor que viria a perder quatro dedos da mão direita num acidente de trabalho - revelou a agência Lusa.

Na sentença, o juiz António Moura de Magalhães refere que a menor Dorinda Almeida foi admitida ao serviço sem que o arguido, Bernardo Costa Almeida, tivesse assegurado que esta tinha idade legal para trabalhar e sem ter feito nada para saber se era legalmente admissível o trabalho que iria desenvolver.

O acidente em que a menor perdeu os quatro dedos ocorreu em Fevereiro de 1995, quando tinha apenas 14 anos (a idade mínima prevista na lei para a sua admissão como trabalhadora era de 15 anos). No entanto, a admissão de Dorinda Almeida

ao serviço na empresa de Bernardo Costa aconteceu em Setembro de 1994, quando esta tinha apenas 13 anos.

A menor é natural de Brunhosa, concelho de Satão, local onde funciona a empresa de Bernardo Costa. A mãe disse à Lusa que espera ver garantido o futuro da filha, exige uma pensão para o efeito e adianta: «Não descansarei até que a situação esteja bem clara».

Durante o julgamento, o juiz considerou que a pena aplicada se pode considerar «moderada», visto que a lei prevê uma multa de 250 a 1200 contos, mas deixou claro que Bernardo Costa deverá assegurar a pensão da menor, caso a companhia de seguros decline a responsabilidade.

No tribunal não entrou qualquer pedido de indemnização por parte da acusação, refere ainda o telegrama da agência.

Pensões e reformas — um comentário do PCP

1. Os valores das actualizações anuais das pensões da segurança social, tornados públicos pelo primeiro-ministro no final do debate do programa do Governo, suscitam ao PCP um comentário centrado em dois aspectos fundamentais: a diferenciação das taxas de actualização e o montante das pensões de reforma.

2. Quanto à diferenciação das taxas de actualização (que nos anos anteriores vinha sendo apenas posta em prática em relação às pensões mínimas) a decisão do Governo vai de encontro a uma continuada reivindicação do PCP, no sentido de as pensões serem anualmente elevadas de forma a garantir o incremento do seu valor real, devendo esse aumento incidir prioritariamente sobre as pensões mais baixas.

3. No que respeita ao aumento do regime dos trabalhadores rurais (de 19 600\$00 para 21 000\$00, ou seja 7,1%) e da pensão social (que passou dos 17 500\$00 para os 20 000\$00, 14,3% portanto), sem dúvida que ele é claramente superior em relação ao ano anterior, mas

situa-se mesmo assim em níveis absolutos muito modestos.

4. Em relação ao conjunto do regime geral - a modalidade contributiva obrigatória que abrange cerca de um milhão e 600 mil dos beneficiários da Segurança Social, trabalhadores por conta de outrem e independentes - não pode deixar de ser considerado notoriamente insuficiente o valor das actualizações anunciadas. E este aspecto é tanto mais penalizador desses beneficiários quanto o regime geral tem sido o verdadeiro sustentáculo financeiro da Segurança Social e possui uma situação superavitária.

Na realidade, a pensão mínima do regime geral (que, só ela, abrange mais de 600 mil beneficiários), ao passar de 27 600\$00 para 29 000\$00, registou um aumento apenas de 1 400\$00 por mês (46\$70 em média, por dia); esta actualização, que pouco mais é do que a reposição do poder de compra já perdido, é de quantitativo idêntico à registada há um ano e foi inferior à que se verificou há dois anos (1 500\$00); trata-se de um valor notoriamente insuficiente, que

em nada corresponde à imperativa necessidade de uma elevação significativa de pensões e reformas que se situam num nível tão baixo.

Quanto às pensões do regime geral acima da pensão mínima, apesar da estimativa da inflação para o presente ano se situar nos 4,5%, elas registam actualizações de apenas 4,5% (até 125 contos), de 4% (entre 125 e 250 contos) e de valor inferior acima desse escalão. A justeza do princípio de que as pensões mais degradadas e correspondentes a um elevado número de beneficiários devem ter um aumento muito maior do que as restantes não pode fazer ignorar as consequências da diminuição do valor real das pensões em alguns escalões, pelos riscos de fragilização do sistema público de Segurança Social, em face da ofensiva privatizadora que visa captar as contribuições de valor mais elevado.

5. No que respeita às pensões e reformas, o PCP propôs, antes da presente actualização, que as pensões mais baixas, inferiores ao salário mínimo nacional, beneficiassem de um aumento

geral de 5 000\$00 e irá propor que seja considerado, aquando do debate parlamentar do próximo Orçamento do Estado, o complemento de verbas necessário à concretização desse objectivo.

O PCP sustenta, quanto ao valor das pensões e reformas, que elas deverão ser anualmente elevadas de forma a garantir o incremento do seu valor real e a sua efectiva revalorização, devendo esse aumento incidir prioritariamente sobre as pensões mais baixas. E assume claramente o objectivo - cuja aplicação é defendida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) - de que as pensões e reformas mínimas não sejam inferiores a 60% do salário mínimo nacional (31 200\$00 em 1995).

O PCP defende uma política que garanta efectivamente os direitos adquiridos a todos os beneficiários da Segurança Social, bem como o rigoroso respeito pelos direitos em formação por parte dos contribuintes do sistema da Segurança Social.

15.11.95

O Gabinete de Imprensa do PCP



Aumentos das pensões são insuficientes — considera CGTP-IN

A CGTP-IN entende que os aumentos anunciados das pensões de reforma são insuficientes e não correspondem às reivindicações apresentadas pela central antes das eleições.

Recorde-se que os sindicalistas pretendiam que as pensões mínimas sofressem um aumento de pelo menos de 4 mil escudos, atendendo ao elevado número de pessoas que abrangem.

Contudo, a central vê como positivo que «se elevem de um modo mais significativo rendimentos mínimos da população, particularmente no que respeita à pensão social e à pensão mínima dos rurais». A elevação mais acentuada da pensão social, afirma a CGTP-IN, «terá também uma incidência positiva na instituição do rendimento mínimo garantido».

A discordância mais profun-

da surge com o facto de que «os regimes contributivos, que abrangem a larga maioria dos reformados, continuem a ser penalizados». Isto é, à excepção dos que têm pensões mínimas, grande parte dos pensionistas terão aumentos que se situarão entre os 4 e os 4,5 por cento, valores próximos ou inferiores à inflação, estimada para este ano entre os 4,2 e os 4,5 por cento.

A CGTP-IN defende, ainda, na sua nota de imprensa, a fixação em 1996 do rendimento mínimo garantido «para que gritantes desigualdades sociais possam ser minoradas», assim como reclama «medidas complementares nos domínios da saúde e da habitação com o objectivo de melhorar o nível de vida, a inserção e a participação social dos reformados».

Denunciado nos documentos preparatórios

Jovens sofrem mais o drama do desemprego

O movimento sindical empenha-se na preparação da Conferência da CGTP-IN sobre a juventude trabalhadora, marcada para dia 25

Entre 1993 e 1994 diminuiu 5 por cento o número de jovens empregados, enquanto os jovens sem emprego aumentou 19 por cento - denuncia-se no projecto de uma das resoluções que estará em apreciação final na Conferência Sindical da CGTP-IN, no dia 25 de Novembro, em Lisboa.

Encarada pelo movimento sindical unitário como uma iniciativa estratégica no âmbito da preparação do 8º Congresso da CGTP, a conferência deverá traçar orientações para a política da central no que se refere à juventude trabalhadora, à acção sindical entre os jovens e às formas de intervenção aos vários níveis da estrutura.

Como forma de dinamizar a preparação da conferência, está a decorrer até amanhã, com acções de rua, de empresa e de sector, uma semana sindical da juventude trabalhadora. Nas estruturas sindicais estão a ser debatidos dois projectos de resolução, que deverão ser votados na conferência, de onde também deverá sair um manifesto com as principais reivindicações da *Inter* para a juventude trabalhadora.

«Por um futuro melhor para a juventude» é o título do projecto de resolução

dedicado à análise do contexto político, económico e social em que se realiza a conferência. É neste documento que a Comissão Executiva da CGTP chama a atenção para o facto de que, «apesar da grande importância que os grupos etários mais baixos detêm no conjunto da população - os jovens dos 15 aos 34 anos rondarão actualmente os 3 milhões de indivíduos, representando mais de 31 por cento da população -, tem-se assistido nos últimos anos a uma diminuição do peso dos trabalhadores mais jovens no conjunto do emprego».

Em 1993, refere o documento, havia 755 mil trabalhadores empregados, naquele escalão etário, número que em 1994 baixou para 717

mil. Já o número de desempregados, também naquelas idades, subiu de 158 mil (em 1993), para 189 mil (no ano passado).

A CGTP salienta que «a taxa de desemprego dos jovens é duas vezes superior à taxa de desemprego total», enquanto «o pouco emprego que vai havendo para os jovens caracteriza-se por ser o de mais baixos salários, mais baixa qualificação profissional, menor segurança de continuidade e condições de trabalho menos atractivas».

No projecto são apontados os sectores dos têxteis, do comércio, da hotelaria, da fabricação de produtos metálicos e da construção

civil como «as actividades de maior incidência do emprego jovem e de maior acesso, sobretudo daqueles que, sem experiência profissional, oferecem por muito pouco a sua energia e criatividade, a sua vontade de se afirmar enquanto homem e cidadão». «É nestes sectores que os jovens, em troca de muito pouco, desempenham grande parte das tarefas de maior esforço físico, de maior risco e de menores índices de motivação ou conteúdo qualificante, na generalidade dos casos sem

o mínimo reconhecimento das habilitações escolares ou perspectivas de carreira dignas e gratificantes», nota o projecto em discussão.

Neste contexto, é ainda registado que «as medidas de política de emprego, especialmente dirigidas aos jovens, de acordo com os dados oficiais, abrangiam em 1995 cerca de 89 mil pessoas, contra mais de 110 mil em 1993». Neste período, o número de beneficiários baixou 20 por cento, enquanto as despesas foram reduzidas em 23 por cento (de 38 para 30 milhões de contos, ou seja, cerca de 30 por cento em termos reais).



Há mais jovens desempregados, mas foram reduzidas as medidas de política de emprego que lhes são dirigidas, refere a Intersindical (foto de arquivo)

Portos de abrigo para o Norte

Responsabilizando o anterior Governo pelos problemas e prejuízos causados, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, filiado na CGTP-IN, apela ao secretário de Estado das Pescas e à Direcção-Geral das Pescas para que sejam tomadas medidas urgentes, de forma a concretizar a resolução dos problemas do difícil acesso ao porto do Douro e da inexistência de portos de abrigo em muitas localidades desta zona, nomeadamente na Torreira e na Praia da Aguda.

Tomando em consideração o número elevado de pescadores que no Inverno, devido à falta de acesso das barras, à inexistência de portos de abrigo e aos defesos biológicos, se vêem impossibilitados de trabalhar, levando muitas famílias a situações de grande precariedade, os sindicalistas apelam igualmente para que sejam encontradas medidas de compensação a estes pescadores, alertando que, «a não serem tomadas medidas urgentes, também os actuais governantes serão igualmente responsáveis pelos problemas que venham a surgir».

Acordo UE - Marrocos

Portugal garante muita parra e pouca uva

Os acordos de pescas e de comércio livre entre a União Europeia e o Reino de Marrocos, concluídos na madrugada de sábado após uma maratona negocial, saldaram-se por um conjunto de medidas em atenção de Portugal que se pode classificar de "muita parra e pouca uva". Portugal ficou com a possibilidade de beneficiar de ajudas irrisórias para o sector de conservas de sardinha, e Marrocos com contingentes para cumprir até à total abertura das fronteiras em 1999. No dizer do ministro marroquino da Agricultura, "foi demasiado barulho para muito pouca coisa".

Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, a alteração do calendário para a total liberalização das importações marroquinas, por um lado, e as possibilidades de ajuda previstas, por outro, bastam para que esteja "assegurada a protecção dos interesses pesqueiros portugueses" em Marrocos e para que "o potencial exportador nacional para o mercado marroquino" esteja igualmente "fortemente ampliado". Em boa verdade, não se percebe como.

A alteração do calendário não se percebe. As 20 mil toneladas inicialmente previstas para chegarem ao mercado comunitário já em 1996, livres de direitos alfandegários, foram reduzidas para 19.500 toneladas; o contingente de 1997 mantém-se nas 21 mil toneladas, que aumenta depois em 1998 para as 22.500 toneladas. A partir de 1999, deixa de haver limites às importações marroquinas. O protelamento por um ano da abertura dos mercados (a

Comissão defendia a abertura das fronteiras em 1998) e a definição de contingentes não são, no entanto, nenhum ganho conseguido por Portugal, já que os contingentes fixados ultrapassam a média das importações marroquinas, que nos últimos oito anos não chegaram a 18 mil toneladas (apenas em 1992 essas importações chegaram às 19 mil toneladas). Ou seja, as importações continuam a ser, na prática, livres de direitos.

As reacções dos principais interessados estão longe de ser favoráveis. A Associação Nacional da Indústria de Conservas Portuguesas (ANICP), através do seu presidente, Manuel Ramirez, manifesta-se desiludida. "Se a média das conservas marroquinas a entrar no mercado comunitário é de 17.500 toneladas por ano, não se percebe por que razão este valor foi aumentado para 19.500 toneladas", sobretudo tendo em conta que "as conservas portuguesas têm o acesso vedado ao

mercado da União devido ao factor preço".

No que respeita às ajudas anunciadas, por outro lado, abundam dúvidas sobre os montantes, bem como os fins a que efectivamente se destinam. Para Manuel Ramirez, as ajudas financeiras anunciadas "não chegam a um terço do total que seria necessário". Uma opinião aparentemente partilhada em Bruxelas, onde no final das negociações não faltou quem afirmasse nunca ter visto tanta discussão "por um montante tão irrisório".

Verbas, para que te quero?

As questões relacionadas com os acordos alcançados em Bruxelas e ainda sem resposta são várias. Por exemplo, no respeitante aos anunciados 440 mil contos: qual o período de duração desta concessão, quais os objectivos específicos a que tal verba se destina, qual a sua origem orçamental?

Também no que se refere a outro anunciado apoio, no valor de cerca de três milhões de contos, está por esclarecer se o mesmo se destina à modernização e salvaguarda da indústria portuguesa, ou se, pelo contrário, se destina a apoiar a eliminação e redução desta indústria.

Questão ainda mais importante - e sem resposta - é a de saber se as

verbas agora anunciadas são dinheiro "novo", ou se, pelo contrário, provêm da reafecção de fundos (designadamente fundos estruturais) já atribuídos a Portugal no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Estas e outras questões (como as eventuais contrapartidas para Portugal em matéria agrícola) foram já colocadas à Comissão pelo deputado comunista Honório Novo, mas não é de admirar que as respostas só venham a ser dadas para as calendas gregas. Tanto quanto se sabe, as objecções levantadas pela Alemanha, Itália e Bélgica no âmbito do acordo de associação com Marrocos, e que se prendiam com as importações de flores cortadas, laranja e tomate, foram resolvidas a contento dos interessados, uma vez que foram ultrapassadas. O que não se sabe, é quais as consequências disso para os países do Sul, designadamente Espanha e Portugal. No país vizinho, o governo fez tábua rasa do parecer do Parlamento, que por 289 votos dos 289 deputados presentes se pronunciou contra o acordo de pescas e de associação da UE com Marrocos.

Em Portugal, a estreia auspiciosa de Jaime Gama, levando o debate prévio ao Parlamento e fazendo voz gossa à Comissão Europeia, arrisca-se a ficar para a História como (mais) uma manobra de diversão em que os interesses nacionais são trocados por um prato de lentilhas.

PRÉMIO SAKHAROV

A Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu, reunida dia 9 em Bruxelas, decidiu atribuir o Prémio Sakharov a Leyla Zana, deputada do Partido da Democracia da Turquia, recentemente condenada a 15 anos de prisão.

Leyla Zana, turca de origem curda, encontra-se detida desde Março de 1994 juntamente com outros parlamentares do DEP, e viu a sua sentença de 15 anos de prisão recentemente confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça turco. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), do qual o PCP faz parte, foi um dos promotores da candidatura, à semelhança do ano anterior, tendo como base que tal proposta representa a manutenção do desejo do PE "para que na Turquia exista uma verdadeira liberdade de expressão e um desenvolvimento das liberdades e direitos democráticos".

A decisão assume especial importância uma vez que é tomada numa altura em que o Parlamento Europeu discute a ratificação da União Aduaneira com a Turquia. Assim, para o GUE/NGL, a atribuição do galardão à deputada turca reforça a posição do PE de condicionar a votação favorável do acordo com a Turquia ao aprofundamento da democracia e respeito dos direitos humanos naquele país.

A decisão agora tomada representa, por outro lado, uma tomada de posição inequívoca de condenação da existência de numerosos prisioneiros políticos naquele país e de apoio ao povo curdo, uma vez que, tal como Leyla Zana, também os restantes dirigentes do seu partido são de origem curda.

RESERVAS AO ALQUEVA

O eurodeputado comunista Joaquim Miranda entregou uma pergunta escrita dirigida à Comissão Europeia a propósito das alegadas reservas que aquele órgão está a colocar ao financiamento da barragem do Alqueva.

O deputado comunista solicita à Comissão que "afirme a sua efectiva posição sobre o assunto e, em particular, e a confirmarem-se, quais as dúvidas, reservas ou condicionantes que lhe suscita o financiamento de tal empreendimento e, bem assim, como e quando entende ultrapassá-las". Semelhante posição da Comissão, ou mesmo o seu simples anúncio, poderá implicar um atraso significativo no início do desbloqueamento dos fundos comunitários previstos, cenário com o qual a importância e urgência da barragem não se compadecem. Assim, pede-se à Comissão uma posição "clara, inequívoca e definitiva sobre o assunto", além de que, a confirmarem-se tais reservas, "elas representariam uma forte contradição com a posição assumida no passado pela própria Comissão, nomeadamente pelo comissário Bruce Millas".

APOIO PARA OS AÇORES

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu apresentaram na sessão plenária daquele órgão a decorrer esta semana em Estrasburgo uma proposta de resolução com o objectivo de obter o apoio da União Europeia para as zonas da Região Autónoma dos Açores afectadas pela recente passagem do tufão "Tanya".

Na proposta, em que se lamenta a morte de um pescador espanhol e a existência de vários feridos resultantes do tufão, sublinha-se a gravidade dos prejuízos materiais provocados pelo mesmo: embarcações atingidas e afundadas; danificação das redes de comunicação, de distribuição eléctrica, telefónica e de abastecimento de água; estradas e ruas obstruídas; casas e estabelecimentos escolares danificados; pessoas desalojadas; estragos em culturas agrícolas e actividades pecuárias.

Carta aberta a Jaime Gama

No dia da reunião de Bruxelas que viria a concluir o acordo de associação comercial da União Europeia com Marrocos, o eurodeputado comunista Honório Novo convocou uma conferência de Imprensa, no Porto, em que apresentou as propostas e posições que o PCP e os seus deputados no Parlamento Europeu têm defendido. Após um breve historial da situação, Honório Novo alertou para as implicações em Portugal do referido acordo, nas bases em que estava a ser negociado. As decisões entretanto tomadas em Bruxelas não são se molde a desfazer as preocupações então anunciadas, pelo que o deputado comunista decidiu enviar uma carta aberta ao ministro Jaime Gama, de que reproduzimos alguns extractos, pedindo esclarecimentos.

(...)

1. É correcta a notícia de que o contingente de importação de conservas marroquinas isento de qualquer taxa aduaneira foi diminuído de 20 000 toneladas para 19 500 toneladas, em 1996? E que, para 1998, o contingente passa a ser de 22 500 toneladas, sendo derrogada para 1999 a entrada generalizada de conservas marroquinas, livres de qualquer taxa?

Tendo em atenção que a média anual mais recente de conservas que Marrocos têm exportado para a UE ronda as 17 500 toneladas (parcial ou totalmente oneradas com taxas aduaneiras), considera V. Excia, que as alterações nos contingentes e as derrogações de prazo aceites por Portugal vão ter algum efeito prático na defesa da capacidade concorrencial das conservas portuguesas?

2. Ao mesmo tempo foi divulgado um apoio de cerca de 2,2 milhões de ecus (à volta de 430 mil contos) destinado ao sector.

Qual a duração deste apoio? É um apoio anual, ou um apoio global, para o triénio 1996/98? Que objectivos específicos pretende atingir? De que forma? Qual a origem destas verbas? Correspondem a verbas «novas», devidamente orçamentadas (e em que linha orçamental) em termos comunitários? Ou correspondem à reafecção de verbas de outras rubricas já anteriormente atribuídas a Portugal?

Tendo em atenção a opinião já expressa pelas Associações Profissionais, o montante acima descrito parece ser, mesmo admitindo a modalidade temporal anual, manifestamente insuficiente para tornar competitivas as conservas portuguesas, garantir a sobrevivência do sector, e impedir novas reduções na frota da pesca do cerco.

3. Foi ainda divulgada a existência de uma quantia de cerca de 3 milhões de contos destinada a ajudar a indústria conserveira.

É ou não verdade que desses 3 milhões de contos, dois milhões já estavam anteriormente afectados à modernização da indústria conserveira, no âmbito do II QCA?

É ou não verdade que o milhão de contos «suplementar» vai ser obtido à custa da diminuição de verbas que já estavam atribuídas a Portugal para outros fins, no âmbito desse mesmo QCA? E a confirmar-se esta ideia, que objectivos concretos vão ser prejudicados com essa diminuição, e em quanto?

4. Nada foi divulgado sobre contrapartidas exigidas pela parte portuguesa para ajudar o sector agrícola português, designadamente produtores de tomate, de flores cortadas, de citrinos.

Confirma-se que outros Estados Membros obtiveram contrapartidas no sector agrícola? Quem e quais, exactamente? E Portugal, o que é que reivindicou exactamente para a sua agricultura, e o que é que obteve em concreto? Ou será que nada exigiu e, portanto, nada obteve?

Excelência

É urgente clarificar, através de uma informação precisa e rigorosa, e de uma discussão participada, todo este processo negocial.

Por isso, decidi dirigir-me a V. Excia. por forma a obter respostas urgentes.

Mas deixe-me desde já adiantar que, a ser verdade que a redução de contingentes e prazos de importação de conservas não têm quaisquer efeitos práticos positivos, a ser verdade que o montante de 2,2 Mecus é manifestamente insuficiente, a ser verdade que o milhão de contos adicional é retirado a objectivos diversos do IIQCA, a ser verdade que nada foi exigido para a agricultura, então, permita-me que, respeitosamente, lhe diga que Portugal em nada vai beneficiar com os «novos» termos do Acordo Comercial com Marrocos, que Portugal não deveria ter assinado tal acordo, e que os actos parecem ter desmentido as declarações de V. Excia. que em 10 de Novembro tinha considerado positivas.

É que o fundamental parece ter sido esquecido. E o fundamental teria sido conseguir condições para que as conservas portuguesas e os produtos agrícolas portugueses tivessem possibilidade de aceder ao mercado comunitário a preços, no máximo iguais, aos de idênticos produtos marroquinos.

Com os melhores cumprimentos.

Frente Anti-Racista recorda «Noite de Cristal»

A Frente Anti-Racista, lembrando a noite de 9 de Novembro de 1938 - a trágica "Noite de Cristal" onde os nazi-fascistas hitlerianos desencadearam uma onda de violência sobre os judeus na Alemanha -, enviou um comunicado aos órgãos de Comunicação Social apontando problemas sociais que considera graves: «o desemprego em massa, a exclusão social, a suspensão de direitos fundamentais dos cidadãos imigrantes, o racismo e a xenofobia, entre outros».

Face a estes problemas, a Frente Anti-Racista propõe «um combate firme a todas as formas de discriminação que estão enraizadas na sociedade portuguesa e exigimos tomadas de medidas concretas no campo legislativo que ponham termo a tais discriminações». Exige igualmente «a legalização de todos os imigrantes que se encontram em situação irregular na sociedade portuguesa». No campo da habitação, emprego e formação profissional, saúde e educação, entende «ser urgente que o Governo estabeleça os mecanismos indispensáveis para a concretização desses direitos».

Nova empresa em Montemor-o-Novo

Uma empresa de Produção e Comercialização de Produtos e Equipamentos para o sector agro-industrial vai instalar-se na zona industrial da Adua. Esta é a primeira empresa a beneficiar do sistema de incentivos que a Câmara Municipal colocou à disposição das empresas que se queiram instalar na zona industrial da Adua.

Esta nova empresa irá criar 12 novos postos de trabalho.

Câmara da Moita e as Juntas de Freguesia

Na sua última reunião, a Câmara Municipal da Moita aprovou o protocolo de desconcentração/descentralização de serviços para as Juntas de Freguesia, com efeitos a partir da aprovação do plano de Actividades e Orçamento da autarquia para 1996.

No âmbito do referido protocolo, que representa a transferência de uma verba global próxima dos 83 mil contos, as Juntas assumem responsabilidades em áreas como a educação e ensino (aquisição de mobiliário, limpeza de logradouros, entre outros), a manutenção e conservação de mobiliário urbano e equipamento (bancos de jardim, murais, cobrança e receitas dos mercados, etc), a conservação e manutenção de calçadas e o apoio ao movimento associativo.

O texto do protocolo de desconcentração/descentralização prevê que as Juntas de Freguesia prestem trimestralmente à Câmara Municipal informação sobre a actividade desenvolvida e os subsídios atribuídos.

Música e Desporto

A Câmara Municipal de Nisa disponibilizou verbas que possibilitem o prosseguimento no presente ano lectivo de activistas de animação musical na escola do 1º Ciclo do Ensino Básico. O projecto de Animação Musical foi iniciado no ano transacto por proposta do Município e no âmbito do programa J.V.S. - Jovens Voluntários para a Solidariedade - promovido pelo Instituto Português da Juventude. Com a concretização do projecto realizaram-se actividades de animação, sensibilização e iniciação ao ensino da música junto dos alunos do ensino primário.

Face ao balanço e avaliação positiva por parte dos professores, pais e instituições ligadas à actividade musical, o projecto tem continuidade no presente ano lectivo. Contudo, devido à transferência de dois jovens animadores para o Conservatório Regional de Beja, apenas uma animadora está em condições de assegurar o projecto, pelo que a Câmara deliberou disponibilizar a verba que permita alargar o horário dessa animadora e possibilitar que todas as turmas sejam abrangidas.

Também no presente ano lectivo decorrem as actividades de Educação Física e Iniciação à Prática Desportiva em todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância do concelho de Nisa. Para esse efeito, verifica-se regularmente a presença nas escolas de animadores desportivos da Câmara Municipal que orientam sessões integradas nas actividades curriculares e nos horários escolares.

Barreiro comemora o Dia Mundial do Idoso...

Integrado nas comemorações do Dia Mundial do Idoso, a Câmara Municipal do Barreiro vai promover o III convívio de idosos do concelho.

A iniciativa decorre no dia 17 de Novembro na SDUB "Os Franceses" a partir das 14 e 30 e vai incluir um concurso de dança animado pelo conjunto *Holiday* e uma actuação surpresa.

Decorre também de 12 a 19 de Novembro, na SIRB "Os Penicheiros", uma exposição de fotografia de António Patacas, dedicada ao idoso.

... e reforça sinalização

A Direcção Geral de Transportes Terrestres aprovou em Outubro último, um conjunto de candidaturas aos Fundos Comunitários para a realização, por todo o concelho, de diversos projectos na área do trânsito.

Com esta recente aprovação referente à execução de sinalização horizontal, a CMB vai executar a pintura de 50 passeadeiras para peões existentes na Freguesia do Barreiro.

Entretanto, no dia 2 de Novembro de 1995, Francisco Almeida Pinto tomou posse como vereador efectivo da Câmara Municipal do Barreiro, em substituição de Aires Manuel Jacinto de Carvalho, que pediu suspensão de mandato por motivo de tomada de posse como deputado da Assembleia da República.

CDU comenta situação em Albufeira

Após vários meses sem funcionar, a Câmara de Albufeira foi dissolvida, sendo eleita uma Comissão Administrativa e marcadas eleições intercalares para o dia 21 de Janeiro do próximo ano. «Esta solução havia proposta há 5 meses atrás pela CDU» recorda esta, acrescentando: «Na altura, perante o caos que se tinha instalado na Autarquia com paralisação dos seus serviços devido ao não funcionamento do Executivo Camarário por falta de quorum,

apontámos que só através de eleições intercalares era possível ultrapassar a grave situação».

E acentua a CDU de Albufeira:

«Conforme havíamos previsto, o não funcionamento da Autarquia com as faltas às Sessões de Câmara pelos Vereadores do PS e PSD conduziu à ausência de decisões, o que se reflectiu na não execução de obras, no perder de fundos comunitários, por atraso nas

candidaturas, nos atrasos de aprovação de projectos e na desorganização dos serviços camarários.»

Considerando que a eleição da Comissão Administrativa, realizada na sessão da Assembleia Municipal de dia 6 de Novembro», mostrou mais uma vez o entendimento entre o PS e PSD, recusando uma proposta da CDU para esta Comissão fosse constituída por elementos das várias forças políticas representadas na Assembleia

Municipal», a CDU reafirma «a necessidade de nas eleições de dia 21 de Janeiro serem eleitos Vereadores da CDU, qua através do seu trabalho, das suas propostas e da denúncia de irregularidades, darão um forte contributo para evitar situações negativas como aquelas que têm acontecido na Autarquia, implementando uma gestão virada para os interesses da população e desta forma recuperar de novo o bom nome de Albufeira.»

Vereador da CDU critica gestão de Cascais

Carlos Sota, Vereador da CDU na Câmara de Cascais que face ao balanço da gestão/95 efectuado na última Reunião de Câmara (95/11/08), a gestão municipal de maioria do Partido Socialista «tem adiado consecutivamente a resolução dos problemas das populações, a qualificação e o desenvolvimento do Concelho. Prova disso, é o balanço da gestão dos últimos dez meses onde os Vereadores do

PS só alcançaram 55% de realização do Plano de Actividades.»

Para o Vereador da CDU, merecem destaque, pelo negativo índice de concretização e ausências de estratégia, seguintes as áreas: Educação e Juventude; Acção Social; Saúde; Desporto; Habitação; Meio Ambiente e Espaços Verdes; Modernização e Estruturas Municipais; Formação Profissional dos Trabalhadores do Município; Rede

Viária e os Bº de Génese Ilegal.

Não menos significativo de um má gestão são as sucessivas ultrapassagens de prazos para a conclusão do Plano Director Municipal (PDM). «Carlos Sota, considera que este Instrumento é fundamental para a Qualificação e o Desenvolvimento do Concelho de Cascais», lamentando, que «não será em 1995 que o Município terá o seu PDM».

O vereador da CDU sublinhou ainda que «para os elevados meios financeiros, técnicos e humanos que a Câmara dispõe os 55% de concretização são um mau resultado e penalizador para o Municípios do Concelho. Tanto mais que, os Municípios sofreram durante este ano elevados aumentados na água, resíduos sólidos e na contribuição autárquica.»

CPPC assinala massacre de Santa Cruz

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) promoveu uma vigília de pesar, no dia 12 de Novembro, aniversário do massacre de Santa Cruz em Dili, perpetrado pelas tropas ocupantes da Indonésia contra a

população timorense. A vigília realizou-se à noite, frente à embaixada da Holanda, que representa a Indonésia em Portugal.

«Neste momento - assinala o CPPC - a questão fundamental que se coloca é pôr termo a 20

anos de ocupação, de violência e de terror, pelo direito à independência, à autodeterminação e o respeito pela liberdade e os direitos humanos em Timor-Leste».

JCP presente na iniciativa do CPPC

«A denúncia do massacre de Santa Cruz não deveria fazer esquecer outra data que é a do 7 de Dezembro, aniversário da invasão de Timor-leste pela Indonésia», afirmou Ricardo Oliveira, membro da Direcção Nacional da JCP, numa manifestação de solidariedade com a luta do povo timorense pela independência, iniciativa que o CPPC realizou no dia 13, no café *Com Estória*, em Setúbal.

A intervenção de Ricardo Oliveira veio no seguimento de uma evocação histórica dos acontecimentos feita pelo deputado Corregador da Fonseca, que tem feito parte da Comissão Eventual da Assembleia da República para o acompanhamento às questões de Timor, o qual lembrou que o regime ditatorial que reina na Indonésia vitimou milhões de patriotas no seu próprio país.

A sessão congregou cerca de cinquenta presenças, com destaque para jovens da comunidade timorense residentes em Setúbal.

A promover as iniciativas estiveram: o grupo de timorenses Lau Lemorai, o Centro de Tempos Livres da Cáritas, o Grupo Juvenil Imagine, o Grupo de Teatro de Aveiro Vivarte e a Juventude Comunista Portuguesa.



Peniche contesta acordos com Marrocos

A Assembleia Municipal de Peniche, reunida no dia 10 de Novembro, reivindicou «uma posição clara do Governo português na defesa e viabilização dos sectores das conservas e pesca de cerco, rejeitando quaisquer acordos que possam conduzir a uma diminuição da nossa capacidade exportadora de conservas de sardinha a troco de eventuais compensações financeiras.»

Esta posição da AM de Peniche foi tomada por unanimidade sobre uma moção apresentada pela CDU, fundamentada em três considerações: uma, «considerando as informações vindas a público, nos últimos dias, dando conta dos acordos de

pescas e de associação comercial entre a União Europeia e Marrocos visando, nomeadamente, as importações de conservas marroquinas para o mercado comunitário em troca da cedência de utilização das suas águas por embarcações da comunidade»; outra, «considerando a actual situação de dificuldades que os sectores da pesca de cerco e indústria conserveira atravessam no nosso país»; finalmente, uma terceira, «considerando as consequências sociais, económicas e políticas, designadamente para os pescadores de cerco, os trabalhadores e industriais do concelho de Peniche» destes acordos entre a União Europeia e Marrocos.

No valor de três milhões e meio de contos Mais duas importantes obras para limpar o Estuário do Tejo

A Câmara Municipal de Lisboa vai autorizar a abertura de concursos públicos internacionais para a concretização de mais duas obras determinantes no processo de despoluição do Estuário do Tejo, que o município de Lisboa encetou há anos e tem quase concluído: o Sistema Interceptor dos Efluentes Domésticos das Zona Oriental de Lisboa e adaptação e completamento da ETAR de Beirolos. A proposta é mais uma vez do vereador Rui Godinho, responsável pelo pelouro de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, que lançou e tem dirigido todo o processo desde o início.

A execução da adaptação e completamento da ETAR de Beirolos, para cuja empreitada a Câmara Municipal de Lisboa vai autorizar a abertura de um concurso público internacional, tem custos estimados em quase dois milhões de contos (concretamente 1.832.000 contos, com base nos presentes documentos contratuais). É uma obra de fôlego, dando origem a uma estação

que, segundo Rui Godinho, «permitirá níveis de qualidade das águas tratadas de tal modo que estas irão servir para a rega dos 60 hectares da zona verde que constituirá o Parque Urbano do Trancão». Além disso «garantirá que, na zona do estuário do Tejo onde se fará a descarga dos efluentes não utilizados para aquele fim, se possam verificar níveis de qualida-



Firmemente, a zona lisboeta do Estuário do Tejo caminha para a despoluição total

de ambiental das mais elevadas da Europa - isto no cumprimento das directivas comunitárias sobre qualidade da água.

Quanto à concepção/construção do Sistema Interceptor dos Efluentes Domésticos da Zona

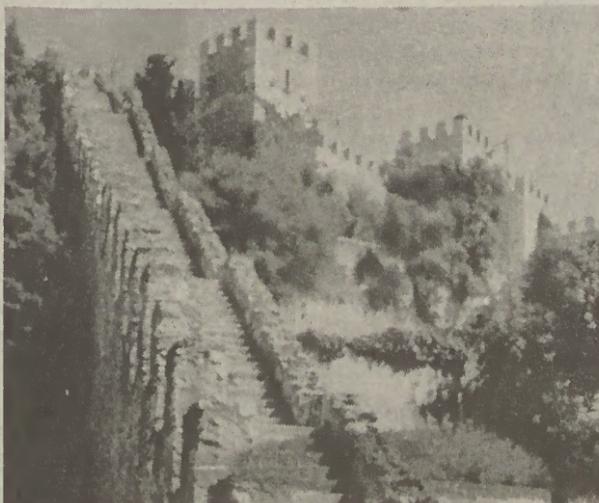
Oriental de Lisboa (que vai da Travessa do Grilo à Avenida Marechal Gomes da Costa, incluindo a zona de intervenção da EXPO'98), tem custos estimados em 1.600.000 contos, com base nos presentes estudos contratuais.

Também segundo Rui Godinho, «para o financiamento destas obras a Câmara Municipal de Lisboa apresentou candidaturas ao Fundo de Coesão e obteve já um compromisso a ser concretizado em protocolo com

a EXPO'98 para a cobertura total de despesa nacional não coberta pelo Fundo de Coesão, que ascende a 900.000 contos».

A despoluição do Estuário do Tejo assenta em três grandes zonas de intercepção dos efluentes domésticos vindos do vale de Alcântara, do vale de Chelas e da Zona Oriental, numa cobertura total da zona ribeirinha lisboeta. O sistema de intercepção de Alcântara já está em funcionamento, faltando completar a estação de tratamento, para o que se espera um financiamento comunitário de cerca de quatro milhões de contos.

Quanto ao subsistema de Chelas, que também aguarda conclusão, «já tem uma candidatura que só está à espera da anuência de Bruxelas, estando o respectivo concurso público internacional lançado desde 3 de Outubro último», recorda ainda Rui Godinho.



Os jardins do Castelo de S. Jorge vão ter um tratamento «personalizado»

Jardins de Lisboa com novos investimentos

Sob proposta do pelouro do Ambiente e Espaços Verdes, de que é responsável o vereador Rui Godinho, a Câmara Municipal de Lisboa vai aprovar em próxima sessão do seu executivo um conjunto de intervenções nos jardins da cidade.

Uma delas refere-se directamente ao Castelo de S. Jorge, cujos espaços ajardinados se considera urgente serem renovados, revitalizados e conservados, tarefa que se propõe ser adjudicada a uma empresa da especialidade, num investimento global de 26 mil contos/ano, prevendo o respectivo caderno de encargos a execução dos trabalhos por um período de 12 meses, renováveis por igual período.

Outro local que merecerá uma intervenção directa será o Parque Recreativo no Alto da Sera-

fina, situado no Parque Florestal de Monsanto, propondo-se a renovação e limpeza desta área através da adjudicação a uma empresa especializada, por um período renovável de um ano. O total deste investimento ronda os 8.500 contos.

Será também uma empresa especializada que vai realizar trabalhos diversos em jardins de Lisboa através do aluguer de equipamento com pessoal operador, o que custará um pouco mais de 17.100 contos.

Será ainda pago um subsídio à Associação de Fraternidade Cristã «O Companheiro» de 2.120 contos (3º trimestre deste ano), em cumprimento do protocolo existente entre a Câmara Municipal de Lisboa e esta organização, que se encarrega da limpeza e embelezamento de vias e jardins da cidade.

«Forum Lisboa, a Cidade e o Desporto»

Patrocinado pelo pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, de que é responsável o vereador Caleia Rodrigues, realiza-se no Pavilhão Carlos Lopes entre 21 e 25 deste mês de Novembro o «Forum Lisboa, a Cidade e o Desporto», uma iniciativa inédita em Portugal que se desenvolverá em três áreas: debates e encontros técnicos (em dois auditórios); animação desportiva (800 m²) e exposição (700 m²). Segundo o vereador responsável, «esta iniciativa permitirá à Câmara Municipal de Lisboa partilhar e discutir a sua experiência na área do Desporto com a população da cidade e com técnicos e autarcas de todo o País, havendo um prémio de cerca de 500 contos para o melhor trabalho jornalístico publicado sobre o FORUM.

Como dissemos, este «FORUM Lisboa, a Cidade e o Desporto» desenvolver-se-á em três áreas. A dos debates e encontros técnicos que decorrerão em dois auditórios, incide sobre múltiplas questões relacionadas com o desporto em geral e com a intervenção dos municípios neste domínio: o planeamento da cidade e o desenvolvimento desportivo, o contributo do ensino desportivo na formação dos jovens e a actividade física e saúde, serão alguns dos temas em foco nos trabalhos.

Outra área presente no FORUM é a própria animação desportiva, aberta a todos os visitantes, consistindo num espaço de 800 m² dedicado à iniciação de diversas modalidades.

Finalmente a exposição do FORUM, com 700 m² disponíveis, mostrará numerosos aspectos da actividade da Câmara Municipal de Lisboa na área do Desporto.

Embora se dirija à população em geral, o FORUM, em especial os debates, «está a despertar grande interesse em todo o País e pode-se afirmar desde já -

asseguram os seus organizadores - que participarão nesta iniciativa da CML autarcas, técnicos de educação física e médicos de todo o País, incluindo os Açores».

Muitos debates, muitas actividades e uma sumidade em Desporto e Saúde

A organização destaca, «pelo significado e importância da sua presença», a participação do Prof. Dr. Claude Bouchard, da Universidade de Laval, no Québec, que proferirá uma conferência sobre actividade física e saúde, seguida de debate, assinalando ainda que o Prof. Bou-

chard «é a maior autoridade mundial nessa área», havendo uma equipa finlandesa de televisão que virá a Lisboa expressamente para entrevistar o cientista canadiano.

Nas «Actividades Desportivas de Animação» que decorrerão nos cinco dias do FORUM há lugar para o xadrez, percursos de orientação, escaladas no Parque Eduardo VII, futebol, tiro com arco, jogo do pau, andebol, voleibol, atletismo em pequeno recinto, ténis de mesa, ciclismo, esgrima, modelismo, actividades gímnicas e jogos tradicionais.

Quanto aos debates, subordinar-se-ão aos seguintes temas: no dia 21 - «O Projecto Desportivo de Lisboa no Contexto Nacional e Internacional»; no dia 22 - «Os Planos de Modalidade no Desenvolvimento Desportivo da Cidade»; «Desporto e População Deficiente»; «A Participação Popular na Organização e Dinamização do Desporto em Lisboa»; «Planeamento da Cidade e Desenvolvimento Desportivo»; no dia 23 - «O Contributo do Ensino Desportivo na Formação do Jovem»; «Desporto e Comunicação Social» e ainda a Conferência «Actividade Física e Saúde», com o Professor Claude Bouchard; no dia 24 - «A Formação no Desenvolvimento Desportivo da Cidade»; «Desporto e População Idosa»; «Desporto Federado e Desenvolvimento Desportivo da Cidade»; «Desporto e Tolerância Contra o Racismo, Xenofobia e Violência».



Bulgária

O Partido Socialista Búlgaro (PSB), que reúne fundamentalmente os comunistas búlgaros, obteve uma esmagadora vitória nas eleições municipais, cuja segunda volta decorreu no passado fim-de-semana. O PSB, que detém a maioria no parlamento, conquistou as presidências das câmaras em dez das maiores cidades búlgaras e também na maioria das pequenas localidades. No total, o PSB ganhou as presidências de 21 grandes cidades, incluindo Sófia, a capital.

Itália

O presidente italiano, Oscar Luigi Scalfaro, afirmou que os mais de três anos que dura o inquérito "mãos limpas" foram insuficientes para acabar com o fenómeno da corrupção em Itália. Continua tudo na mesma, como se nada se tivesse passado", sublinhou Scalfaro, ao evocar a luta contra a corrupção que desde 1992 fez abalar a classe política e o mundo dos negócios em Itália. Em três anos, os magistrados anticorrupção investigaram mais de 4.000 pessoas, desde homens políticos de primeiro plano, dirigentes de empresas, banqueiros, funcionários, estilistas, juizes e militares. Entre os processos mais recentes figura o escândalo nas forças armadas, com mais de 2.000 militares sob investigação por casos de facturas falsas e as comissões ilegais pagas por empresas fornecedoras de material. Dois antigos primeiros-ministros foram acusados de corrupção, Bettino Craxi, refugiado na Tunísia, e Silvio Berlusconi, cujo processo abrirá em Janeiro em Milão.

África

O vice-presidente sul-africano Frederik de Klerk e o ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, poderão vir a ser incriminados num processo sobre violência no Kwazulu-Natal, afirmou o ministro da Segurança, Sidney Mufamadi. O antigo ministro da Defesa, dez generais e outros sete oficiais de patente menor, da polícia e forças armadas sul-africanas já compareceram em tribunal acusados de responsabilidades no assassinio político de 13 pessoas, num massacre ocorrido em 1987 no Kwazulu-Natal. Segundo os termos da acusação, o ataque foi lançado por uma unidade de autodefesa do Partido Inkatha da Liberdade (IFP), a "Caprivi 200", treinada numa base militar sul-africana na faixa do Caprivi, com "luz verde" do conselho de segurança do Estado. Segundo um dos relatórios da comissão Goldstone, criada para a investigação de crimes políticos, mais de 12.000 pessoas morreram durante os anos 80 no Kwazulu-Natal, em confrontos políticos e étnicos, em que tiveram

Libertação de Jenine saudada pela OLP

A libertação de Jenine foi saudada pelos dirigentes da OLP e pela população da cidade como um passo significativo rumo à criação de um Estado palestino.

"Em nome do presidente Arafat, declaro que Jenine é uma cidade livre para sempre", declarou o secretário-geral da Autoridade palestina, Tayeb Abdelrahim,

dirigindo-se a uma multidão de milhares de habitantes desta cidade do norte da Cisjordânia, que passou dia 13 para controlo palestino.

"A libertação de Jenine marca mais um passo em direcção à criação de um Estado palestino com Jerusalém como capital", afirmou Abdelrahim.

"Devemos agradecer às

forças de paz em Israel que mantiveram os seus compromissos ao aplicar a segunda fase do acordo de autonomia", acrescentou.

Abdelrahim lançou um alerta contra "as tentativas dos extremistas judeus de assassinar a paz", numa alusão ao assassinio do primeiro-ministro Yitzhak Rabin a 4 de Novembro em Telavive.

"O terrorismo também existe do lado israelita e os colonatos judaicos são o seu redu-to", disse.

O secretário-geral advertiu os opositores palestinos da autonomia que "a violência não terá qualquer direito" na entidade palestina.

"Sem segurança não existirá nem unidade nacional, nem democracia, nem desen-

volvimento económico. A Autoridade palestina é a única responsável pela segurança e não aceitaremos a presença de outras forças como na Somália ou no Afeganistão".

"Pedimo-vos que respeitem os compromissos da OLP. Podem opor-se, mas através de formas democráticas", sublinhou.

Argélia

Eleições em Breves

Argélia - Os militares, guardas e polícias começaram a votar, com 72 horas de antecedência, nas eleições presidenciais argelinas, assim como os nómadas do sul do Saara, para onde foram enviadas assembleias de voto itinerantes.

Simultaneamente, entrou em vigor por todo o país uma série de medidas destinadas a reforçar a segurança da primeira volta do escrutínio presidencial, que decorre hoje, quinta-feira.

No sul, as assembleias de voto itinerantes permitirão aos nómadas e aos habitantes de pequenos aglomerados populacionais isolados participar durante três dias nestas eleições.

Para a região de Illizi (a 1.200 quilómetros de Argel), onde existem cerca de 18 mil eleitores, deverão ser enviados 46 veículos equipados de

urnas, enquanto para Laghouat (300 quilómetros a sul) serão encaminhadas 62 assembleias de voto itinerantes.

Todos os mercados e estabelecimentos escolares (alguns dos quais são utilizados como locais de voto), foram encerrados. Do mesmo modo, todas as manifestações desportivas foram adiadas e a circulação dos veículos pesados de transporte passa a ficar sujeita a determinadas restrições.

Por outro lado, o governo recrutou vários milhares de militares na reserva para colaborar na vigilância das 33.783 assembleias de voto, onde deverão votar os cerca de 16 milhões de eleitores inscritos.

França - Os 620 mil cidadãos argelinos ou com dupla nacionalidade residentes em França afluíram em massa às

urnas este fim-de-semana para eleger o presidente da Argélia, alguns dias antes da data prevista para a realização do escrutínio no seu país.

A votação decorreu em 22 consulados argelinos situados nas principais cidades francesas. Em Paris, Nice, Marselha, Lyon e Lille - cidades que acolhem importantes comunidades argelinas - formaram-se longas filas durante todo o fim-de-semana, obrigando os eleitores a várias horas de espera.

A grande afluência registada - apesar dos apelos lançados pelos fundamentalistas islâmicos para boicote a estas eleições - levou as autoridades consulares argelinas a manter as urnas abertas até à meia-noite de domingo.

A comunidade argelina residente em França pediu que o período de voto se prolongasse por seis dias, mas as

autoridades francesas decidiram que a votação decorreria apenas nos dias 11, 12 e 16, esta última data coincidente com a realização da primeira volta na Argélia.

As eleições presidenciais argelinas são boicotadas pelos principais partidos da oposição e pelos movimentos fundamentalistas, nomeadamente pela Frente Islâmica de Salvação (FIS, dissolvida).

Itália - Um em cada três eleitores argelinos recenseados em Roma votou nas eleições presidenciais argelinas, anunciou a embaixada da Argélia na capital italiana.

Cerca de 30 por cento dos 355 eleitores inscritos compareceu na embaixada, onde as operações de voto decorreram sem incidentes.

Em Nápoles, onde os eleitores inscritos são 1.517, a percentagem de votantes no

consulado argelino foi de cerca de 24,5 por cento.

A pequena comunidade argelina que vive em Itália é recente e vários votantes têm menos de 30 anos.

É preciso esperar pelo dia 16 de Novembro, último dia do escrutínio, para conhecer a percentagem definitiva dos votantes em Itália.

Alemanha - Mais de 40 por cento dos eleitores argelinos residentes na Alemanha votou até ao terceiro dia da consulta para a eleição presidencial de 16 de Novembro na Argélia, anunciou a embaixada argelina em Bona, que espera uma taxa de participação final "bastante superior a 50 por cento".

A Alemanha tem actualmente cerca de 9.000 residentes argelinos, dos quais 7.000 estão inscritos nos cadernos eleitorais.

Nigéria

A morte para os críticos da Shell

O escritor e activista dos direitos humanos nigeriano Ken Saro-Wiwa foi executado, juntamente com mais oito dirigentes do Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP).

O escritor nigeriano dirigiu uma campanha pública, em nome dos 500.000 membros da tribo Ogoni, com o objectivo de denunciar a poluição causada pela indústria petrolífera do país, que está a afectar a qualidade das suas terras e águas.

Homens armados foram entretanto colocados nos Estados do Delta e do Rivers (no Sul) e nas principais refinarias petrolíferas que existem no país.

Na sequência dos enforcamentos, a Commonwealth suspendeu a Nigéria. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha anun-

ciaram a interrupção da venda de armas ao regime de Lagos. A Comissão Europeia decidiu suspender a cooperação para o desenvolvimento.

Vários dos participantes da Cimeira da Commonwealth, que lançara um apelo de clemência, tinham defendido a expulsão da Nigéria da comunidade, caso o regime militar daquele país não atendesse aos numerosos pedidos surgidos de todo o mundo contra a execução dos nove dirigentes do MOSOP.

A organização ecologista Greenpeace acusou a multinacional petrolífera Shell de "cumplicidade" nesta condenação à morte.

Num comunicado divulgado em Paris após as execuções, a Greenpeace lembra que "as manifestações pacíficas desen-

cadeadas por Saro-Wiwa e o seu povo contra a Shell foram brutalmente reprimidas pelo Governo militar do general Sani Abacha".

"Condenando à morte os nove ecologistas após um processo viciado, a junta militar procura desembaraçar a Shell de um protesto incómodo", salienta.

A Greenpeace sublinha que "as receitas do petróleo representam 80 por cento do Produto Nacional Bruto da Nigéria, com a Shell a fornecer, só por si, metade deste maná".

O presidente da Shell Internacional, Cornelius Herkstroeter, escreveu ao chefe de Estado nigeriano, general Sani Abacha, pedindo clemência para os nove condenados, mas manifestou-se contra as condenações e pressões internacio-

nais, alegando que o caso exigia uma "diplomacia de pequenos passos".

Os dirigentes do MOSOP acusaram, por diversas vezes, a Shell de conluio com o regime militar nigeriano, denunciando mesmo que a agitação na região Ogoni, que levou à morte de quatro líderes locais em Maio de 1994 (incidente utilizado para a condenação dos nove activistas) teria sido estimulada pelos militares com a cumplicidade da Shell.

A Nigéria é de há muito um país em crise, em que os regimes militares se vão sucedendo, de par das promessas de constituição de um governo civil.

Em Janeiro de 1986, o então presidente, general Ibrahim Bagangida, prometeu a constituição de um governo

civil para 1 de Outubro de 1990, que deveria ser democraticamente eleito. A estas promessas seguiu-se um processo agitado, com sucessivos protelamentos, manobras dos militares, dissolução de instituições eleitas.

Moshood Abiola, do Partido Social-Democrata, de centro-esquerda, vencedor das eleições presidenciais de 1993, nunca chegou a tomar posse e encontra-se actualmente preso.

Hoje, os militares mantêm o poder, enquanto renovam promessas de um outro programa político, desta feita para devolver o poder aos civis até ao ano de 1998. Entretanto, nas ruas de Lagos, as manifestações populares - nestes dias, de protesto contra os enforcamentos - continuam a ser reprimidas.

África

Alguns progressos num mundo de problemas

Estatísticas socioeconómicas sobre a África, divulgadas em Joanesburgo pelas Nações Unidas, indicam relativos progressos do desenvolvimento humano durante as últimas décadas, apesar do continente continuar muito aquém do resto mundo.

A análise consta de um relatório compilado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e nele se afirma que "foi conseguido progresso substancial no desenvolvimento humano apesar de muitos anos de depressão económica e de tensões sociais". "Durante as últimas três décadas a esperança de vida aumentou em 11 anos e a taxa de alfabetização dos adultos cresceu de 28 para 51 por cento", refere-se.

Países como o Botsuana, Cabo Verde, Lesoto, Maurícias e a Suazilândia conseguiram um crescimento considerável do PIB (produto interno bruto), de mais de 5 por cento, entre 1980 e 1992, quando a maioria da África subsahariana experimentava uma evolução negativa.

Segundo o estudo, diversos países africanos mostraram ao Mundo que os rendimentos não são necessariamente um contributo decisivo para o desenvolvimento humano e a igualdade entre os sexos.

Com recursos escassos mas uma forte vontade política, o Zimbabué, por exemplo, elevou a taxa de alfabetismo feminino para 78 por cento, ou seja, 32 por cento mais do que a Arábia Saudita, onde o rendimento per capita é mais de 13 vezes superior.

"No entanto, estes progressos não têm magnitude suficiente para se repercutirem na formidável lista de problemas de desenvolvimento humano em África", sublinha o estudo.

"Entre as nações em desenvolvimento, os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) na África subsahariana (0,389) são mais baixos do que qualquer outra região do mundo e menos de metade da América Latina e Caraíbas (0,823)".

A outra face dos progressos assinalados no relatório do PNUD é, entretanto, impressionante.

"A esperança de vida para a África Austral é de 50,8 anos, a mais baixa de todas as regiões (do mundo), a situação respeitante à saúde e nutrição é igualmente má", refere o relatório.

"As percentagens de população com acesso a serviços de saúde, água potável e cuidados sanitários são respectivamente de 58, 43 e 38 por cento".

"Apenas 54,9 por cento dos adultos sabe ler e escrever e a taxa de escolaridade é de 42 por cento, indicando uma formação muito baixa de capital humano", prossegue o estudo regional.

O relatório sublinha depois que o rendimento per capita da África Subsaariana é, com 1.346 dólares, o mais baixo de

todas as regiões do mundo e que esta situação, sendo crítica em termos gerais, pior o é para as crianças e mulheres.

A taxa de mortalidade infantil atinge os 97 por mil nados vivos e a percentagem de subalimentação entre as crianças com menos de cinco anos ronda os 30 por cento. Por cada 100 homens, apenas 66 mulheres tiveram acesso à escola e o sector feminino constitui apenas 33,9 por cento da força laboral registada.

"As mulheres sofrem o maior fardo das privações

humanas (em África)", frisa o documento. "O balanço trágico de mortalidade materna permanece uma maldição, com 150 mil mulheres africanas a morrerem anualmente por complicações relacionadas com a gravidez e parto".

"A mortalidade materna é mais elevada na África Subsaariana que em qualquer outra região. Uma mulher africana corre um risco 180 vezes maior de morrer de complicações na gravidez que uma da Europa Ocidental", alerta o relatório.



Apesar de alguns progressos, as crianças são particularmente atingidas pelo subdesenvolvimento

papel relevante, sob cumplicidade de responsáveis superiores, actividades de chamados "esquadrões da morte".

Israel

A justiça israelita já ordenou a detenção de seis suspeitos de envolvimento no assassinio de Yitzhak Rabin. Segundo o ministro da Polícia, Moshe Shahal, o assassinio foi fomentado por um grupo que pretendia travar o processo de paz e armazenava armas e explosivos destinados a perpetrar outros atentados. Entretanto, uma sondagem divulgada pelo jornal Yediot Aharonot indicava que a popularidade do candidato de direita ao cargo de primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, baixou desde o atentado contra Rabin. A mesma sondagem indica que 74 por cento dos inquiridos são favoráveis à continuação do processo de paz com os palestinianos e apenas 23 por cento são contra.

PAM

"Este ano já não conseguimos dar resposta às necessidades de ajuda alimentar" e esta situação deverá agravar-se no decurso dos próximos anos, disse Catherine Bertini, directora do PAM, uma das agências especializadas das Nações Unidas. Segundo o PAM, cerca de nove milhões de toneladas de ajuda alimentar foram distribuídas no Mundo durante este ano. "O que é mais preocupante é que mesmo que se triplique estes nove milhões de toneladas mal dá para manter o statu quo", sublinhou Bertini. Este "statu quo deixou cerca de 200 milhões de crianças subalimentadas", num total de cerca de 800 milhões de pessoas, principalmente mulheres e crianças, em situação crónica de subalimentação. Bertini criticou a redução de cerca de dois mil milhões de dólares do orçamento do PAM para o ano 1996-97, o que forçará a agência das Nações Unidas a encerrar 18 representações no mundo.

Guatemala

O candidato conservador às eleições presidenciais na Guatemala, Alvaro Arzu, é o virtual vencedor nas eleições realizadas no passado fim-de-semana. Comentando o desenrolar do escrutínio, Rigoberta Menchu, prémio Nobel da paz 1992, afirmou que muitos indígenas foram às urnas domingo para eleger um novo presidente, vice-presidente, 80 deputados e 300 representantes municipais, "mas não sabiam por quem votavam". Explicou que, devido à elevada percentagem de analfabetismo no meio rural, as pessoas não puderam ou não souberam utilizar convenientemente os boletins de voto.

PCP saúda MPLA

Por ocasião do 20º aniversário da independência de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do MPLA a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas,
Na passagem do 20º Aniversário da independência de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do MPLA, e por seu intermédio, o povo angolano.

Culminando uma longa luta, na qual sobressai a acção de

libertação armada conduzida pelo MPLA desde 1961, o povo angolano logrou derrotar o colonialismo, conquistar a independência e proclamar em 11 de Novembro de 1975 o seu próprio Estado soberano.

Trata-se de um acontecimento de grande significado que, aliado à conquista da independência pelo povo de

Moçambique e demais povos sujeitos ao domínio colonial português, acelerou a marcha da história em toda a região sul do continente africano. A conquista da independência da Namíbia e a transição democrática na África do Sul com a derrocada do regime do apartheid são indissociáveis do processo libertador de Angola.

O rumo da revolução angolana suscitou desde a primeira hora a hostilidade do imperialismo. Apesar da intervenção armada dos racistas sul-africanos e da guerra de destruição desencadeada pela UNITA, o povo angolano, conduzido pelo MPLA e apoiado por um amplo movimento de solidariedade internacionalista, soube defender a integridade territorial do país e começar a criar condições para a reconstrução nacional e o seu projecto de progresso social.

Nos 20 anos decorridos desde a fundação da Repúbli-

ca Popular de Angola grandes tempestades abalararam o mundo. Aproveitando a derrocada da URSS e outros países socialistas as forças da reacção e do imperialismo tudo tem feito para fazer retroceder o processo de emancipação da humanidade. Confiamos porém em que a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos, com o fortalecimento da sua cooperação e solidariedade internacionalista acabarão por barrar o caminho aos projectos de hegemonia mundial das grandes potências, e consagrar o direito dos povos à livre escolha do seu próprio caminho de desenvolvimento.

O PCP, que desde o primeiro momento da luta de libertação nacional esteve com o MPLA e o povo angolano e considera a revolução do 25 de Abril e a libertação dos povos das antigas colónias portuguesas inseparáveis, está também hoje, nas novas e complexas condi-

ções políticas, solidário com a luta do MPLA e do povo angolano pelo efectivo cumprimento dos acordos de paz, a reconstrução nacional e o progresso social.

O PCP defende o desenvolvimento de relações privilegiadas de amizade e cooperação entre os nossos dois povos e países, no respeito pelos princípios da igualdade, não ingerência e vantagem recíproca, dando firme combate a tentativas que violem os princípios básicos em que assentam as relações entre Estados soberanos.

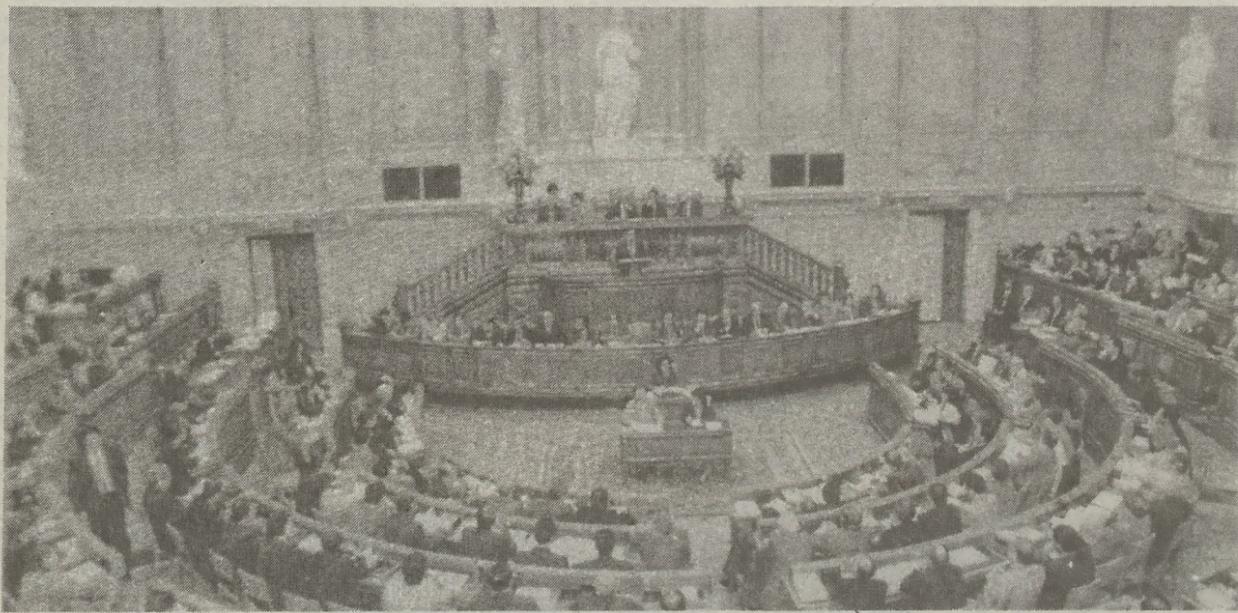
Fazendo votos para que o MPLA obtenha os maiores êxitos nas suas grandiosas tarefas e para que a paz seja finalmente uma realidade duradoura, renovamos a nossa vontade de continuar a agir para que entre o PCP e o MPLA se reforcem as fraternais relações de amizade, solidariedade e cooperação.

Telegrama

Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal enviaram a José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA e da República de Angola, o seguinte telegrama:

Na passagem do 20º aniversário da independência de Angola, saudamo-lo calorosa e fraternalmente e felicitamo-lo pelos sucessos alcançados, à frente do MPLA e do país, desejando-lhe os maiores êxitos no desempenho das suas elevadas responsabilidades.

Mudança real o



“Combateremos firmemente todas as orientações e medidas que se traduzam na continuidade da política de direita que esteve na origem determinante da derrota do PSD. (...) Lutaremos por uma política de esquerda que se concretize com medidas e erga sem tibiezas a bandeira dos valores da esquerda, os valores de Abril, pelo povo e por Portugal”. Nestes precisos termos, clarificando o travejamento futuro da sua acção, definiu o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, a posição dos comunistas perante o novo Governo. Foi na sessão final de apresentação do Programa do Executivo, submetido ao juízo do Parlamento na semana transacta, um debate que se prolongou por três dias e no decorrer do qual foram expostas por António Guterres e pelo seu elenco os grandes objectivos e linhas gerais que pautarão a acção governativa. Concluído o debate, essencialmente marcado pelo anúncio de intenções e princípios - dos quais é justo reter a vontade em adoptar um novo estilo, firmar o diálogo e valorizar o papel do Parlamento -, não é ainda possível avaliar com inteiro rigor a verdadeira natureza das opções estratégicas que nortearão a

Carlos Carvalhas

“Seremos nesta Assembleia a oposição de esquerda”

A governação não se esgota no estilo e no diálogo

O debate do programa do Governo se bem que tenha evidenciado pontos que merecem o nosso acordo e que há muito defendemos, a verdade é que em questões essenciais, explicitou orientações, que nos merecem as maiores reservas.

O novo estilo, a defesa do diálogo, a abertura para ouvir, são importantes. Mas a governação não se esgota no estilo e no diálogo. É pelos frutos que se avaliará a árvore.

Para a derrota do PSD pesou sem dúvida o autoritarismo e a cultura do «quero, posso e mando», mas o que teve peso determinante nesta derrota foi a política de concentração de riqueza, de liquidação do aparelho produtivo nacional, a política seguidista de Maastricht.

Não tenha ilusões Senhor Primeiro-Ministro, que nem o diálogo, nem as declarações de princípio, nem algumas medidas pontuais positivas, apagarão a frustração e o desencanto que se verificará, se em questões essenciais prosseguir a política que foi derrotada nas urnas.

Por isso, ao contrário do que aqui afirmou o deputado Dr. Fernando Nogueira, as promessas do Partido Socialista e nomeadamente as essenciais, isto é, o bem-estar para as populações, a elevação do poder de compra real dos salários e das reformas, a diminuição do desemprego e do trabalho precário, o trabalho com direitos, o efectivo desenvolvimento são perfeitamente possíveis de cumprir.

Mas não o serão se elas forem preteridas pelos interesses dos grandes senhores do dinheiro, não o serão se, como infelizmente este Programa e este debate perspectivam, o governo «valorizar como aqui foi afirmado a imitação» da política do PSD «em detrimento do original».

A política de continuidade

A política de privatizações rápida e intensa, a política de moderação salarial, a política de defesa de maior flexibilidade e desregulamentação, - onde é que nós já ouvimos isto - tem naturalmente os sorrisos e os aplausos do PSD e do PP, mas não irá ao encontro das aspirações do povo português.

É uma realidade que a política de privatizações que tem o apoio do PSD e do PP foi e será fonte de desemprego e de clientelismo, de abertura de portas à dominação do capital estrangeiro,

de chorudos negócios feitos com o património público, de desvio de milhões e milhões de contos que poderiam e deveriam ser aplicados no investimento criador de empregos.

É uma realidade que a política de moderação salarial que tem o apoio do PSD e do PP, tem levado à degradação dos salários e das pensões e ao agravamento da repartição do Rendimento Nacional em detrimento dos trabalhadores, pelo que a sua correcção e a necessidade de alargamento do mercado interno com a defesa da produção nacional, não pode ficar por pequenos aumentos acima de uma taxa de inflação, ainda por cima manifestamente subestimada.

É uma realidade que a política de flexibilidade e de desregulamentação que tem o apoio do PSD e do PP, tem aumentado a exploração, os abusos e a precariedade. Os contratos a prazo, e o trabalho a recibo verde são hoje em muitas empresas e instituições não uma excepção, mas a regra. Isto é inaceitável e inadmissível. Há trabalhadores que estão com recibo verde, anos e anos. E isto tem a ver com as perspectivas que se abrem para a juventude e com o direito de cidadania na empresa sublinhado aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro. Mas sobre isto o programa do Governo nada diz. Aqui nem sequer contem fórmulas generosas, vagas ou difusas.

Não se pode fechar os olhos a esta realidade. Não se pode escamotear o que significa maior flexibilidade e desregulamentação.

A mesma linha de continuidade neoliberal encontramos-la, por exemplo na área da Saúde onde a extensa coincidência entre a política promovida pelo anterior Governo do PSD e as orientações nucleares agora afirmadas no programa do Governo, não podem deixar de ser observadas infelizmente, como a confirmação das acusações de plágio que o anterior responsável governativo dirigiu ao PS.

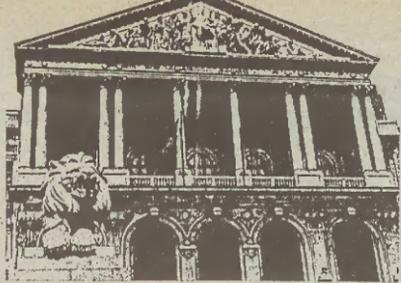
Em nome da chamada «dissociação da condição de financia-



dor» por parte do Estado e da «administração da prestação de cuidados de saúde», o que se anuncia de facto no programa do Governo é a tatcheriana privatização dos serviços de saúde com o recurso a diversas e sofisticadas modalidades.

Por outro lado, em relação à solidariedade e à segurança social também o programa do Governo enuncia não poucos propósitos generosos e orientações genéricas, mas quando se passa às medidas, é a linha de desresponsabilização do Estado no domínio das funções sociais que perpassa em muitos pontos do documento. E suscita-nos também muitas reservas o propósito de sistemática transferência de responsabilidades (e de gestão de importantes recursos financeiros) para entidades de natureza particular, com interesses e objectivos específicos, não confundíveis com o interesse público.

Não tenha também ilusões Senhor Primeiro-Ministro que uma fiel submissão aos sacrossantos «critérios de convergência» de Maastricht por si aceites levarão à deflação da economia, com o seu cortejo de falências, de aumento do desemprego, do trabalho precário e das bolsas de exclusão e de pobreza, fontes de insegurança, da marginalidade e de toxicod dependência. O chamado estado de graça desaparecerá. O Orçamento chegará em breve. E com



erno

ou continuidade?

partir de agora o comportamento do Governo liderado por Guterres.

E isto pela simple razão de que se é certo que vieram a lume aspectos em que o posicionamento evidenciado pelo Governo permite deixar antever a intenção de aplicar políticas e medidas positivas no plano social - as quais, importa observar, não deixaram de ser registadas e de merecer aprovação por parte da bancada comunista -, não é menos verdade que outros aspectos houve, em matérias fulcrais, que suscitaram legítimas reservas e preocupações no campo das forças democráticas e de esquerda, concitando, simultaneamente, os primeiros e naturais sinais de aplauso do PSD e do PP.

Referimo-nos, concretamente - e estas foram questões essenciais para as quais Carlos Carvalhas chamou a atenção (ver discurso nestas páginas) -, à política de privatizações, aos reiterados conceitos de flexibilização e desregulamentação no plano laboral, bem como às anunciadas prioridades no que respeita aos critérios de convergência de Maastricht. Colocadas no centro do debate pelos parlamentares comunistas, nenhuma destes assuntos foi convenientemente

esclarecido, como por clarificar ficaram, noutra plano, matérias relacionadas com o sistema político e o regime dos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos, como sejam as leis eleitorais, os limites materiais dos Serviços de Informação ou os direitos fundamentais de algumas categorias profissionais.

Daqui resulta que, para além da contradição aparentemente insolúvel que tem a ver com a ideia de compatibilizar as anunciadas propostas de ordem social com o ambicionado projecto de concretizar a moeda única e cumprir os critérios de convergência nominal - um dilema posto a nu por Octávio Teixeira logo na abertura dos trabalhos debate -, emergiram do debate da apresentação do Programa do Governo muitas interrogações que despertaram outras tantas inquietudes e preocupações.

Ora, é justamente na abordagem destes problemas que reside uma questão nodal - que o debate não veio de todo em todo clarificar -

a qual reside em saber em que medida e até que ponto está o Governo animado pelo propósito de implementar uma política que vá ao encontro e respeite as expectativas de mudança evidenciadas pelos eleitores em Outubro último.

Mas se o tempo se encarregar de elucidar os portugueses sobre estas questões e sobre as verdadeiras opções do Executivo - e não falta muito para proceder à sua aferição, a começar pelo próximo Orçamento do Estado -, não deixa de ser significativo que no decorrer do debate - e por isso fica o registo - o Governo tenha avançado, pela voz autorizada de Sousa Franco, sob a capa de uma alegada política de rigor, com velhas receitas de austeridade, e enunciado uma projectada taxa de inflação para um valor manifestamente baixo (três por cento), com isso pretendendo, como observou Octávio Teixeira, condicionar desde já os aumentos salariais reais.

da República

ele ver-se-á que o rendimento mínimo garantido é só para algumas freguesias, que Maastricht pesa mais que o discurso social e que o desemprego tenderá a agravar-se!

E não será com o mercado social de emprego que se combate o desemprego. Esta é apenas uma medida residual.

Não é oferecendo, por exemplo, a um metalúrgico ou a um operário especializado um lugar de baby sitter que se resolve os seus problemas. O desemprego combate-se com outra aplicação dos dinheiros públicos, com o investimento criador de emprego, com a dinamização do aparelho produtivo e a defesa da produção nacional e com a redução do horário de trabalho.

As medidas pontuais e subsidiárias poderão ser úteis ou paliativos, mas não resolvem o essencial.

A quadratura do círculo de Maastricht

Não há quadratura do círculo possível, nem círculos virtuosos de má memória, nem engenharias semânticas que «casem» a convergência nominal com a real, isto é que «casem os critérios de Maastricht» com o desenvolvimento acelerado, com a «coesão económica e social». E estas é que são as questões centrais, o núcleo que determina o essencial da política económica, financeira e social. Algum economista pode, com seriedade, demonstrar o carácter «necessário» do ratio da dívida pública em relação ao Produto não ultrapassar os 60%, ou mesmo do défice orçamental não ultrapassar os 3%?

O nosso país já sofreu com os dogmas da moeda forte. No entanto o actual Governo quer continuar com a marcha forçada para a moeda única, para o marco único, seguindo critérios que a Alemanha ainda quer endurecer.

Com uma moeda única não haverá mais margem para as políticas orçamentais, fiscais e salariais e os Parlamentos serão transformados em meros Parlamentos regionais.

A prosseguir esta política ainda vamos ouvir o Senhor-Primeiro Ministro, tal como o governo anterior, dizer que estamos «no bom caminho», que estamos a chegar «ao cimo da montanha», e que a estabilidade política é essencial para se chegar ao «pelotão da frente da moeda única». Nós preferimos estar no carro-vassoura da moeda única e no pelotão da frente do desenvolvimento e da estabilidade social e económica.

Por este caminho não se vai lá. O desencanto será certo. E a

direita não deixará de tirar proveito da situação. O grande desejo de mudança será frustrado. Acredito que mesmo alguns Ministros e Secretários de Estado sentir-se-ão desiludidos. O discurso do rigor como sucedâneo da austeridade é já um indicador.

Aliás, o Governo já começa a falar em sacrifícios e nos custos sociais da modernização. Que estranha modernização, que estranho progresso é este, que deixa de ser traduzido em termos de bem-estar dos homens e mulheres e é avaliado em despedimentos e em lucros vultuosos para as grandes empresas.

A referência aos custos sociais da modernização é a preparação do terreno para a continuação de uma política que procura fazer passar a teoria dos sacrifícios, e dos apertos de cinto sempre para os mesmos, para os trabalhadores e para a generalidade dos pequenos e médios empresários em nome de um progresso futuro.

Recusamos a concepção de que, quanto mais progresso técnico mais vítimas e mais regressão social. Essa não é a modernização que queremos para o País. Essa foi a concepção do PSD.

O ministro Daniel Bessa disse esta semana com clareza que a política do actual Governo será a linha de continuação da anterior, no essencial. Será um grande erro se pensam que a continuação da política neoliberal na economia poderá ser compensada com mais algumas ambulâncias, com mais alguns 115 e algumas palavras caridosas para as suas vítimas sociais. O PS deveria ter em conta a experiência do governo dos socialistas franceses ou dos socialistas espanhóis.

Seremos a oposição de esquerda

Nós não aceitamos, nem aceitaremos que homens e mulheres, que as portuguesas e os portugueses sejam submetidos às impiedosas e implacáveis regras do tudo ao mercado, às regras do rei dinheiro, da lei do mais forte, às regras da desresponsabilização do Estado das suas responsabilidades sociais e constitucionais.

Por isso seremos nesta Assembleia da República a oposição de esquerda.

Oposição de esquerda porque a política que se quer seguir, no essencial, é a política neoliberal, é a política que foi derrotada nas urnas, é uma política de direita.

Não seremos oposição sistemática. Potenciaremos nesta



Assembleia da República e no Parlamento Europeu tudo o que possa vir, mesmo que pontual ou sectorial, de positivo para o povo e para o País. Mas seremos a oposição de esquerda clara e firme ao que já foi enunciado como o núcleo central da política deste Governo que a ser levado à prática acentuará as debilidades do aparelho produtivo nacional, acentuará as desigualdades e trará uma nova degradação das condições de vida e de trabalho.

Pela nossa parte, pautaremos a nossa posição em correspondência com os compromissos que assumimos perante o povo português.

Combateremos firmemente todas as orientações e medidas que se traduzam na continuidade da política de direita que esteve na origem determinante da derrota do PSD.

E reafirmamos aqui, neste princípio de governação, que são objectivos essenciais de uma política democrática que não prossiga a política de direita condenada nas eleições:

- O respeito pelo sistema político democrático constitucional vigente;
- A travagem dos processos destrutivos e a recuperação do aparelho produtivo, nomeadamente na indústria e na agricultura;
- A defesa de um sector empresarial do Estado na banca e sectores de importância estratégica e suspensão das privatizações;
- Uma política de melhoria efectiva nas palavras e nos actos das condições de vida dos trabalhadores e das populações, factor de justiça social e de dinamização da economia;
- A assunção pelo Estado das suas responsabilidades sociais;
- A firme defesa dos interesses nacionais invocando quando necessário na União Europeia critérios de especificidade, interesses vitais, moratórias e sujeitando a referendo a nova ratificação do Tratado de Maastricht.

Este será o nosso combate. Lutaremos por uma política de esquerda que se concretize com medidas e erga sem tibiezas a bandeira dos valores da esquerda, os valores de Abril, pelo povo e por Portugal.



Apresentação do Programa do Governo Valorizar e dignificar o trabalho

■ Lino de Carvalho

(...)

O direito ao emprego e ao trabalho com direitos, a melhoria das condições salariais e sociais deve ser vista como condição de realização da pessoa humana, deve ser eleita como primeiro objectivo da política económica.

Não aceitamos que o emprego e o trabalho sejam mais colocados como simples variável da política económica permanentemente numa posição de subordinação em relação ao objectivo do lucro máximo e dos interesses do capital.

Por isso, discordamos de que a tónica da modernização da economia seja colocada nos custos sociais como fez o Primeiro-Ministro no discurso de tomada de posse ou que, como afirmou ontem aqui, que a maior exigência de competitividade das empresas tenha como corolário uma penalização das políticas sociais e de emprego. (...)

É verdade, como afirmámos ontem, que há no Programa de Governo propostas pontuais positivas em matéria de políticas sociais que o PCP acompanha. O Rendimento Mínimo Garantido ou a «revisão das condições de acesso ao subsídio de desemprego e ao subsídio social de desemprego adequando a sua taxa de cobertura à situação real de desemprego» são duas delas que vêm ao encontro de soluções pelas quais o PCP sempre se tem batido.

Mas muitas das propostas em matéria de políticas laborais e salariais têm o nosso desacordo:

1º — A redução, por lei, do horário máximo de trabalho para as 40 horas semanais sem redução de salários constitui uma legítima exigência e expectativa dos trabalhadores e do movimento sindical e é um dos instrumentos necessários à criação de mais postos de trabalho.

Mas o Governo parece querer fazer como Pilatos e limita-se a remeter a solução desta questão para sede da Concertação Social no âmbito do Acordo Económico e Social de 1990 o que não é substancialmente diferente do que fez o PSD. O que se exige é que tendo

já sido esgotados todos os mecanismos de concertação a questão não seja mais adiada e o Governo legisle assumindo a redução do horário de trabalho.

(...)

2º — O Governo anuncia o propósito de alterar a legislação de trabalho mas a verdade é que esconde o sentido dessas alterações atrás do manto diáfano das palavras e da complexificação das frases.

(...)



Como o próprio Primeiro-Ministro recordou ontem em relação a Foz Côa, não se pode ter o melhor de dois mundos. Logo, senhor Primeiro-Ministro, em que sentido irão as alterações? Maior fragilização dos direitos dos trabalhadores? Maiores facilidades para os despedimentos, por inadaptação por exemplo, e extinção de postos de trabalho na linha do Pacote Laboral do PSD? Por esse caminho

terá seguramente a nossa firme oposição e a oposição dos trabalhadores portugueses.

Preferíamos, senhor Primeiro-Ministro, que o Governo falasse em garantir o equilíbrio das relações de forças nas empresas com o respeito pela legalidade e a defesa dos direitos dos trabalhadores hoje seriamente postos em causa com a perseguição a dirigentes sindicais, com a generalidade das relações de trabalho assente na precariedade e na permanente angústia do despedimento.

É aí, no reforço da democracia nas empresas, no apoio ao elo mais frágil das relações de trabalho que se encontra a boa solução.

(...)

3º — O aumento dos salários reais e do poder de compra dos trabalhadores, tão sacrificados nos últimos anos, é outra das legítimas expectativas existentes.

Por isso, recusamos que a política de rendimentos tenha como ponto de partida as baixíssimas expectativas e fasquias colocadas recentemente pelo Governo e, em particular, pelo ministro das Finanças. Impõe-se um aumento significativo dos salários — desde logo na Administração Pública —, que reponha o poder de compra dos trabalhadores. (...)

4º — A criação de emprego é outra necessidade e expectativa do País e dos trabalhadores.

O mercado social de emprego pode contribuir para tal objectivo mas é, obviamente, uma medida residual.

A opção central tem de ser colocada numa política que trave os processos destrutivos na agricultura e nas pescas e na desindustrialização do País (...), que privilegie a defesa dos sectores produtivos e da produção nacional; que trave as privatizações em sectores-chave da economia e apoie o sector público empresarial; que rompa com as orientações monetaristas da União Europeia e com os critérios de convergência nominal de Maastricht. (...)

(Extractos da intervenção no debate parlamentar)

A Educação no Programa do Governo: Muitas generalizações poucas respostas

■ António Filipe

Em momento pré-eleitoral, foi afirmado com veemência que um Governo PS teria uma paixão — a educação; e um inimigo — a droga. Investir na educação e combater a droga foram propósitos repetidamente proclamados e são propósitos justos.

(...)

Em matéria educativa, o programa eleitoral do PS apontava para a necessidade de superar uma situação marcada por graves carências estruturais aos mais diversos níveis. O compromisso de aumentar os recursos para a educação foi expressamente assumido. No entanto, o programa do Governo para esta área representa um enorme esforço no sentido de encontrar a receita das omeletes sem ovos. A todos os problemas responde o Programa do Governo com o «pacto educativo», sem que em algum lugar se esclareça o que espera o Governo de tal pacto, com quem o quer celebrar, com que conteúdo e para quê. E no entanto nem uma palavra se encontra sobre o maior pacto educativo das últimas décadas — a Lei de Bases do Sistema Educativo —, cuja aprovação tanto prestigiou esta Assembleia e cujo incumprimento tanto desacreditou os governos do PSD.

Registamos o propósito afirmado no Programa do Governo de desenvolver a Educação Pré-escolar, mas preocupa-nos o facto de não ser assumido explicitamente o sistema público de Educação Pré-escolar como está constitucionalmente previsto. O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na última Legislatura um Projecto de Lei para o desenvolvimento da Rede Pública da Educação Pré-escolar que contou então com o voto favorável do PS. Reapresentado que está esse Projecto, confiamos que desta vez seja aprovado e que os seus objectivos sejam finalmente levados à prática.

Se há algo em que este Programa de Governo é pródigo é em generalizações de conteúdo indefinido. Sobre as mais diversas matérias, o Governo propõe-se racionalizar, consolidar, flexibilizar, prestar atenção, considerar, negociar. Paire sobre assuntos gerais, mas não responde às questões mais óbvias. Como esta: o que vai acontecer à Reforma Educativa?

O Governo PSD lançou uma Reforma Curricular que semeou a confusão nas escolas. Impôs um sistema autoritário de gestão. Adoptou sistemas de avaliação com consequências sociais e educativas reconhecidamente perversas. O que diz o programa do Governo sobre isso? Nada.



Quando no programa eleitoral do PS se afirmava a eliminação progressiva do *numerus clausus*, mas no programa do Governo já só se fala em redução progressiva; quando o Governo se propõe suspender as propinas mas recusa a sua revogação; quando o Governo se propõe alterar de forma negociada o regime de acesso ao ensino superior, ou consolidar a rede de residências universitárias, o País tem o direito de saber em que consiste a redução do *numerus clausus*, porque insiste o Governo em não revogar a lei das propinas, que negócio se propõe o Governo celebrar quanto ao acesso ao ensino superior e se consolidar residências é construir novas ou apenas conservar as poucas que existem.

Estas são questões fundamentais, que exigem respostas que o Programa do Governo não dá.

O que fica dito sobre a «paixão», serve de algum modo para o «inimigo».

Sempre afirmámos que o gravíssimo problema da droga impõe o empenhamento de todos para o combater. Preconizamos respostas em matéria de combate à droga, que vão muito para além da indignação tão ao gosto do PP, de fingir que os problemas da droga e da criminalidade se resolvem com agravamentos de penas, tudo se resumindo em agravar, agravar, agravar sempre. Um governo democrático vai mal por esse caminho.

Em matéria de política de combate à droga muitas questões ficam sem resposta: Que fazer com o Projecto VIDA? Que futuro para o cargo de Alto Comissário? Como assegurar a coordenação interministerial nesta matéria?

(...)

(Extractos da intervenção no debate parlamentar)



Congresso da JCP em preparação

A JCP foi fundada em 10 de Novembro de 1979 em resultado da unificação da «União da Juventude Comunista» com a «União dos Estudantes Comunistas». Dezasseis anos depois multiplicaram-se um pouco por todo o país as iniciativas de comemoração do

aniversário da organização da Juventude Comunista Portuguesa. Uma data que este ano ficou assinalada por surgir numa altura em que foi tomada a decisão, pela Direcção Nacional da JCP, de convocar o V Congresso da estrutura para os próximos dias 18 e 19 de Maio e por, simultaneamente, ter sido lançada uma Campanha de Afirmação que pretende alcançar mil e 500 recrutamentos de novos militantes até à data do Congresso. Nestas páginas do «Avante!» fazemos a notícia das principais iniciativas de aniversário da JCP e publicamos uma entrevista com dois jovens comunistas, dirigentes da JCP, sobre o próximo Congresso da organização, o trabalho preparatório e o contexto político em que ele se realiza. Factos, números, relatos e pessoas que falam de vitalidade, esperança, confiança ou, numa palavra, futuro.

O Encontro Distrital de Lisboa da JCP, que contou com a presença e a intervenção final do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, foi uma das iniciativas mais importantes realizadas nos últimos dias pela Juventude Comunista Portuguesa e que, a par do Encontro Distrital de Beja e o Comício-Festa Distrital de Évora dão conta da actual vitalidade da Juventude Comunista Portuguesa.

Num documento distribuído à imprensa no dia do aniversário da JCP e assinado pelo Executivo da Direcção Nacional da JCP, assinalava-se que esta actividade, pelo «volume das iniciativas, a sua diversidade e o grande número de activistas envolvidos, para mais tendo em consideração que se integram num plano de actividades vasto e intenso, são um excelente cartão de visita da JCP, que neste seu 16º aniversário se apresenta activa, reforçada e enfrentando com confiança as tarefas que a si própria se colocou».

Aos jornalistas foi dito que «é neste quadro de grande confiança e de um evidente reforço da JCP, de que a campanha eleitoral para as eleições legislativas foi apenas a face mais visível, que a Direcção Nacional da JCP decidiu na sua última reunião de 4 e 5 de Novembro marcar o V Congresso da JCP para Maio de 1996».

Ao mesmo tempo, assegurou-se que a realização deste Congresso «será marcado por uma grande campanha de afirmação da JCP, do ideal comunista e do projecto do PCP, correspondendo às grandes possibilidades que existem de um ainda maior reforço da

Aniversário é ponto de partida para os dias do futuro



O Encontro Distrital de Lisboa contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas

organização, e que nos leva inclusive a traçar, de forma realista, uma campanha de recrutamentos até ao Congresso de mil e 500 novos militantes.»

Inúmeras iniciativas

De facto foram muitas as iniciativas de comemoração do 16º aniversário da JCP, que incluíram a realização de debates, convívios ou provas desportivas.

No sábado, durante o dia, fez-se o já referido Encontro Distrital na Cooperativa Sacavenense, com a participação de Carlos Carvalhas e, à noite, deu-se lugar a um jantar-convívio no Sacavenense.

Em Aveiro, na sexta-feira, fez um magusto no Centro de Trabalho e, no dia seguinte, no Centro de Trabalho do PCP de São João da Madeira realizou-se um debate subordinado ao tema «O histórico da JCP e a sua intervenção na actualidade», onde estiveram 35 jovens.

Em Beja, no dia de aniversário da organização dos jovens comunistas, fez-se uma festa-convívio em Pias que deu direito ao lançamento de foguetes à meia-noite e, no dia seguinte, foi a altura para o Encontro Distrital, realizado em Ferreira do Alentejo que contou com a presença de 150 pessoas. Neste encontro analisou-se

a situação política e a intervenção da JCP e, à noite, juntou-se e conviveu-se na Casa do Povo, com animação musical.

No Tortosendo, concelho da Covilhã, domingo, fez-se um jogo de futebol no Pavilhão dos Unidos FC e ao fim da tarde fez-se o tradicional magusto.

Em Castelo Branco, o dia de sábado, no Centro de Trabalho do PCP, foi dedicado aos jovens comunistas com um programa que incluiu um magusto, um concerto e uma performance teatral. No final foi feita uma mesa-redonda para debate político com a presença de 100 jovens.

Montemor-o-Novo foi a localidade onde, no Ginásio

Municipal, se realizou um comício-festa e um concerto com os Rebel Gang para comemorar o aniversário da JCP. Lá estiveram 170 pessoas.

Na sexta-feira, dia 10 e data do 16º aniversário da JCP, realizou-se no Centro de Trabalho de Faro do PCP um jantar-convívio (50 camaradas) que contou com a presença de dirigentes nacionais e regionais das duas organizações.

Em Setúbal, foi feito na sexta-feira um debate sob o tema «Os dias de ontem e de hoje para um amanhã melhor» no centro de trabalho do PCP onde estiveram 35 jovens comunistas. No sábado, jogou-se futebol em Azeitão enquanto em Nogueiras se realizou um almoço comemorativo e na freguesia do Sado se fez um jantar com o mesmo fim.

Mas outras iniciativas de aniversário foram realizadas: um jantar no Porto, no CT da Boavista, no dia 11 (110 camaradas); um magusto nas Caldas da Rainha; um convívio no Pinhal Novo; um jantar-convívio na sexta-feira em Coimbra (50 jovens); no mesmo dia um magusto no Barreiro com a presença do cantor «Tony da Costa» e uma desgarrada de fado improvisado (30 pessoas) e um jantar em Alhos Vedros (três dezenas de presenças).

Ainda no âmbito das comemorações deste aniversário, estão agendados festas-convívios, magustos e jantares para sábado que vem em Valongo (16 horas), Guimarães (15 horas) e Ponte de Lima (21 e 30 no Centro de Trabalho). Amanhã, às 21 e 30, realiza-se um convívio na Casa da Cultura de Almada.

Encontro Distrital de Beja Melhorar actividade

Na Resolução aprovada no Encontro Distrital de Beja da JCP, realizado em Ferreira do Alentejo no passado sábado, faz-se um balanço à actividade referindo-se «o significativo crescimento da actividade, num número muito significativo de recrutamento de novos militantes (cerca de 200), mas fundamentalmente no reforço ou constituição de um importante número de colectivos.»

De entre os acontecimentos mais positivos, refere-se a participação juvenil na recente campanha eleitoral que «permite verificar as ainda grandes potencialidades de crescimento da JCP.»

Quanto a insuficiências, a Resolução indica algumas «que urge ultrapassar»: a intervenção própria nas escolas do Ensino Secundário, a dinamização do Movimento Asso-

ciativo no Ensino Secundário e a intervenção no Ensino Superior». Por outro lado, «sente-se a necessidade de uma maior estabilização dos colectivos locais da JCP, quer no plano da intervenção, quer mesmo na regularização do seu funcionamento.»

De entre as linhas de intervenção decididas neste Encontro, destaca-se precisamente a intenção de reforçar a presença nas escolas do Ensino Secundário, «nomeadamente dinamizando reuniões de militantes comunistas», onde se discuta as eleições das Associações de Estudantes, o seu trabalho, a intervenção própria dos militantes da JCP.

O reforço dos colectivos locais da JCP é outro objectivo, «responsabilizando mais militantes por tarefas específicas» e melho-

rando a ligação à Direcção Distrital. Neste plano pretende-se também melhorar o recrutamento.

O desenvolvimento do trabalho no Ensino Superior, e o avanço de acções referentes à formação e afirmação ideológica, o apoio à candidatura de Jerónimo de Sousa e a participação nos trabalhos de preparação no Congresso da JCP foram outras decisões tomadas nesta reunião de Ferreira do Alentejo.

Os jovens comunistas de Beja pretendem dinamizar a campanha de afirmação da JCP no distrito e lançar iniciativas em torno do 75º aniversário do PCP, promovendo um conjunto de plenários e debates com a participação de membros da Direcção da JCP e do PCP.

Novos militantes da JCP na Guarda

Os muitos jovens que apareceram a apoiar a CDU na recente campanha eleitoral foram a razão para se concretizar no sábado passado uma reunião-convívio da Juventude CDU do Distrito da Guarda. Nessa reunião, 11 dos jovens presentes inscreveram-se na Juventude Comunista Portuguesa. Ainda nesse dia, foi eleita a Comissão Distrital da JCP para coordenar e dirigir o trabalho futuro no distrito.

Seriam ainda indicados três camaradas para fazer a ligação da estrutura local às reuniões da Comissão Nacional da JCP, à Comissão Nacional do Ensino Secundário e à congénere para o Ensino Superior.

Diga-se que, segundo uma nota da Comissão de Juventude da DORGuarda, tratou-se da «primeira vez em 15 anos» que «foi possível juntar jovens estudantes e trabalhadores de diferentes concelhos do distrito.»

Em Belmonte, a poucos quilómetros da Guarda, fez-se no mesmo dia uma comemoração do aniversário da JCP através de um concerto com música de intervenção.



Congresso da JCP em preparação

A Juventude Comunista Portuguesa marcou para 18 e 19 de Maio o seu V Congresso. Daqui até lá os jovens comunistas estão envolvidos na organização de múltiplos Encontros Distritais, propõem-se levar a efeito uma Campanha de Afirmção da JCP e conseguir o recrutamento de mil e 500 novos militantes. Pelo meio há ainda uma batalha eleitoral na qual haverá certamente participação destes jovens. Bernardino Soares e Alexandre Araújo, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, falam, em entrevista ao «Avante!», da preparação do Congresso e das linhas de discussão que na organização a este propósito se trava.

«Avante!» - A Direcção Nacional da JCP marcou a semana passada o próximo Congresso da organização. Simultaneamente propõe-se à discussão um conjunto de objectivos a cumprir até à sua realização. Quais são, em linhas gerais, esses objectivos?

Alexandre Araújo (AA) - Desde o último Congresso as situações nacional, internacional e da própria JCP alteraram-se. A JCP tinha necessidade de proceder a uma discussão e a uma análise sobre essa nova realidade. A mais recente dessas alterações foi a derrota do PSD nas eleições e a tomada de posse de um novo Governo e há que pensar sobre o novo quadro político que se criou. O grande objectivo que se nos coloca, na continuação do esforço que tem vindo a ser feito para o reforço da JCP, é o de potenciar o recrutamento e o de aumentar significativamente a nossa capacidade de intervenção, aproveitando os jovens que têm aparecido nos últimos meses. Devo dizer que em cerca de mês e meio, após a última Festa do «Avante!», aderiram à JCP cerca de três centenas, três centenas e meia de jovens. Outra linha de intervenção será o de afirmarmos com maior evidência o ideal comunista, a ideologia da JCP.

Nos documentos saídos da reunião da Direcção Nacional da JCP que convocou este Congresso, parece-me que se dá uma grande prioridade ao trabalho no Ensino Secundário. Por que é que isso acontece?

Bernardino Soares (BS) - Isso é verdade. Configura-se como uma prioridade trabalharmos, até ao Congresso, a nossa intervenção junto das escolas e dos estudantes do Ensino Secundário. É um

Questão de idade

Mas essas alterações também aconteceram para os estudantes do Ensino Superior, para os estudantes-trabalhadores, para os jovens sindicalistas. Ora a prioridade que surge evidenciada é a que diz respeito ao Ensino Secundário.

AA - A JCP continua a dar atenção a todas essas áreas...

Evidentemente.

AA - Há uma questão a levar em conta: os estudantes do Ensino Secundário fazem parte da camada etária mais jovem e a sua ligação à JCP, o trabalho que fazemos, os níveis de adesão, talvez tenham reflexos de alguma forma superiores aos de outras áreas.

O estabelecimento desta prioridade tem a ver com uma eventual análise em que se chegue à conclusão de que, potencialmente, os níveis de adesão à JCP de jovens do Ensino Secundário ficam aquém do que poderiam ser? Vimos na campanha eleitoral, na organização da Festa do «Avante!», nas manifestações de estudantes em que a JCP se envolveu, muitos milhares de jovens ao lado da Juventude Comunista Portuguesa.

BS - É de alguma maneira verdade e isso prende-se com uma realidade que é esta: o escalão etário do Ensino Secundário corresponde à idade em que há maior apetência dos jovens para aderirem à JCP. Nesses períodos de «pico de actividade» que referiste, há uma grande aproximação de jovens à JCP, principalmente do Ensi-

«Os estudantes do Ensino Secundário fazem parte da camada etária mais jovem e a sua ligação à JCP, o trabalho que fazemos, os níveis de adesão, talvez tenham reflexos de alguma forma superiores aos de outras áreas.»
Alexandre Araújo

no Secundário mas também de muitos outros. Não conseguimos, com certeza, capitalizar na totalidade esse movimento para a actividade regular da JCP. É preciso fazer também esse esforço, ou seja, aproximar cada vez mais o que é a movimentação e a participação nesses períodos de maior actividade com o de outros níveis de participação nos períodos, digamos, «normais».

Afirmar a JCP

Outra linha de actuação indicada nos documentos produzidos pela Direcção Nacional da JCP a propósito do Congresso, é a de manter e aumentar os níveis de envolvimento de jovens comunistas no movimento associativo estudantil em geral e nas associações de estudantes das escolas em particular. Indica-se, no entanto, que esse esforço dos jovens comunistas tem de ser acompanhado de uma maior afirmação

da sua condição de membros da JCP. Trata-se de um reparo em relação à experiência passada, quando muitos jovens comunistas tinham posição de destaque no movimento associativo sem que a organização beneficiasse do trabalho desenvolvido?

BS - O que acontece é que muitas vezes aqueles que trabalham connosco ou que vêem o trabalho dos nossos camaradas nas asso-

Trabalhos r até Maio q

ciações de estudantes e em outros movimentos e instituições, não identificam, à partida, que aquele trabalho que ali está a ser realizado está a ser feito por um jovem comunista. Talvez por alguma ingenuidade da nossa parte. É fundamental que se faça ver que o reconhecido valor do trabalho que os camaradas desempenham, não é só devido à sua competência individual mas também ao facto de prosseguirem um projecto de sociedade e linhas de acção que são as da JCP e do PCP, que servem de base a toda essa actuação. Essa identificação tem de ser valorizada.

Vocês marcaram este Congresso na altura em que se comemora o 16º aniversário da JCP. Coincidência?

AA - Não é coincidência. Estamos num período em que pensamos que a JCP no último ano e, com particular incidência, neste último período político, conseguiu reforçar muito a sua capacidade de intervenção. A JCP foi um ponto de atracção de muitas centenas de jovens a que se somaram muitos outros que se envolveram na CDU durante a campanha eleitoral. Pensamos que o esforço que agora se inicia de preparação do Congresso só tem a ganhar com esse balanço que vem de trás, seguindo uma linha que dê uma grande importância à questão da intervenção da JCP. Podemos dizer que este período, desde que o Congresso foi marcado, fica já assinalado por numerosas iniciativas de comemoração do nosso aniversário, pelos Encontros Distritais entretanto feitos e pelos que estão marcados nos principais distritos até ao início do próximo ano.

Campanha de Afirmção

Até à realização do Congresso vai simultaneamente desenvolver-se uma «Campanha de Afirmção» da JCP. Como é que ela vai decorrer?

AA - Nós não temos uma concepção do género «agora vamos fecharmo-nos para discutir o Congresso». Ao contrário, temos uma ideia de que este período deve ser o mais aberto possível e que esta é uma boa oportunidade para testarmos novas soluções, para encontrarmos novos meios de intervenção. Daí esta Campanha de Afirmção em que nos lançamos. Neste momento o seu objectivo é a de até ao Congresso recrutarmos mil e 500 novos militantes para a JCP...

Esse valor não é algo ambicioso? Ou os dados por vocês avaliados, durante a campanha eleitoral, por exemplo, tornam-no fácil de alcançar?

É um valor ambicioso mas advém igualmente do que observamos: o ritmo de inscrições e adesões à JCP verificado nos últimos meses. Não será um objectivo de concretização fácil, exige um esforço de contactos suplementares com muitos e muitos jovens, mas pensamos que é possível alcançá-lo em relativo curto espaço de tempo.

Mas a Campanha de Afirmção da JCP tem outros objectivos. Temos a ideia de inserirmos nela uma linha de iniciativas de debate, de discussão em torno do ideal comunista até porque no próximo ano se comemora o 75º aniversário do PCP. Julgamos que esta é uma oportunidade de colmatar uma área de intervenção que muitos jovens comunistas colocam como necessidade de discutir e de o afirmar.

Quero sublinhar isto: para a realização do Congresso não nos vamos fechar, vamos é tentar lançar linhas de intervenção novas - que neste momento estão a ser discutidas - que incluem o desporto, música, etc., que potenciem a iniciativa própria dos colectivos da JCP e que possam motivar os jovens.

O ideal comunista

Já disseste várias vezes que este Congresso serve para reforçar o ideal comunista, que vão discutir essas matérias, que pretendem afirmar mais a JCP. Não queres trocar isso «por miúdos»? É que, à partida, em princípio, quem é militante da JCP participa desse ideal comunista...



trabalho que não tem só como objectivo o próprio Congresso em si, mas também a nossa intervenção geral. Acontece que também no Ensino Secundário houve uma alteração significativa dos problemas e das realidades dos jovens que lá estudam e que condicionam as formas de intervenção e actuação que podemos ter. Importa reflectir sobre essas novas realidades e aprofundar a nossa intervenção nesta área.

Redobrados que vem

AA - As motivações que às vezes trazem um jovem à JCP nem sempre serão propriamente o ideal comunista. Muitos jovens chegam a nós por causa das propostas concretas que apresentamos face a questões que lhes dizem directamente respeito - o Ensino Secundário, por exemplo. Não nos podemos esquecer que é importante trazer a discussão destas questões ideológicas para a organização. É uma discussão que é interessante ter e manter sempre na organização, mesmo que não seja para retirar grandes conclusões, pois é uma fonte de revitalização da organização.

Esta afirmação do ideal comunista não se coloca apenas neste plano. Coloca-se também na necessidade de afirmar para fora das fronteiras da JCP este ideal, o projecto de sociedade que temos, a necessidade de transformação da sociedade também como forma de resolução dos problemas dos jovens.

Sentem resistências a essa afirmação do ideal comunista?

BS - Creio que é consensual que este ideal e este projecto têm um poder de atracção sobre um cada vez maior número de jovens, mesmo que à partida alguns tenham certos obstáculos mentais, até pelo contexto e pela sociedade em que nos inserimos em alguns aspectos bastante adversa à propagação das nossas ideias. O que é facto é que cada vez mais se reconhece na JCP uma organização política juvenil diferente, que de facto defende os interesses dos jovens e que não tem uma postura «politiqueira», como outras terão e, por outro lado, por ter ideias com os quais os jovens se identificam. Quanto mais discu-

tativos da juventude como o Conselho Nacional de Juventude (CNJ). Por outro lado há muitos jovens comunistas com actividade sindical, pertencendo alguns à Interjovem da CGTP. Também neste Congresso vai ser reavaliada essa actividade?

BS - Estas várias áreas de actividade serão com certeza avaliadas. Quanto a nós, o CNJ, no qual participamos na Direcção, é a única estrutura representativa da juventude, ou pelos menos do associativismo juvenil, em Portugal. Acharmos que a nossa actuação deve ser feita no sentido de prestigiar esta instituição e, simultaneamente, lutar para que ela seja reconhecida com a representatividade que tem nas questões que dizem respeito à juventude.

Para além da participação

«Creio que é consensual que este ideal e este projecto têm um poder de atracção sobre um cada vez maior número de jovens, mesmo que à partida alguns tenham certos obstáculos mentais, até pelo contexto e pela sociedade em que nos inserimos em alguns aspectos bastante adversa à propagação das nossas ideias.»

Bernardino Soares



tirmos e reflectirmos sobre estas questões, maior será a possibilidade de quem está fora das nossas fronteiras, se aperceber do que é e como funciona a JCP.

CNJ e sindicatos

A JCP tem actividade institucional não só na Assembleia da República, mas também em organismos represen-

lo que o Governo decidia e que estava esvaziado de qualquer tipo de representatividade credível...

E que ainda não foi extinto.

Formalmente não. Aliás é uma das questões em que a política do novo Governo se tem de concretizar.

E quanto ao movimento unitário sindical?



No Parlamento para defender a juventude

Durante a entrevista concedida ao «Avante!», tivemos oportunidade de falar com Bernardino Soares sobre a sua recente entrada para o Parlamento. À pergunta sobre se a actividade parlamentar da JCP está também em discussão neste Congresso, o jovem deputado respondeu:

O trabalho na Assembleia da República é mais um vector do trabalho da JCP. Em relação às questões de política de juventude o nosso esforço e trabalho passará com certeza pela apresentação de propostas novas e pela reapresentação de outras que foram liminarmente chumbadas pela antiga maioria. De qualquer maneira estamos ainda na expectativa em relação a este novo Governo e à política de juventude que vai seguir. O próprio programa de Governo é ambíguo nesta matéria, é muito vago, dá para aplicar as mais diversas políticas. Importará clarificar a actuação do Governo do Partido Socialista nesta área e, onde ela for contra aquilo que são os interesses dos jovens e as nossas

propostas, lá estaremos para contestar e apresentar as propostas que defendemos. De qualquer maneira poderá estar criado um ambiente mais propício para que se registarem avanços significativos em algumas questões que interessam particularmente aos jovens. Teremos de ver o que daqui para a frente vai acontecer.

Embora falem poucos meses até lá, uma actividade visível da JCP no Parlamento poderá contribuir para o próprio sucesso do Congresso.

BS - Claro que sim e penso que há condições para que essa actividade aconteça. O trabalho e a postura do Grupo Parlamentar foram, desde sempre, de realizar contactos intensos com as diversas associações que representam os jovens, sendo reconhecido o valor da nossa contribuição nas mais diversas áreas. O Parlamento será com certeza um meio de afirmarmos as nossas posições e as nossas ideias e certamente que o vamos fazer até ao Congresso.

no CNJ, com muitas outras associações, a nossa acção passará, no plano político, pela reivindicação de reconhecimento da importância do papel do Conselho Nacional de Juventude, como interlocutor da política governativa no que tem a ver com a juventude. Estamos aliás na expectativa de ver qual será a postura do Governo face ao CNJ, pois o actual secretário de Estado da Juventude foi presidente do CNJ. Terá pelo menos alguma ligação «sentimental» ao CNJ...

O Governo do PSD criou entretanto um Conselho Consultivo...

Que na prática servia apenas para referendar aqui-

Essa é uma das nossas grandes preocupações. Sabendo nós a situação em que os jovens trabalhadores hoje se encontram, em relação a questões de precariedade e desemprego, sabemos também como é difícil a intervenção junto destes jovens. A sua participação sindical ou na vida dos seus locais de trabalho, está cada vez mais dificultada. Também aí temos de dar o nosso contributo e encontrar alternativas para a intervenção política da JCP. É uma área onde houve grandes alterações e temos de dar resposta às novas realidades.

Falaste em grandes alterações no mundo do trabalho. De facto, o capitalismo soube nos últimos anos armar-se de forma a tornar cada vez mais difícil o exercício dos direitos sindicais através, por exemplo, da flexibilização de horários, contratações, de uma menor dimensão de fábricas, de uma organização do trabalho menos permeável à influência de sindicatos e organizações políticas...

AA - Nós realizámos em Dezembro do ano passado um encontro nacional de jovens trabalhadores comunistas e continuamos a discutir e a procurar organizar jovens trabalhadores. Fizemos uma Campanha pelo Emprego que envolveu um grande número de jovens. Estamos perante uma realidade muito complexa, mas penso que na preparação deste Congresso vamos aprofundar esta discussão, nomeadamente sobre as formas de intervenção da JCP. Vamos aumentar o número de adesões - onde estarão centenas de jovens trabalhadores - e vamos pensar muito sobre como podemos intervir melhor junto dos jovens trabalhadores. Quais são as formas mais adequadas, perante esta realidade, de intervir junto deles, de chegar aos seus locais de trabalho, de intervir mesmo fora desses locais de trabalho, etc.? É uma discussão que estamos a travar e que vamos continuar a travar.

■ Sérgio Ribeiro

Comunicação escrita enviada à II Assembleia do Sector Intelectual da ORL.
Seleção da responsabilidade da Redacção do «Avante!»

Sobre Necessidade e justiça da crítica ao capitalismo contemporâneo

60 Notas de/para reflexão, com a prévia afirmação formal de ausência de qualquer propósito «manualizante»... ainda que tão-só para uso interno e pessoal

1. O **Marxismo** nasceu, e formou-se como teoria e como prática, enquanto crítica ao capitalismo.

2. O marxismo definiu, teoricamente, o capitalismo, a partir de cujo estudo e análise crítica se formava.

3. O **Capitalismo** é, segundo a sua crítica marxista, um sistema de relações sociais.

4. As relações sociais são as relações entre os seres humanos, mesmo quando, aparentemente, são relações de seres humanos com «coisas», ou seja, mesmo quando as «coisas» são o elo visível que relaciona entre si os seres humanos.

5. A intrínseca mutabilidade da relações sociais decorre de serem a forma dos seres humanos entre si se relacionarem adequadamente a uma realidade sempre em mudança.

6. **Nunca os seres humanos são exteriores à realidade**, dela fazem parte, e os seres humanos e o ambiente que os envolve formam o todo da realidade em mudança.

7. Aliás, a própria mutabilidade das relações sociais contribui decisivamente para o ritmo das mudanças na realidade.

8. Sempre segundo o marxismo, as mudanças das relações sociais só implicam **novo sistema** quando, por via de cumuladas alterações quantitativas, provocam transformações do estágio qualitativo.

9. Enquanto não se verifica esse salto qualitativo nas relações sociais, persiste o mesmo sistema de relações sociais apesar das alterações que estas vão necessariamente observando.

10. Ou seja, o **capitalismo é capitalismo até deixar de o ser**, não obstante as mudanças quantitativas que assimila como sistema de relações sociais, agudizando as suas contradições e aproximando a transformação qualitativa.

11. E se marxismo define, com base na raiz hegeliana, o processo, é nos caboucos materialistas que descobre as condições que fazem a passagem das mudanças e adaptações quantitativas à transformação qualitativa.

12. A transformação qualitativa dá-se quando/onde o capitalismo, no termo de um processo de mudanças de adaptação — por pressão exterior (ao sistema) e internamente — se transforma/for transformado num outro sistema de relações sociais.

13. No marxismo, o que distingue um sistema de outro é a propriedade dos meios de produção, isto é, a relação entre seres humanos através da propriedade de «coisas», que possibilita ou não a exploração da força de trabalho.

14. A validade de uma crítica depende da sua capacidade de acompanhar as mudanças do criticado, de ser **dinâmica** para que não se continue criticando o que já não é.

15. O marxismo, por autodefinição, deve ilustrar o dinamismo da crítica, não só por ser crítica ao capitalismo, que se vai adaptando à realidade e agudiza as suas contradições, mas também por ser fator de transformação do sistema de relações sociais.

16. A fórmula leninista de **respostas concretas para situações concretas** não é «slogan» ou expressão de pragmatismo hoje na moda como substituição ideológica, mas uma **praxis** que exige um sentido para as respostas e se fundamenta numa crítica das situações.

17. A **crítica do imperialismo** foi/é uma crítica ao capitalismo numa sua fase, e é uma lição de como, sendo o marxismo crítica ao capitalismo, a crítica acompanha a evolução do criticado.

18. O capitalismo contemporâneo não é o mesmo do tempo de Marx e do tempo de Lenine, não obstante continuar a ser capitalismo, e quer Marx, quer Lenine, criticaram o capitalismo que conheciam.

19. Não quer isto dizer que, sendo esse/s crítica/s dinâmica/s e transformadora/s, crítica/s marxista/s ao capitalismo que mudava, que se adaptava, se tenha/m esgotado no tempo em que foi/eram feitas/s e contribuiu/ram para mudanças reais.

20. Até porque, ao mudar, **continuando o mesmo sistema de relações sociais**, o capitalismo transporta consigo, na mudança, o que continua a defini-lo como capitalismo mas traz também o que, ao adaptar-se, agudizou e cresceu as suas contradições.

26. A dimensão do tempo de trabalho não pago libertar-se-ia de condicionamentos, impostos pela luta de classes no interior do sistema ou resquícios de pressões exteriores, o salário recuperaria plenamente a categoria de preço de uma mercadoria.

27. Para além deste aspecto essencial (e vital) haverá características próprias do capitalismo contemporâneo, ligadas ao espaço e transnacionalização privada e a monetarização.

28. O desenvolvimento das forças produtivas exige, objectivamente, espaços que foram deixando de ser o da cidade e o da nação, mesmo que imperial a cidade e colonial (ou neocolonial) a nação como noutra fase do capitalismo.

29. Divisão internacional do trabalho será expressão ultrapassada porque internacional quer dizer **entrenações** e o desenvolvimento das forças produtivas e correspondente organização das relações de produção põe em causa as nações como espaço económico fulcral.

30. O sistema de relações sociais materializa-se no **espaço planetário**, o alastramento da mercadorização da força de trabalho é a saída para a vital criação e apropriação de mais-valia que foi sendo dificultada pelas conquistas sociais no «centro».

31. Por «virtude» da adopção da **competitividade** como conceito-chave do capitalismo contemporâneo, o capitalismo procura, qual efeito-«boomerang», recuperar condições de criação e apropriação de mais-valia no «centro».

32. O desemprego no «centro» tornou-se variável estratégica do capitalismo contemporâneo, corresponde a **excesso de oferta** no «mercado de trabalho», condição para fazer baixar o salário, preço da mercadoria força de trabalho, e o «custo não-salarial».

33. A dimensão espacial planetária é aquela em que se movem as **transnacionais privadas**, herdeiras em linha directa das «modestas» multinacionais, e das modestíssimas sociedades anónimas e monopólios nacionais de outras fases do capitalismo.

34. As transnacionais privadas promovem e beneficiam de **condições técnicas e institucionais** que caracterizam o capitalismo contemporâneo.

35. As «auto-estradas da informação», a «revelação» tecnológica que associa o telefone, a televisão e a informática, possibilita e acelera a mundialização do sistema.

36. A **livre circulação de capitais**, a «construção» de espaços supranacionais, a organização de mecanismos únicos de regulação adaptados às novas condições técnicas, são expressões institucionais a reboque/acelerando essas novas condições.

37. De tanto alargar o seu espaço, dos «novos países industriais» aos «dragões asiáticos», o capital financeiro transnacional começa a não ter espaço para mais alargar a sua implantação, como saída para as contradições do capitalismo, agudizando-as.

38. Resta ainda a reserva africana, que o capitalismo contemporâneo para recuperar quase destruiu, com o «espinho» da **nova África do Sul**, de grande e imprevisível importância, o que representa novas e agudizadas contradições.



21. Também como crítica, tendo o mesmo/outro objecto, o marxismo não pode realizar-se em fases estanques.

22. A crítica ao capitalismo contemporâneo não pode ser um corte, terá de se adicionar ao que é a crítica essencial e definidora, quer do capitalismo quer do próprio marxismo, e à/s crítica/s ao capitalismo que foi contemporâneo dessa/s crítica/s.

23. Para caracterizar o capitalismo como contemporâneo tem de se encontrar em que é que, **sendo o mesmo sistema de relações sociais**, o diferencia do que era antes.

24. O sistema de relações sociais continua a fundamentar-se na exploração da força de trabalho, toda a sua estratégia aparente se escora na moderação salarial, na desregulamentação do «mercado do trabalho», na desprotecção social.

25. O que, em termos da crítica marxista, essenciais e não de aparência, corresponde à tentativa de eliminar constrangimentos à criação e apropriação de mais-valia.

“Diário de uma Comissária” ou a discussão adiada dos meandros da euroburocracia

■ Daniel Rosário

39. Mas as transnacionais privadas não se caracterizam, apenas, pelo espaço em que se movem e pelo que vão deglutindo nessa movimentação.

40. Num processo também objectivo, a sociedade foi-se monetarizando e o instrumento-moeda foi passando a ter funções, e sobretudo uma outra hierarquia e proporcionalidade de funções, que são caracterizados do capitalismo contemporâneo.

41. O neoliberalismo, a universalização e absolutização da mercadoria, a importância crescente, desmesurada, do crédito na actividade material, levaram à financeirização desta, a novas «arquitecturas» ou «engenharias», à monetarização.

42. Abateram-se as fronteiras entre as actividades empresariais decorrentes do objecto social e as actividades especulativas ou outras, erigindo-se como único critério de avaliação a reprodução obtida do capital financeiro.

43. A actividade empresarial numa produtora de mercadorias pode ser altamente «performante» se o capital financeiro se reproduziu sem a produção e venda de uma única mercadoria, mas por via de aplicações especulativas ou outras.

44. O ciclo de reprodução do capital - D-M (...P...) M'-D' -, fulcral na crítica marxista ao capitalismo, é «curto-circuitado» quando se passa directamente de D-capital/dinheiro para D'-capital/(mais?)dinheiro.

46. A passagem directa de D a D' faz-se por via de operações especulativas ou de tráficos sem que se acrescente valor a mercadorias ao longo do ciclo de reprodução, e traduz-se a monetarização estreme da economia capitalista.

47. A quantidade do instrumento-dinheiro aumenta nas mãos de quem especula sem que haja crescimento de onde o aplicar, o que também vicia a distribuição de mercadorias por mais polarizar os rendimentos monetarizados, o D reiniciador do ciclo.

48. E o ciclo pode tornar-se «infernal» se a especulação se instala, por via de acções bolsistas, cambiais, imobiliárias, passando a reprodução de capital a fazer-se D-D'-novo D'.

49. Mas o capitalismo «alimenta-se» com a mais-valia que é criada na fase produtiva (...P...), produção de mercadorias M' a partir de mercadorias M, entre estas a força de trabalho, e em função do tempo de trabalho não-pago aos trabalhadores.

50. Esta será uma contradição caracterizadora do capitalismo contemporâneo, de dimensão planetária, transnacional privado, monetarizado, especulativo, que se soma a outras contradições intrínsecas de capitalismo e se agudizam de etapa para etapa.

51. O capitalismo contemporâneo procura ultrapassar essa característica através da sobre-exploração «selvagem» nas periferias e do ataque às conquistas sociais do «centro», utilizando a variável estratégica do desemprego.

52. Se esta pode parecer uma abordagem excessivamente (de) economicista (o que seria bem pior!), e que recuso, lembro que a mercadorização total da vida social é também característica do capitalismo contemporâneo.

53. Conceitos e vivências que são património da Humanidade, que são o produto de séculos de convivência e herança geracional, são ignoradas ou desprezadas pelo economicismo monetarista do capitalismo contemporâneo.

54. A dimensão nacional, nas suas vertentes cultural e social, e a decorrente soberania nacional, são decretadas como obsoletas por o espaço nacional não corresponder ao espaço económico primordial.

55. A «sociedade da informação» não são só as condições técnicas, o veículo, são também os «produtos» que se veiculam, e estes, no capitalismo contemporâneo, são considerados mercadorias ou tendem a ser meras mensagens (des)ideológicas desculturantes.

56. As «auto-estradas da informação» são avanços tecnológicos que o capitalismo contemporâneo promove e de que se pretende servir para reforçar e acelerar a transnacionalização privada e não para benefício da Humanidade.

57. As deslocalizações, servindo-se o capital financeiro de meios técnicos sofisticados que aceleram a sua livre/libertina circulação, contribuem para o agravamento do desemprego no «centro» e para a assalarição «selvagem» nas periferias.

58. E poderia ligar-se este aspecto particular das deslocalizações, que Portugal pode protagonizar eloquentemente com o caso da Renault, a outras referências já feitas e também caracterizadoras do capitalismo contemporâneo.

59. O que será fundamental é que os factos/árvores se expliquem pelo conhecimento (crítico) da realidade global/floresta e que o conhecimento desta se faça com base na consideração essencial de que é formada por aqueles.

60. Estas anotações, que se poderiam prolongar se mais tempo e engenho tivesse, não pretendem senão contribuir para reflexão no sentido do reforço da convicção da necessidade e justiça — e permanente urgência — da crítica ao capitalismo contemporâneo.

Como ponto nevrálgico da chamada “construção europeia”, Bruxelas é regularmente o epicentro de ondas de choque que fazem estremecer, com maior ou menor intensidade, os vários cantos da União Europeia, dependendo a intensidade do abalo do assunto em questão (seja o Acordo de Pescas com Marrocos, a Moeda Única, ou a definição do diâmetro das jantes dos automóveis). Porém, não terão sido assim tantas as vezes em que uma só causa provocou tantos estragos em tantos sítios diferentes. Trata-se, obviamente, da anunciada-quase-concretizada-mas-entretanto-suspensa publicação do “Diário de Uma Comissária”, da responsabilidade da comissária europeia para o Ambiente, a dinamarquesa Ritt Bjerregaard.

Ritt Bjerregaard, 54 anos de idade, e 23 de experiência parlamentar na Dinamarca, tentou, desta forma, transmitir a sua experiência de seis meses como comissária europeia, além de permitir uma maior aproximação entre a “instituição europeia e o homem da rua” despertando o interesse. Este último objectivo foi, com toda a certeza, atingido; no entanto, a forma pouco ortodoxa como Bjerregaard o fez comprometeu seriamente o seu objectivo último e pode ainda vir a prejudicá-la pessoalmente.

O seu diário, publicado sem autorização por um jornal dinamarquês e entretanto disponibilizado na Internet, contém uma descrição detalhada desses seis meses e abarca desde reflexões sobre o funcionamento das instituições comunitárias até críticas às capacidades profissionais de colegas seus, passando pela arrumação da mobília no seu domicílio em Bruxelas e descrições das comidas e hábitos locais. Habituada a grande controvérsia no seu país pelas posições tomadas relativamente a vários assuntos e também pela sua maneira de ser e agir, Bjerregaard rapidamente entrou em rota de colisão com o “estilo” de funcionamento europeu, nomeadamente a euroburocracia e a formalidade posta em tudo.

Segundo ela, é precisamente o superavit burocrático o responsável pelo facto de uma proposta poder levar até cinco anos a percorrer todas as engrenagens do aparelho para ser, finalmente, aprovada. Conta mesmo que a primeira reunião com o Comité para o Ambiente foi dominada por questões institucionais, além de que os seus membros estavam, antes de mais, preocupados em assegurar o maior poder possível.

Refere também que, em notas da direcção-geral a que teve acesso, “os parlamentares são descritos como uma espécie de oposição que quer o poder e pretende ter uma palavra a dizer sobre o trabalho das diferentes comissões e conselhos”. Bjerregaard entende tal aspiração como legítima, pois os eurodeputados devem estar em contacto com as populações que os elegeram, pelo que se impõe o estabelecimento de uma boa relação com o Parlamento Europeu (PE).

No que se refere ao relacionamento entre os diversos intervenientes com os quais contactou, a comissária dinamarquesa acha-o dominado por um espírito “mediterrânico” e “francês”, devido à grande importância que é dada à formalidade nas relações. Formalidade que, sublinhou, se estende ao vestuário.

Como consequência prática deste estilo aponta a hierarquização das relações e a escusa dos colaboradores em assumirem responsabilidades, passando-as aos superiores. E sem papas na língua Bjerregaard diz que quando precisa de aprofundar determinado assunto prefere dirigir-se ao funcionário que se ocupa dele. “A administração, no entanto, prefere que eu me dirija ao superior hierárquico, cujo conhecimento do tema, normalmente, não é superior ao meu”.

No entanto, foram as considerações tecidas no diário acerca de diversas personalidades que desencadearam a contestação da publicação e motivaram as críticas mais severas ao estilo ético (ou alegada falta do mesmo) por parte da comissária.

Assim, acusa o alemão Martin Baugeman, responsável pela indústria, de “absentismo permanente” (“espanto-me quando ele aparece para assistir a uma reunião da Comissão Europeia”). Yves Thibault de Silguy, encarregado das questões monetárias, com o qual esteve em conflito devido aos ensaios nucleares franceses, é classificado como alguém “que não está bem ao corrente”. Sobre Delors, diz que ele ameaçava muitas vezes demitir-se para ver aprovadas as suas propostas. Também Santer não escapa às suas críticas, queixando-se, por exemplo, da

apresentação que o Presidente da Comissão Europeia fez das propostas de trabalho e legislação da Comissão na parte que se refere ao Ambiente, que classificou de muito fraca.

Gonzalez, o Primeiro-ministro espanhol e Presidente em exercício da UE, é visto como “um homem interessante”, mas que “aparenta não ter vontade política”. São, sem dúvida, Jacques Chirac e a sua obstinação em levar os testes nucleares avante que recolhem os comentários mais duros: “São um exemplo típico (os testes) da necessidade que um novo Chefe de Estado tem em mostrar músculo, para que as pessoas fiquem a saber quão forte é o homem que elegeram.”

Dúvidas para reflectir

Após as coisas terem acalmado, pelo menos na aparência, fica--se na dúvida sobre o que é que realmente se passou. Terá a “intenção do livro” de Ritt Bjerregaard sido apenas um desafo sincero e desinteressado da “moça lá do Norte”, habituada a um estilo de vida e de trabalho porventura mais descontraído (como ela própria diz, “habituada durante 20 anos a ser tratada apenas como Ritt no parlamento dinamarquês”) e que subitamente se viu confrontada com os hábitos e vícios europeus? Ou foi apenas “mais uma” da pérfida e irascível Ritt, que habituou todos ao rasto de irresponsabilidade e leviandade que deixa por onde passa (como se apressaram a lembrar muitos)?

Por outro lado, a reacção rápida e firme de condenação que recebeu desde a “instituição europeia” (que a pressionou ao ponto de cancelar a publicação do livro) até aos seus adversários políticos nacionais (que exigiram a sua demissão), terá sido a reacção genuína e honesta de gente que, empenhada numa causa, se viu atingida no seu orgulho e o seu trabalho afectado? Ou terá sido o fruto de, no meio de algumas observações pessoais, Ritt Bjerregaard ter posto o dedo na ferida ao questionar, criticar abertamente e pôr a nu alguns segredos menos saudáveis e pouco abonatórios da integridade e bom funcionamento da máquina europeia ao seu mais alto nível?

São questões que permanecem em aberto e susceptíveis de provocarem muita especulação.

Sem dúvida que a comissária Bjerregaard não é nenhum anjo, além de que nem deve fazer parte dos seus planos ascender a semelhante categoria. E o que é verdade é que muitos acontecimentos menos louváveis da sua carreira contribuem para retirar credibilidade às suas denúncias. Recordar-se agora como, em 1977, teve que pedir desculpas publicamente por ter feito esperar o transporte de ligação entre o estreito do Grande Belt e, um ano depois, ter que renunciar ao cargo de ministra da Educação, após ter gasto 60 000 coroas pela instalação num luxuoso hotel de Paris, numa permanência oficial de 13 dias. Em 1991 foi destituída do cargo de presidente do grupo parlamentar social-democrata por manter a morada de Odense enquanto residia em Copenhaga, o que lhe permitia usufruir de um subsídio para deslocação de cerca de 50 000 coroas (9000 dólares).

No entanto, o que é preciso notar é que todas as referências biográficas feitas sobre Bjerregaard desde o despoletar do escândalo incidem, quase exclusivamente, sobre aspectos negativos e, realmente, pouco dignificantes, não hesitando em cair no ridículo (como a referência indignada ao facto de Bjerregaard vender maçãs do seu pomar, o que é proibido, pois os comissários europeus não podem ter outra fonte de rendimento além do seu ordenado). A apresentação exaustiva de mau génio da dinamarquesa permitiria enquadrar perfeitamente o seu livro como mais uma atitude “típica”. Mas também é legítimo perguntar: se ela era assim tão má, como é que a aturaram em cargos tão importantes durante tanto tempo?

Agora que a poeira começa a assentar, começa a tornar-se claro que o vendaval desencadeado pela publicação de partes do livro teve como principal e única vítima a própria autora que, se tiver ainda que vir a abdicar do cargo terá, no mínimo, muita dificuldade para ser levada a sério.

Já não tão claro ficou o facto de que o vendaval em torno da pessoa da comissária ocultou e afastou completamente a discussão das questões políticas e pertinentes levantadas pela comissária em relação ao funcionamento da máquina europeia.

Esta secção, em que damos voz aos leitores que nos escrevem, ganharia certamente em tornar-se mais regular. Nem sempre o espaço – ou as cartas que nos chegam e o interesse em publicar-lhes excertos significativos – permite essa regularidade. Assim, depois das eleições de há pouco mais de um mês, algumas das palavras que nos enviaram, terão perdido alguma da actualidade com que foram escritas, já que em política, o tempo, às vezes, corre mais depressa do que o calendário propõe...

► Caminhos... e auto-estradas

«Sem a construção de alguns quilómetros de auto-estradas teria sido possível reparar outras estradas já existentes, cuja degradação deu, aliás, lugar a boicotes durante as eleições. «Impor-se-ia igualmente a transformação de certos caminhos em vias minimamente circuláveis, atenuando dessa forma esta imagem de país terceiro-mundista ou de república não de bananas, porque ao menos essas valem bom dinheiro e são frutos excelentes, mas sim de batatas» (...)

Peniche, 4-11-95
Ramiro Rodrigues Cardoso

► Na ex-RDA

Comentando um artigo da imprensa diária sobre o desemprego surgido na ex-RDA após a anexação, o nosso leitor João Figueiredo, da Célula da ANA-EP, escreveu-nos em 6-10-95, tirando algumas conclusões:

«Não havia desemprego na RDA; o poder de compra não melhorou (foi introduzido o factor desemprego, deveras); os piores trabalhos (para os empregados) estão destinados, certamente, ao cidadão oriundo da ex-RDA. Outras conclusões: na ex-RDA, o desemprego era desconhecido; o poder de compra era melhor, pois não havia desemprego (não se confunda com o facto de haver, de momento, uma maior gama de mercadorias a disposição do comprador); os cidadãos da ex-RDA não eram, nem tinham de ser, encarados com simpatia ou antipatia; uma unificação política e económica de parcelas de território europeu sob a égide e na perspectiva dos interesses dominantes da RFA deve levantar legítimas suspeitas aos povos, bem assim como a todos aqueles que não gostam de ser encarados com antipatia.»

► Indignação

De Vila Real, o nosso leitor Miguel Bento enviou-nos, acompanhando a sua carta, um exemplar do jornal



«Ponto de Mira», que se auto-apelida de «voz de Trás-os-Montes», destacando um manhoso escrito de um tal Álvaro Magalhães dos Santos que, de Lisboa e «com saudades», este indivíduo produziu, golfando um seródio veneno sobre Álvaro Cunhal. O texto que o nosso leitor destacou, e que o chocou naturalmente, não merece comentários. Mas transcrevemos a seguinte observação de Miguel Bento, a quem agradecemos a carta:

«A verdade é que, 20 anos passados sobre o derrube do regime fascista em Portugal, a reacção teima em existir, e o mais grave é que o faz em jornais organizados e controlados pela Igreja Católica, como é o caso.»

► Duocracia

Protestando contra a situação criada pelos debates eleitorais, durante a campanha, o nosso leitor Manuel F. Fernandes, de Palhais, Barreiro, comparava-a com a que se viveu no país há 22 anos:

«Dum lado, os partidos da situação. Os fiéis da CEE e Maastricht. Os sociais-democratas do PS e os liberais do PSD. O Bloco Central. Do outro lado, os partidos da oposição. Porque se opõem à destruição do aparelho produtivo nacional e à governação de Portugal por Bruxelas, grandes ou pequenos, com ou sem assento na Assembleia da República, todos são silenciados e vilipendiados. Só não são perseguidos... por enquanto!

«A RTP do Estado e a SIC do Sr. Pinto Balsemão, Berlusconi nacional e pai do Bloco Central, estão de acordo. Debates não... conversas em família sim. É o máximo que podem dar depois dos monólogos marcelistas.»

► Foz Côa

De uma leitora que devidamente se identifica, mas que prefere assinar como iniciais, um desabafo:

«Vinte anos após as primeiras eleições livres, o festival de exibicionismo parece o congresso de Vilar de Perdizes (sem ofensa), onde cada um tenta vender o seu próprio milagre. Mas o cansaço e a ressaca das promessas mais que adiadas minaram os Lusitanos que ainda acreditam sê-lo. «Neste cenário surrealista, aposta-se prioritariamente no dinheiro – o que há, o que houve, o que vai haver, qual, de quem, para quem (?), por quem (?). Mostram-se propositadamente as dúvidas e os enganos, todos sonsamente a praticar a imagem da mudança que não são. «Nós» é que somos a mudança, anónimos, desiludidos ou crentes, porque somos nós a escolher.

«Apesar de tudo, podemos decidir, e eu, por exemplo, gostava de decidir por quem me garanta honestamente que não irei passar a ser «filha de pais incógnitos». A novela (o novelo) em torno das Gravuras do Vale do Côa é apenas mais um exemplo de como se brinca com coisas sérias. Não está já estraçalhado de mais o reino de Afonso?»

► Laranjas para a terceira idade

De João Nascimento Horta, esta «história» escrita ainda no tempo das laranjas...

«No primeiro dia (4 Setembro) inscrevi-me para as férias da terceira idade na Agência Arigatour sita na Av. Roma, 88 para uma estadia de 14 dias, o que para o efeito liquidei no acto a importância estabelecida de esc. 25 200\$00 proc. nº 40 213, recibo 1026 de 4/9/95. Estou muito grato pela amabilidade e carinho que me dispensaram os seus funcionários.

«Estava radiante e alegre mas fiquei moralmente abalado e revoltado pelo desfecho e pela injustiça de que fui alvo.

«Passados dias comunicaram-me que teria de pagar mais 14 contos porque só havia quartos duplos. Até aí muito bem: concordei em pagar ou, se houvesse mais uma vaga, levaria a minha mulher.

«Passados dias nova informação: pode levantar o seu dinheiro porque está tudo preenchido e já não tem lugar para si» (...)

Angola 20. anos de independência

■ Henrique Mota

Prepara-se o centenário de Demósthenes de Almeida

Muito se tem escrito e falado sobre o que foram os vinte anos após a independência da Pátria de Agostinho Neto.

Não cabe neste escrito a análise dessas duas décadas no dia-a-dia da Nação Angolana, mas tão-somente rebuscar na História Colonial figuras e factos que nos ajudem a entender como se processou no desporto angolano a acção de um homem, que pelo seu carácter e sentido universalista «moldou» gerações de desportistas e que teve em cada um deles um admirador com tal sentido de afectividade quase impossível de descrever.

Demósthenes de Almeida faleceu em Janeiro de 1972, não tendo sentido a alegria de ver a sua Terra Natal (S. Tomé) e a sua pátria adoptiva (Angola) livres.

Nascido em 19 de Agosto de 1898 e após fazer os seus estudos em Lisboa no Colégio Arriaga, inicia-se na prática do atletismo em 1918; primeiro no Cruz-Quebradense e depois no Belenenses. Em 1923 regressa a África mais concretamente a Benguela, tendo em 1925 rumado a Luanda, onde no Clube Atlético, inicia uma brilhante caminhada como atleta, para nos anos 40 enveredar pela carreira de treinador. É nesta condição que passam pela sua mão várias gerações onde encontramos figuras que na Angola independente desempenharam ou desempenham papel de relevo. De entre outros, destacamos: Américo e Diógenes Boavida (antigo Ministro da Justiça), Rui Mingas (antigo embaixador em Lisboa), Barceló de Carvalho «Bonga», (conhecido cantor angolano e antigo atleta do Benfica), Albina Assis (Ministra da Energia e Petróleos), Domingos Capindixa (antigo Internacional do Sporting), Fernando Piedade (antigo Ministro da Segurança do Estado e actual Comandante da Poli-

cia Angolana), Saidy Mingas (saudoso Ministro das Finanças e antigo atleta do Benfica), «Liceu» Vieira Dias (recentemente falecido e «Pai» da Música Angolana), Aristides Van-Dunen (antigo Secretário-Geral da Central Sindical Angolana – UNTA), e tantos outros, que tiveram em Demósthenes de Almeida o sempre e oportuno conselho, tão necessário no tempo colonial.

Demósthenes de Almeida era, para além de firme e determinado, um homem de grande coração, um humanista no pleno sentido da palavra.

Nem mesmo a tentativa de um qualquer oficial da tropa colonial que em 1961 o tentou humilhar obrigando-o a sentar-se no chão aquando de uma rusga aos Musseques de Luanda, onde vivia, alteraram o seu sentido de visão de uma guerra que se acendia, mas que nunca lhe retirou o amor pelo próximo, nem dissipou os ideais de Nacionalista Africano. É gratificante verificarmos nos tempos que passam, pessoas que tiveram o privilégio de conviver com Demósthenes de Almeida e referirem-se a este Símbolo do



Desporto Angolano como uma figura ímpar que fez parte da formação de todos nós.

Paulo Saldanha Palhares, antigo futebolista do Boavista e seu discípulo, chamava-lhe «o verdadeiro impulsionador do Atletismo Angolano», para Magalhães Monteiro, ex-dirigente do Clube Atlético de Luanda, o alcandorar a posição primeira de «Mestre de Gerações, verdadeiro Arauto de um desporto assente nos mais insígnis valores éticos e humanos».

Demósthenes de Almeida é parte de todos nós, homens e mulheres de todas as raças, mas é também e acima de tudo um referencial que é necessário não esquecer para dignificação do Desporto e da Nação Angolana. É que homens como Demósthenes de Almeida vivem para sempre!

*
Com o texto aqui publicado, recebemos também a notícia do Convívio preparatório do 100º aniversário do nascimento de Demósthenes de Almeida, a realizar-se no próximo sábado, dia 18, no Restaurante «Serra da Estrela», na Feira Popular de Lisboa. Do programa, consta o Encontro de Convidados, às 11 horas, e o almoço que se lhe segue, às 13 horas.

Guterres, ele próprio, o mesmo

«**O OUTRO GUTERRES**» foi com este título apelativo e insinuante que o Expresso (Revista) procurou atrair os seus leitores à caudalosa entrevista que lhe foi concedida pelo novo Primeiro-Ministro, António Guterres. Tal título (num jornal que se preza de não repetir notícias, de as ter sempre frescas e inéditas) indiciava revelações espectaculares, insinuava ir-nos ser revelado um Guterres desconhecido, inédito, privado, novo, «o outro Guterres», enfim, diferente daquele Guterres que todos nós conhecemos de tanto ouvir e ver.

Puro engano. Por mim, após incansáveis e pacientes buscas, frase a frase, linha a linha, palavra a palavra, tive de concluir, desiludido, que «o outro Guterres» era afinal o Guterres – Guterres, vulgar de lineu, ele próprio, o mesmo: de verbo torrencial e imparável (quando as circunstâncias assim aconselham); de frase curta, seca e definitiva – duas, três palavras atiradas como piedoso milho aos pombos ou magnânimas pérolas a porcos (quando as mesmas circunstâncias a isso obrigam); exibindo a sua conhecida e enormíssima capacidade de responder não respondendo e de não responder respondendo, assim abordando ao correr da fala toda e qualquer temática que lhe seja proposta. E se até as fotografias que acompanhavam a abundante entrevista eram de Guterres – o próprio e nem uma (nem uma só para amostra) nos mostrava «o outro Guterres» prometido, é legítimo concluir que o Expresso no quis enfiar um monumental barrete com aquele altissonante título.

Aconteceu, no entanto, que a páginas tantas (e muitas eram elas, tantas que o Expresso se viu obrigado a distribuí-las por dois longos episódios) se me depara o seguinte diálogo que, com a devida vénia, aqui transcrevo:

«Exp. – Acha que o PP é um partido sinceramente democrático?»

AG – Acho.



«Exp. – E o PCP?»

AG – O PCP tem feito um esforço para se adaptar ao sistema democrático que deve ser reconhecido. Mas gostaria de ver o PCP fazer um esforço semelhante em matéria de compreensão da importância da economia de mercado e do excesso de intervenção do Estado.

«Exp. – É curioso que tenha feito reservas em relação ao PCP e não faça nenhuma em relação ao PP, que é visto por muitos observadores como próximo da extrema-direita europeias, tipo Le Pen...»

AG – Não creio que seja justa essa apreciação. Embora em muitos aspectos o PP seja um partido bastante radical».

Penitenciando-me pela extensão da transcrição, permito-me sublinhar desde já que, a meu ver, não nos foi permitido ver «o outro Guterres»

mas que o Guterres que conhecemos ostenta, de facto, um outro estilo: sob o manto diáfano da tolerância, da abertura, do diálogo, a nudez crua do objectivo claro de continuar a política de direita. (Veja-se o que transparece do seu conceito de diálogo que é, ao que creio, trave mestra da governação guterista: ele dialoga, dialoga, dialoga e depois, se o interlocutor não se mostra receptivo às suas opiniões, ele conclui o que já havia concluído antes de iniciar o diálogo. Mas – e isso para ele é que conta – dialogou. Ou no que respeita às questões europeias: Guterres fala alto, fala alto, fala alto para os

donos da União Europeia e depois... faz o que eles já haviam decidido. Mas – e isso para ele é que conta – falou alto. A diferença em relação a Cavaco é que dialoga e fala alto; os resultados são os mesmos. Mudança de estilo, portanto.)

Mas voltemos ao supra citado diálogo Exp/AG.

Tabelionando em matéria de avaliação do grau de democraticidade de outros partidos – sabe-se lá por que superiores designios mandatado para o efeito – Guterres é claro e peremptório na decisão de considerar que o «o PP é um partido sinceramente democrático» sem necessitar sequer de fundamentar tal decisão. Claro fica, igualmente, que para Guterres o PCP não é «um partido sinceramente democrático». E neste caso, fundamenta a sua opinião.

Começemos pelo PP. As considerações de Guterres sobre este partido, as estreitas e cordiais relações que com ele mantém e o carinho e o enlevo com que a comunicação social dominante (particularmente o ramo desta mais obviamente ligado ao PS) o trata, bem como ao seu líder Manuel Monteiro, são preocupantes. É que foi assim que a Frente Nacional começou em França: com os silêncios cúmplices ou cobardes de alguma comunicação social, com os estímulos cúmplices ou «táticos» de outra comunicação social, com a complacência e o apoio concreto do PS Francês – «persuadido que o avanço da extrema direita o imunizaria contra o regresso da direita ao poder» (os resultados desta «tática»

do PS Francês estão à vista: a direita está no poder e a Frente Nacional é o que se sabe) – a Frente Nacional de

Le Pen avançou e cresceu perigosamente. A frase entre aspas é tirada de um texto do sociólogo francês Alain Hayot («Regards», Setembro de 1995, «La resistible ascension de Le Pen»), que continuarei a citar: a FN e Le Pen, diz ele, utilizam «um discurso simplista e populista, baseado nos seguintes princípios: a rejeição da injustiça social e a exigência de emprego, habitação, saúde; a rejeição da política politiquiera e do negociismo que a acompanha, a defesa de um Estado forte e incorruptível; a apologia do chefe carismático que age em comunhão directa com o povo e que, graça a isso, possui a força para impor a lei e a ordem». E, mais adiante, A. Hayot sublinha «a necessidade de mostrar que as teses da FN e as soluções que preconiza a partir delas são, não somente perigosas para a democracia, a liberdade e a dignidade humana mas também ineficazes e repressivas para o emprego, para o

futuro dos jovens, das nossas cidades, da defesa da identidade nacional e da paz no Mundo».

Dir-se-ia que Alain Hayot está a escrever sobre Portugal e sobre o PP... mas estou em crer que, para Guterres, as opiniões do sociólogo francês não-de ser consideradas banais insignificâncias, pânico despropositados de comunista alarmista..., então não se está mesmo a ver que «o PP é um partido sinceramente democrático»?; então não se está mesmo a ver que «a trajectória do PP em direcção às margens do sistema» – trajectória reconhecida pelo próprio Guterres – é uma concludente manifestação de «sinceridade democrática» por parte do partido desse Le Pen possível, na actual situação, para a direita portuguesa que é Manuel Monteiro?

Passemos agora ao PCP e às razões pelas quais Guterres não o inclui no rol dos partidos «sinceramente democráticos» cujas são, em resumo: o PCP não aceitar o sistema capitalista como o fim da História e continuar a combater a privatização, por tuta e meia e em benefício dos donos do fim da História, de todas as empresas nacionalizadas rentáveis. Assim sendo, não tenho dúvidas que o PCP nunca será, para Guterres, «um partido sinceramente democrático». E se, em gesto liberal e magnânimo ele admite considerar o PCP um partido de esquerda, logo se apressa a esclarecer, cautelosa e preventivamente, que «há valores conservadores em partidos de esquerda e valores progressistas em partidos de direita. Há nomeadamente partidos de direita que fizeram evolução no sentido da abertura, numa vertente cultural, e partidos de esquerda que se mantiveram agarrados a formas de conservadorismo ultrapassadas». Como é óbvio também no que toca à definição de esquerda e do que significa ser de esquerda hoje, Guterres, como que usufruindo de qualquer mandato divino, decide tudo sobre a matéria. E decreta deste jeito: «Hoje, a defesa de um papel significativo do Estado na Economia e nos meios de produção já não corresponde ao ideário da esquerda» – decreto que corresponde à repetição, por outras palavras, da definição que há uns tempos atrás divulgou: «ser de esquerda, há vinte anos, era estar com as nacionalizações; ser de esquerda, hoje, é estar com as privatizações». Ou seja: para Guterres, ser de esquerda, hoje, é ser como era há vinte anos e como é hoje... a direita. Valores, ideais, princípios básicos da esquerda? Isso era dan-tes. Hoje nada disso conta, ou quase nada. Hoje, tudo é diferente. É claro que «o pensamento da esquerda ainda se distingue» do da direita nalguns aspectos, nomeadamente «numa maior preocupação com as questões da solidariedade» ... mas de uma solidariedade que se adivinha qualitativamente diferente, uma solidariedade que é mais assim como que a caridadezinha necessária para tranquilização de algumas consciências que ainda por aí funcionam.

Independentemente das opiniões, decisões e directrizes de Guterres, o PCP é como sempre o foi ao longo dos seus 75 anos de vida, um partido verdadeiramente democrático, e que pela democracia e pela liberdade se bateu como nenhum outro partido nacional.

Será bom lembrar a Guterres que ainda ele não era nascido, ou era jovem mas politicamente inactivo, ou era adulto e acreditava em Marcelo Caetano... e já os comunistas lutavam pela democracia e pela liberdade – e sofriam na pele as consequências dessa luta firme e determinada: a perseguição, a prisão, a tortura, muitas vezes a morte.

Uma última observação: como se sabe há hoje em Portugal centenas e centenas de milhares de desempregados, de trabalhadores em situação de emprego precário; de reformados e pensionistas em situação de miséria (os recentes aumentos do Governo Guterres para a maioria desses reformados e pensionistas não chega ou mal chega para uma bica diária); que o trabalho infantil prolifera, que os direitos dos trabalhadores são todos os dias violados em milhares de empresas, etc., etc., etc. E é curioso que estas questões mal tenham sido abordadas na entrevista, quer pelos entrevistadores quer pelo entrevistado. Como é curioso que, mesmo quando, a voo de pássaros, abordam os problemas sociais, nunca palavra trabalhadores tenha sido utilizada...

«O outro Guterres» é, repito, o Guterres que todos conhecíamos. De novo apenas ficámos a saber que Guterres nunca (nem mesmo na sua juventude) se embriagou, que considera «bastante irreverentes» as letras «das canções do Quim Barreiros»; e que, quanto ao uso do preservativo, acha que «há situações em que o seu uso é defensável e necessário e haverá outras em que o não é»...



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

O Guterres que conhecemos ostenta, de facto, um outro estilo: sob o manto diáfano da tolerância, da abertura, do diálogo, a luz crua do objectivo claro de continuar a política de direita

PONTOS CARTEAIS

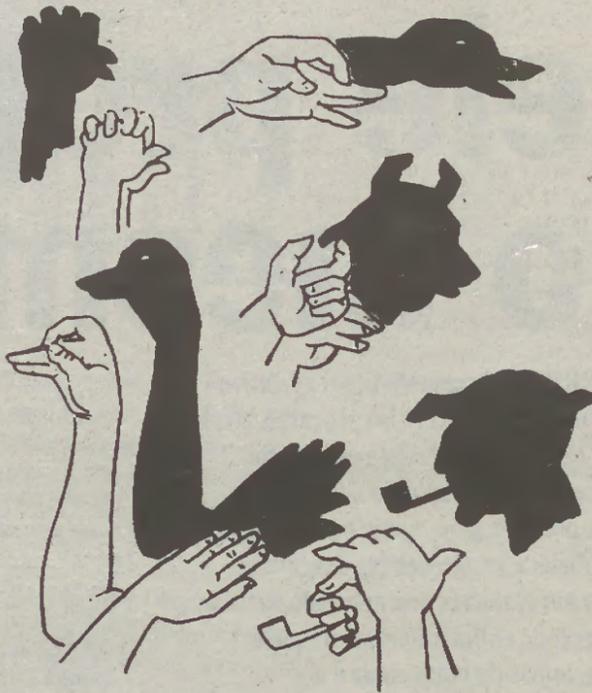
O Líder

Não vamos aqui comentar a entrevista que o novo primeiro-ministro concedeu ao "Expresso". Alguma coisa haveria a dizer, sobretudo acerca do que ele não disse. Anote-se entretanto a moderação, o cuidado, a prudência, a cautela, todas aquelas qualidades de quem não quer fazer inimigos, se calhar a braços com inimizadas internas decorrentes da vaga de independentes que quase submerge o PS e já tem provocado a alguns "históricos" comentários azedos. Anotamos, aqui e hoje, apenas, o afã jornalístico que já registámos noutros *media*, de eleger Fernando Nogueira para líder da oposição. É claro que Nogueira é o maior, senão mesmo o único, derrotado pelas eleições de Outubro. Mas ninguém elegeu o homem para dirigir a oposição, como antes ninguém o fizera a Guterres quando ele se opunha

brandamente a Cavaco Silva. Liderar a oposição não é apenas estar à frente do maior partido desta, nem sabemos se Nogueira lidera mesmo a direita com PP incluído, nem se virá a ser capaz de manter-se à cabeça do PSD. O caso é que não há figura legislativa ou regimental que cubra esta de *líder da oposição*. Como não há para a figura propagandística de *candidato a primeiro-ministro*. Não é líder quem quer. Portanto, tal como foi o PSD a indicar o líder que se lhe opunha, também é agora Guterres a corresponder gostosamente, indicando a toda a gente quem escolheu para liderar a oposição que lhe convém. Tudo isto dentro da civilizada bipolarização. Esta cordialidade só fica bem. E as boas maneiras de Guterres vão ao ponto de conceder a Nogueira "um tratamento protocolar equivalente ao de Ministro"... Não será este um modo "elegante" de preparar o futuro?

Um Cavaco novo

Cavaco Silva apresenta-se tão novo, tão limpo, tão escarolado que já ninguém o reconhece cá no país. Por efeito talvez daquela vaga azul donde sobressai no cartaz e onde ele faz figura de escanhoado que acabou de se unguir numa loção de barba... Mas a verdade é que já não são apenas os seus correlegionários de sempre. Nem os eleitores em geral se lembram deste Aníbal, embora não esqueçam o cavaquismo. A operação de maquilhagem tem sido tão profunda que parece ter revolvido a própria alma do professor de Boliqueime. Até a sua mandatária, Lígia Monteiro, vem às páginas da "Capital" garantir que "a direita não gosta



de Cavaco"! Então, quem gostará?

De que banda são?

A pretexto do Congresso do SPD alemão, que iniciava antemão os seus trabalhos em Mannheim, o "Público" reflectiu sobre a "esquerda". As "entradas jornalísticas" sucediam-se. "Por toda a parte", escrevia Maria Ermelinda Pedrosa, "na Europa, no poder ou na oposição, os partidos socialistas ou sociais-democratas, convertidos às virtudes do mercado, procuram novas bandeiras que os distingam da direita". Ao lado, um "editorialista italiano de esquerda", escrevia: "Por toda a parte, na Europa, os grandes ideais desapareceram. O capitalismo reina sem rival. E as massas apenas se interessam pelo seu bem-estar". A direita, Teresa de Sousa, acompanhava à viola: "A esquerda acabou porque é irreformável? Os partidos socialistas e sociais-democratas da Europa perderam a alma e o sentido, arrastados pela queda do muro de Berlim?" Tantas perguntas e perplexidades para tão poucas respostas encontradas. Quem perdeu a alma, a bandeira e o socialismo não foi a esquerda. Os reformistas há muito iam enfiando nas gavetas respectivas as convicções, e os ideais devem ter sido lançados na sargeta porque já não cabiam, quanto mais as bandeiras. Em tanta prosa, o que se consegue é vislumbrar que tais reformistas, que há quase uma centena de anos procuram desvirtuar o carácter da luta de classes e se arvoraram em gestores do capitalismo, adaptando-se a cada etapa da sua evolução, pretendem arranjar novos expiatórios para os seus fracassos. O muro, por exemplo, surge-lhes como uma razão de peso, tão pesado ao cair como era quando estava de pé. E o facto de as massas procurarem "o seu bem-estar" aparece-lhes também como boa desculpabilização. Afinal, a culpa é sempre dos trabalhadores e do povo.

FRASES da SEMANA

"Não é oferecendo a um metá-lúrgico ou a um operário especializado um lugar de "baby-sitter" que se resolvem os seus problemas."

☛ (Carlos Carvalhas, na discussão do Programa de Governo, citado em «Expresso», 11.11.95)

"Nunca ninguém terá o prazer de me ouvir dizer que aquilo que eu disse estava errado."

☛ (José Penedos, ex-alto responsável da EDP, actual Secretário de Estado da Energia - «Semanário», 11.11.95)

"A Direita não gosta de Cavaco"

☛ (Lígia Monteiro, mandatária de Cavaco Silva por Lisboa - «A Capital», 13.11.95)

"É mais importante para o PP a eleição de um secretário da mesa da Assembleia que a de um vice-presidente."

☛ (Manuel Monteiro, citado em «Semanário», 11.11.95)

"PSD ameaça censura"

☛ (título - «Público», 11.11.95)

"O PSD tem uma alma vigorosa e um coração muito grande."

☛ (Fernando Nogueira, na AR - «Jornal da Noite / SIC», 09.11.95)

"Antes de ser irmã do sonho, a acção é filha do rigor."

☛ (Sousa Franco, Ministro das Finanças, na AR, citado em «Público», 10.11.95)

"Nunca houve retoma económica."

☛ (Ângelo Correia - Diário Económico, 13.11.95)

"A Maria (Borges) é o símbolo de uma juventude que acha que Portugal pode ser grande no mundo."

☛ (Cavaco Silva, sobre a mandatária para a Juventude, citado em «Expresso», 11.11.95)

"Se Jorge Sampaio achar que, sem a declaração de honra do senhor Jerónimo de Sousa, ele deve estar nos debates, então eu terei de me resignar e terei de aceitar."

☛ (Cavaco Silva, citado em «Público», 11.11.95)

"(O corporativismo português) começou por ser um corporativismo de Estado, passou a pluralista e acabou no corporativismo social de Cavaco Silva, uma espécie de heranças sucessivas, como se viu."

☛ (Philippe Schmitter, analista da Universidade de Stanford - «O Diabo», 14.11.95)

"Será possível imaginar um jornal autónomo perante a estratégia do seu grupo económico? Imaginar é sempre possível..."

☛ (Mário Mesquita, no colóquio sobre Comunicação, Ética e Mercado, citado em «Público», 12.11.95)

PONTOS NATURAIS

Do meu Diário

O boneco mexe-mexe

Manuel Monteiro, sempre em acção. Lá está ele os lavradores, os pescadores. Lá está ele na Feira da Golegã... Acabo por não saber se ele vai onde as câmaras vão ou se as câmaras vão onde ele vai. A verdade é que todos os canais lhe vão escutar, atentamente, as banalidades. «Manuel Monteiro, cada vez mais popular...» Era assim que o Novo Jornal da TVI abria, há dias, uma peça. Eu, perplexo. Há nesta engrenagem algo que me escapa.

O exemplo

No TV2 Jornal. De repente, um rosto conhecido: Carlos Goes, Presidente da Câmara de Vidigueira. Vem falar-nos dos monumentais frescos descobertos na capela de Marmelar. Logo após a descoberta, as obras na capela foram suspensas, para se ouvir o conselho dos entendidos. Das várias entidades contactadas, umas não responderam, outras não têm meios. Assim prossegue o genocídio da memória. Com o protesto e a revolta de um Presidente da Câmara que recusa a cumplicidade.

Aviso

Depois da euforia inicial, em que as televisões privadas sonhavam derrubar o império consolidado da televisão oficial, a situação é quase dramática. Os dois canais da TVE, os dois canais privados, as oito estações autonómicas, lutam por conseguir uma parte do inalterável bolo publicitário controlado pela TVE em quase 70 por cento.

(Vasco Lourinho, Telejornal)

Um sorriso amargo

Os dias úteis. Debate sobre a guerra colonial. Com a presença de Patuleia Mendes, deficiente. Cego. Conta o diálogo com uma dama do Movimento Nacional Feminino: — Isso foi um acidente de viação? — Foi, sim, minha senhora. Foi um desastre de trotinete... Paira um sorriso. Um terrível sorriso de amargura.

A «pacificação» do Alentejo...

São às centenas por todo o Alentejo as empresas agrícolas que, completamente descapitalizadas, não conseguem assumir os seus compromissos perante a Banca. Uma autêntica bola de neve que acaba por colocar nas mãos das instituições de crédito propriedades inteiras que constituíam a garantia para os respectivos empréstimos. Propriedades que, depois, vendidas em hasta pública, não rendem nem nada que se pareça o valor que foi emprestado ao cliente. No litoral alentejano, mas não só, os casos multiplicam-se. Este homem, que toda a vida trabalhou na agricultura, está entre a espada e a parede. Todos os seus haveres, um dia destes, são-lhes retirados:

— Agricultor - Fomos confiando nas linhas de crédito, elas começaram a falhar, a malta começou a endividar-se, o que a gente vendia rendia pouco, o que a gente compra custa muito. Começámos a pagar os juros e a certa altura já não se apura para os juros nem para coisíssima nenhuma. Tempos difíceis para a agricultura alentejana.

(António Luiz Rafael, Telejornal)





Iniciativas comemorativas do
16º aniversário da JCP

GUIMARÃES

Sábado, 18, às 15h30
Festa-convívio na Escola C+S de Creixomil

PORTO

Sábado, 18, a partir das 21h
Magusto-convívio em Campo

VIANA DO CASTELO

Sábado, 18, às 21h30
Magusto no CT de Ponte de Lima

VALONGO

Sábado, dia 18, às 16h
Magusto.

**Reuniões e plenários
das organizações do PCP**

Almada

Plenário concelhio de Quadros: sábado, 18, às 15h, no CT concelhio de Almada.

a participação do camarada Sérgio Teixeira: sábado, 18, no CT do PCP. No final, magusto-convívio.

Colares

Plenário mensal de militantes da freguesia, com a participação do camarada Jaime da Mata: sexta-feira, dia 17, às 21h30, no CT de Mucifal.

Lisboa

Plenário de militantes do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa: sexta-feira, dia 24, às 19h15, no CT da Av. Duque de Loulé.

Covilhã

Plenário de militantes da cidade da Covilhã, com a participação do camarada Armando Morais: sexta-feira, 17, no CT do PCP.

Montijo

Plenário de militantes no Centro de Trabalho concelhio: sexta-feira, dia 17, às 21h.

Estoril

Plenário de militantes da freguesia: sábado, 18, às 16h, no Centro de Trabalho de Cascais.

Sintra

Plenário da Comissão Concelhia de Sintra para discussão da situação política e do plano de actividades do Partido para 1996: sábado, 18, das 10h às 18h no CT de Rio de Mouro. Reunião plenária da célula CM Sintra/SMAS, com a participação de Lino Paulo e Clarinda Nogueira: hoje, quinta-feira, às 18h, no CT de Rio de Mouro.

Gouveia

Debate sobre a situação política e as tarefas do Partido, promovido pela Com. Concelhia, com

Encontro CDU da Amadora

Sábado, dia 18, das 10h30 às 18h,
no CT do PCP da Brandoa

O.T.:

Orientações e objectivos para os próximos dois anos de mandato

Coruche

Sábado, 18, às 15h, no Auditório Municipal

Reunião de Quadros do Distrito de Santarém sobre Autarquias

O.T.:

Plano de actividades e linhas de intervenção para o Biénio 96/97.

Com a participação de
Luis Sá

*

No final:
Convívio

PRESIDENCIAIS



Jerónimo de Sousa

**O candidato do PCP
à Presidência da República**
estará esta semana presente nas seguintes
iniciativas da Candidatura

Hoje, dia 16

COIMBRA

no Hotel Almedina, às 12h

Declaração de Jerónimo de Sousa à Comunicação Social

Hoje, dia 16

AVEIRO

no Salão da Biblioteca Municipal de Aveiro, às 15h30

Declaração de Jerónimo de Sousa à Comunicação Social

Sexta-feira, dia 17

LISBOA

na Junta de Freguesia de Alcântara, às 15h

Sessão-debate com Reformados

Sábado, dia 18

PENICHE

no Salão Nobre do Museu de Peniche, às 16h

Debate sobre as questões das pescas e do Acordo UE/Marrocos

Segunda-feira, dia 20

SETÚBAL

no Edifício Arrábida, às 11h

Apresentação da Candidatura

ABRANTES

Sexta-feira, 17, no CT do PCP

Reunião de militantes do PCP e activistas da CDU sobre a situação política e plano de actividades/1996 com a participação de
Albano Nunes

PORTO

Sábado, 18, CT da Boavista

Debate: Política Educativa, actividade reivindicativa e novo Governo com
José Calçada e Mário David Soares

Convívios e magustos

Almada

Magusto nas instalações da Comissão de Moradores de Vale Figueira: domingo, 19, a partir das 15h30.

Magusto promovido pela Organização da Colina da Graça no CT da Graça: dia 18 a partir das 16h.

Gouveia

A Comissão Concelhia do PCP promove no próximo sábado, dia 18, a partir das 15h, um magusto-convívio aberto a camaradas e amigos, antecedido de debate - com a participação do camarada Sérgio Teixeira - sobre a actual situação política.

Leiria

Convívio com castanhas e água-pé no Centro de Trabalho: sábado, 18, a partir das 16h.

Rio de Mouro

Almoço-convívio no Centro de Trabalho: sábado, 18, às 13h (Inscrições: tels. 9131355 - 9142336 - 9165226).

Lisboa

Jantar-convívio do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa: no CT da Av. Duque de Loulé, sexta-feira, 17, a partir das 20h, com a participação da camarada Helena Medina. Magusto promovido pela Com. de Freguesia de Santo Condestável: no CT Pedro Soares, sábado, 18, a partir das 15h30.

S. Domingos de Rana

Almoço-convívio de S. Martinho no CT de Tires, com a participação do camarada José Casanova: domingo, 19, às 13h (hoje, quinta-feira, último dia para inscrições).

TEATRO

AUDITÓRIO
CARLOS ALBERTO

Porto, R. das Oliveiras. Tel. 2004540. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **BEIJO NO ASFALTO**, de Nelson Rodrigues, encenação de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe

AUDITÓRIO
CARLOS PAREDES

Lisboa, R. Gomes Pereira, 17 (Edifício da IF de Benfica). Tel. 7154565. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **O CONCÍLIO DO AMOR**, de Oskar Pannizza, encenação de David Dias, pela Companhia de Teatro Praga

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso. Tel. 6004301. De 3ª a dom. às 21.45. **VANZETTI**, de Luís Araújo, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AQUI!**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ÀS NOVE EM PONTO**, encenação de Norberto Barroca

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **PARABÉNS A VOCÊ**, de Helder Costa

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Sábados, domingos e feriados, às 16.00. **ALI-BABA E OS QUA-**

RENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

TEATRO
MIRITA CASIMIRO

Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **INVENTÁRIOS**, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez, com Ana Paula, Fernanda Neves, Teresa Corte-Real

TEATRO
MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. À 6ª, sáb. e 2ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado

TEATRO
NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **A LOUCA DE CHAILLOT**, de Jean Giraudoux, encenação de Rui Mendes, pelo elenco do Teatro Nacional D. Maria II (até 26 de Nov). Sala Estúdio: de 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **ROSA, MINHA QUE-RIDA ROSA**, de Josette Boulva e Marie Gátard, encenação de João Canijo, com Glória Quartim e Zita Duarte

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. Portas Sto. Antão. Tel. 3431200. **DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES**, de Filipe La Féria

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 19.15. **O DIA SEGUINTE**, de Luís Francisco Rebelo, encenação de João Leite

PALAVRAS CRUZADAS

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Narcóticos; 2 - Espécie de escumilha; nota musical; eternidade; nota musical; era monarca na Pérsia. 3 - Está cercada de água por todos os lados; pão sem fermento; de viva voz. 4 - Ressoa; art. espanhol; acusada; mulher que dá de mamar a filhos alheios. 5 - Antigo nome do R.D.P.; Ordem Militar; instrumento de pesca; pref.; 6 - Agora; vazio; santa e heroína francesa. 7 - Parte do chapéu; Vila Nova do distrito de Santarém; corpo aeriforme. 8 - Nome de mulher; tenho conhecimento; bilis. 9 - Batráquio; sem pai; primeiro rei dos israelitas; ande. 10 - Cólera; cont. prep. e art.; graceja; também não. 11 - Ocorrerá; filósofo grego fundador do estoicismo; roguei. 12 - Vasilha onde se recolhe o leite durante a ordenha; andavam; recentes. 13 - Trabalhadores de louça; averiguara.

VERTICAIS: 1 - A moradia dos heróis, na religião greco-latina; imagem de Jesus crucificado. 2 - Legislador de Atenas, um dos sete sábios da Grécia; praia. 3 - Existe; espécie de mangueira do Gabão; apre. 4 - Qualquer; lavrado; dentro de Paris. 5 - Letra grega; a primeira mulher; altar; ouro francês. 6 - Acolá; boca de rio. 7 - Barrete turco; afluente do Douro; aqui está. 8 - D. João foi seu mestre; acredita; indivisa. 9 - Pref.; fiteis; gosta muito. 10 - Discursiva; anel. 11 - Art. antigo; eia; já não sou; sem roupa. 12 - Negativa; capital da Argélia; prep. 13 - Nome dado pelos egípcios ao Sol; óxido de cálcio; rio da Rússia. 14 - Prova escolar; impedir. 15 - Espécie de paio; rio que banha Londres.

SOLUÇÃO DO Nº ANTERIOR

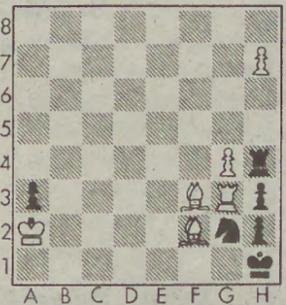
HORIZONTAIS: 1 - Napoleão; alada. 2 - Casulo; operam. 3 - Ut; sucedera. 4 - Mil; fim; ralas. 5 - In; ledas; SOS; ag. 6 - Adularas; elas. 7 - Az; secou; em. 8 - Ovo; Sócrates. 9 - Lê; mós; sabia; ir. 10 - Foles; são; ola. 11 - Crateras; al. 12 - Aurora; amolar. 13 - Siara; alisaram.

VERTICAIS: 1 - Sumi; Molucas. 2 - Tina; vê; Rui. 3 - Ac.; dão; fará. 4 - Paz; luz; motor. 5 Os; fel; tolera. 6 - Lúcidas; será. 7 - El; mares; sã. 8 - Aos; sacos; sal. 9 - Ur; socas; mi. 10 - Ocas; urbanos. 11 - Apelos; aio; lâ. 12 - Ledas; eta; dar. 13 - Ares; eme; rã. 14 - Dar; Al.; Sila. 15 - Amargos; ralé.

XADREZ

DXXXVII - 16 DE NOVEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X087
Por: ADOLF KRAEMER
Deutsches Wochenschach, 10.5.1914

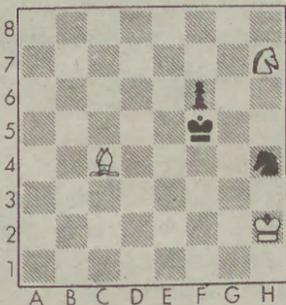
Pr.: [6]: Ps. a3, h2, h3 - Cg2 - Th4 - Rh1
Br.: [6]: Ps. g4, h7 - Bs, f2, f3 - Tg3 - Ra2



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X088
Por: AXEL AKERBLUM
1º Prémio Memorial Torneio M. & V. Platov, 1963

Pr.: [3]: Pf6 - Ch4 - Rf5
Br.: [3]: Ch7 - Bc4 - Rh2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXXXVII

Nº 1995X087 [A. K.]: 1. Ba8!, Tg4... Th7; 2. Tc3... Tb3, Te4... Tb7; 3. Tt1... Te1... Tb1 #

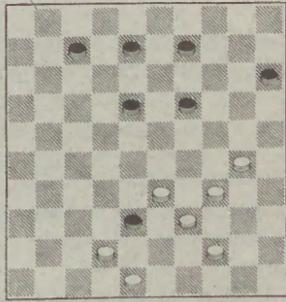
Nº 1995X088 [A. A.]: 1. Rg3!, Rg6; 2. Cf8 +, Rh5; 3. Bc2 +, Rg5; 4. Cc6 +, Rf5; 5. Cf4!, R64; 6. Rg4, R63; 7. Bdl, f5 +; 8. Rg3 + g.

A. de M. M.

DAMAS

DXXXVII - 16 DE NOVEMBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D087
Por: S. HEERWAARDEN - NL, 1934

Pr.: [7]: 7-8-9-15-18-19-38
Br.: [7]: 30-33-34-39-42-44-48



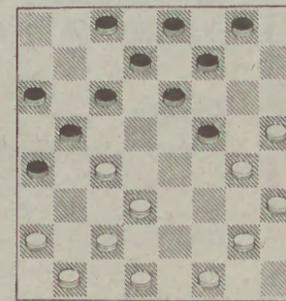
Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D088
GOLPE Nº 146
In TRICKS, TRAPS & SHOPS
De: William F. Ryan

1ª Edição, New York, 1950 [Sem indicação do autor]
Golpe conhecido por: Jacob's Jinx (O azar de Jacob) (*)

1. 11-14, 24-20; 2. 10-13, 20-16; 3. 13-17, 28-24; 4. 5-10, 32-38; 5. 1-5, 23-20; 6. 6-11, 28-23; 7. 12-15, 21-18; 8. 14-21, 25-18; 9. 10-13.

Diagrama
Pr. [11]: 16-18-20-22-23-24-26-27-29-30-31;
Br. [11]: 2-3-4-5-7-8-9-11-13-15-17 Pr. +



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXXXVII

Nº 1995D087 [S. van H.]: 1. 44-40!, (38-47-D)*; 2. 30-25!, (47-24)*; 3. 48-42, (24-47); 4. 25-20 e 5. 39-33 B+
Nº 1995D088 [N.N.]: 9. 18-14; 10. 11-18, 20-11; 11. 7-14, 16-12; 12. 8-15, 22-19; 13. 15-22, 26-1-D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 16

Loucuras em Valkeniania

«Nothing But Trouble» (EUA/1992). Real.: Dan Akyroyd. Int.: Chevy Chase, Dan Akyroyd, John Candy, Demi Moore. Cor, 89 min. *Comédia.* (22.00, TVI)

Letra e Música

«Paroles et Musique» (Fr./Can./1984). Real.: Élie Chouraqui. Int.: Christophe Lambert, Richard Anconina, Catherine Deneuve, Jacques Perrin. Cor, 103 min. *Musical.* (22.50, TV2)

As Portas Giratórias

«Les Portes Tournautes» (Can./Fr./1988). Real.: Francis Mankiewicz. Int.: Monique Spaziani, Gabriel Arcand, Jacques Penot. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (01.25, Canal 1)

SEXTA, 17

Sem Perdão

«No Mercy» (EUA/1986). Real.: Richard Pearce. Int.: Richard Gere, Kim Basinger, Jeroen Krabbé, George Dzundza, Gary Basaraba. Cor, 103 min. *Policial.* (22.00, TVI)

A Infância de Ivan

«Ivanovo Detstvo» (URSS/1962). Real.: Andrei Tarkovsky. Int.: Kolya Burlaev, Valentin Zubkov, E. Zhakirov, S. Krylov, Nikolai Grinko. P/B, 92 min. *Ver Destaque.* (23.50, TV 2)

As Chaves do Reino

«Keys to the Kingdom» (EUA). Real.: Michael Fresco. Int.: Dick Van Dyke, Daphne Ashbrooke, Kate Vernon, Angela Alverado. Cor, 93 min. *Drama.* (00.40, TVI)

Espiões como Nós

«Spies Like Us» (EUA/1985). Real.: John Landis. Int.: Chevy Chase, Dan Akyroyd, Steve Forrest, Donna Dixon, Bruce Davison. Cor, 100 min. *Ver Destaque.* (00.55, Canal 1)

O Perseguidor

«Chizo» (EUA/1989). Real.: Manny Cotto. Int.: Lisa Aliff, Maja, Aaron Eisenberg, Christopher McDonald, James Purcell. Cor, 84 min. *Thriller.* (02.35, Canal 1)

SÁBADO, 18

Ernesto na Prisão

«Ernest Goes to Jail» (EUA/1990). Real.: John Cherry. Int.: Jim Varney, Gailard Sartain, Bill Byrge, Barbara Bush, Jim Varney. Cor, 78 min. *Comédia.* (16.15, Canal 1)

O Expresso dos Malditos

«The Narrow Margin» (EUA/1990). Real.: Peter Hyams. Int.: Gene Hackman, Anne Archer, James B. Sikking, J. T. Walsh. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (16.30, SIC)

Andrew Barnes

«Trial and Error» (EUA/1992). Real.: Mark Sobel. Int.: Tim Matheson, Helen Shaver, Sean McCann, Page Fletcher. Cor, 86 min. *Drama.* (17.30, TVI)

Viagem Espacial

«Spaceways» (Gr.Br./1953). Real.: Terence Fisher. Int.: Howard Duff, Eva Bartok, Andrew Osborn, Alan Weatherley, Philip Leaver. P/B, 75 min. *Ficção Científica.* (19.40, TV 2)

Possessão

«Possession» (Fr./RFA/1981). Real.: Andrzej Zulawski. Int.: Isabelle Adjani, Sam Neill, Margit Carstensen, Heinz Bennent, Joanna Hofer. Cor, 121 min. *Ver Destaque.* (00.35, TV 2)

A Última Fronteira

«The Westerner» (EUA/1940). Real.: William Wyler. Int.: Gary Cooper, Walter Brennan, Doris Davenport, Dana Andrews, Fred Stone, Forrest Tucker. P/B, 96 min. *Ver Destaque.* (01.10, TVI)

Presas e Predadores

«Monolith» (EUA/1993). Real.: John Eyres. Int.: Bill Paxton, Lindsay Frost, John Hurt, Paul Gaus, Louis Gossett, Jr. Cor, 92 min. *Ficção Científica / Aventuras.* (01.15, Canal 1)

Os Senhores do Crime

«Crime Lords» (EUA/1989). Real.: Wayne Crawford. Int.: Wayne Crawford, Martin Hewitt, Susan Byun, Mel Castelo, James Hong. Cor, 93 min. *Thriller Policial.* (02.50, Canal 1)

DOMINGO, 19

Filhos da Escuridão

«Children of the Dark» (EUA/1993). Real.: Michael Switzer. Int.: Peter Horton, Tracy Pollan. Cor, 93 min. *Drama.* (17.10, SIC)

Flor Selvagem

«Wildflower» (EUA/1991). Real.: Diane Keaton. Int.: Beau Bridges, Susan Blakely, William McNamara, Patricia Arquette. Cor, 90 min. *Ver Destaque.* (17.30, TVI)

O Sheriff

«Rooster Cogburn» (EUA/1975). Real.: Stuart Millar. Int.: John Wayne, Katherine Hepburn, Anthony Zerbe, Richard Jordan, John McIntire. Cor, 107 min. *Western.* (19.25, TV 2)

Rosa, Uma Mulher de Fogo

«Rambling Rose» (EUA/1991). Real.: Martha Coolidge. Int.: Laura Dern, Robert Duvall, Lukas Haas, Diane Ladd, John Heard. Cor, 108 min. *Ver Destaque.* (00.00, SIC)

Os Miseráveis

«Les Misérables» (Gr.Br./1978). Real.: Glenn Jordan. Int.: Richard Jordan, Anthony Perkins, Cyril Cusack, John Gielgud, Flora Róbson, Claude Dauphin. Cor, 117 min. *Drama.* (00.30, TV 2)

SEGUNDA, 20

De Mártires a Heróis

«Miracle on Interstate 880» (EUA/1992). Real.: Robert Oscove. Int.: Ruben Blades, Len Cariou, David Morse, Sandy Duncan. Cor, 88 min. *Drama / Catástrofe.* (22.00, TVI)

Rendição Incondicional

«No Retreat, No Surrender» (EUA/1985). Real.: Corey Yuen. Int.: Jean-Claude Van Damme. Cor, 87 min. *Artes Marciais / Acção.* (22.50, SIC)

O Dono da Noite

«Hider in the House» (EUA/1989). Real.: Matthew Patrick. Int.: Gary Busey, Mimi Rogers, Michael McKean, Kurt Christopher Kinder. Cor, 109 min. *Thriller.* (01.10, Canal 1)

TERÇA, 21

A Casa da Rússia

«The Russia House» (EUA/1990). Real.: Fred Schepisi. Int.: Sean Connery, Michelle Pfeiffer, Roy Scheider, Karl Maria Brandauer, James Fox. Cor, 123 min. *Ver Destaque.* (22.15, Canal 1)

Assassino em Foco

«Killer Image» (EUA/1991). Real.: David Winning. Int.: M. Emmet Walsh, John Poyer Ferguson, Krista Erikson. Cor, 90 min. *Thriller.* (01.05, Canal 1)

QUARTA, 22

Um Monstro no Meu Quarto

«Little Monsters» (EUA/1989). Real.: Richard Allen Greenberg. Int.: Fred Savage, Howie Mandel, Ben Savage, Daniel Stern. Cor, 100 min. *Comédia/Fantasia.* (02.30, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

CUBA
Turismo e Solidariedade

Fim do Ano Tropical
Havana - Cayo Largo - Trinidad
- Pilar del Rio
27/12/95 a 5/1/96

Informações e inscrições:
Associação de Amizade Portugal-Cuba
R. Rodrigo da Fonseca, 107, ric, Esq.
Tel. 3857305

Solidariedade com CUBA

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 16

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.45 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Edera
16.00 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.20 Lotaria Nacional
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 Casados de Fresco
22.20 A Idade da Loba
23.05 Malta Gira
00.05 Murphy Brown

Sexta, 17

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.45 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.30 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 Isto É Agido
22.00 A Idade da Loba
22.50 Quem É o Quê?
23.35 24 Horas
00.05 Remate
00.30 Contos Assombrosos
00.55 Espiões Como Nós
03.20 O Perseguidor

TV 2

16.30 Automobilismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Três Dias para Ganhar
19.20 Artes e Letras: «O Século do Cinema» - IX
20.20 Irmãs
21.20 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
23.50 A Infância de Ivan

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima



«O Mundo de Cá», de Paulo Varela Gomes e Camilo Azevedo: ao domingo na TV2

TVI

10.30 Caixa de Perguntas
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Loucuras em Valkenvenia
00.30 TVI Jornal + Primeira Mão
01.00 Cagney & Lacey

Sábado, 18

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.00 Clube Disney
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 Polícias do Futuro
15.20 Uma História Amarga
16.15 Ernesto na Prisão
17.45 Pantanal
18.55 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Benfica-Boavista
22.45 Parabéns
00.40 24 Horas
01.15 Presas e Predadores
02.50 Os Senhores do Crime

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Grande Área
16.00 Andebol
18.00 Terra X
18.45 Circo
19.30 Para Além do Ano 2000
20.20 Viagem Espacial
22.00 TV2 Jornal
22.35 Cantares de Amigo
23.20 Remate
23.35 Jogo Falado
00.05 Tribunal de Polícia
00.35 Posseção

SIC

09.00 Buêrére
12.30 Portugal Radical
13.00 Felicidade
14.00 Muita Lóco
15.00 Dra. Quinn
16.00 Cosby Show
16.30 O Expresso dos Malditos
18.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Futebol: União de Leiria-Porto
22.40 Big Show Sic
01.25 Último Jornal
01.40 Minas e Armadilhas

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Troféu Carina
15.25 Hora do Recreio
16.30 Christy
17.30 Andrew Barnes
19.30 Telejornal + Grande Plano
20.55 Feita à Medida
21.30 Doido Por Ti
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.10 A Última Fronteira

Domingo, 19

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
13.55 Polícias do Futuro
14.50 86-60-86
15.35 A Lei de Burke
16.35 Homens do Rio Snowy
17.25 Robocop
18.15 A Festa dos Preços
19.05 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Guimarães-Sporting
22.35 Marco Paulo
23.50 O Renegado
00.45 24 Horas
01.20 Paixões
02.10 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 A Terra e os Homens
11.55 Regiões
12.55 Vida por Vida
13.05 Euronews
14.00 Automobilismo (Fórmula Um)
14.15 Motocross
15.45 Atletismo
17.15 Basquetebol
18.45 Atletismo
19.20 A Última Jornada
21.00 O Mundo de Cá
22.00 TV2 Jornal
22.30 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.30 Automobilismo (Fórmula Um)
00.45 Aldeia em Fuga

SIC

09.00 Buêrére
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.10 Internacional SIC
14.40 Príncipe de Belair
15.10 Olho de Falcão
16.10 Os Imortais
17.10 Filhos da Escuridão
19.10 Cenas de um Casamento
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.30 Chuva de Estrelas
24.00 Rosa, Uma Mulher de Fogo
02.15 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olho Popular!
17.30 Flor Selvagem
19.30 Telejornal
20.10 Menina Prodigio
20.50 Jogo do Ganso
23.15 Últimas Notícias
23.40 Irmãos de Sangue

Segunda, 20

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.35 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 A Idade da Loba
21.50 Noite de Reis
23.20 Orgulho e Preconceito
00.20 24 Horas
00.50 Remate
01.10 O Dono da Noite

TV 2

16.30 Uma Família Feliz
17.40 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.25 Battlefield
20.25 Contos da Cidade
21.20 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «In Concert»

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Rendição Incondicional
00.50 Último Jornal
01.05 Flash Back

TVI

10.30 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 De Mártires a Heróis
24.00 TVI Jornal
00.30 Cagney & Lacey

Terça, 21

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.35 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
21.00 A Mulher do Sr. Ministro
21.40 A Idade da Loba
22.15 A Casa da Rússia
23.50 Prova Oral
00.15 24 Horas
00.45 Remate
01.05 Assassino em Foco

TV 2

16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.10 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Rotações
20.20 Programa Discovery
21.30 Lendas e Narrativas
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Teatro - «O Meu Nome É Zora»
23.40 À Par e Passo

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Camilo & Filho, Lda.
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.50 Casos de Polícia
01.10 Último Jornal
01.25 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Futebol: Sevilha-Barcelona
23.50 TVI Jornal
00.20 Jornal de Negócios
00.50 Cagney & Lacey

Quarta, 22

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.35 Kananga do Japão
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.30 Futebol: Porto-Nantes
22.30 Nico d'Obra
23.00 A Idade da Loba
23.50 Prova Oral
01.30 24 Horas
02.00 Remate
02.30 Um Monstro no Meu Quarto

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.05 «Beat That»
19.35 Combos Como Não Há Outros
20.35 Irei para Longe
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 África Selvagem
23.50 Musical: Nina Simone

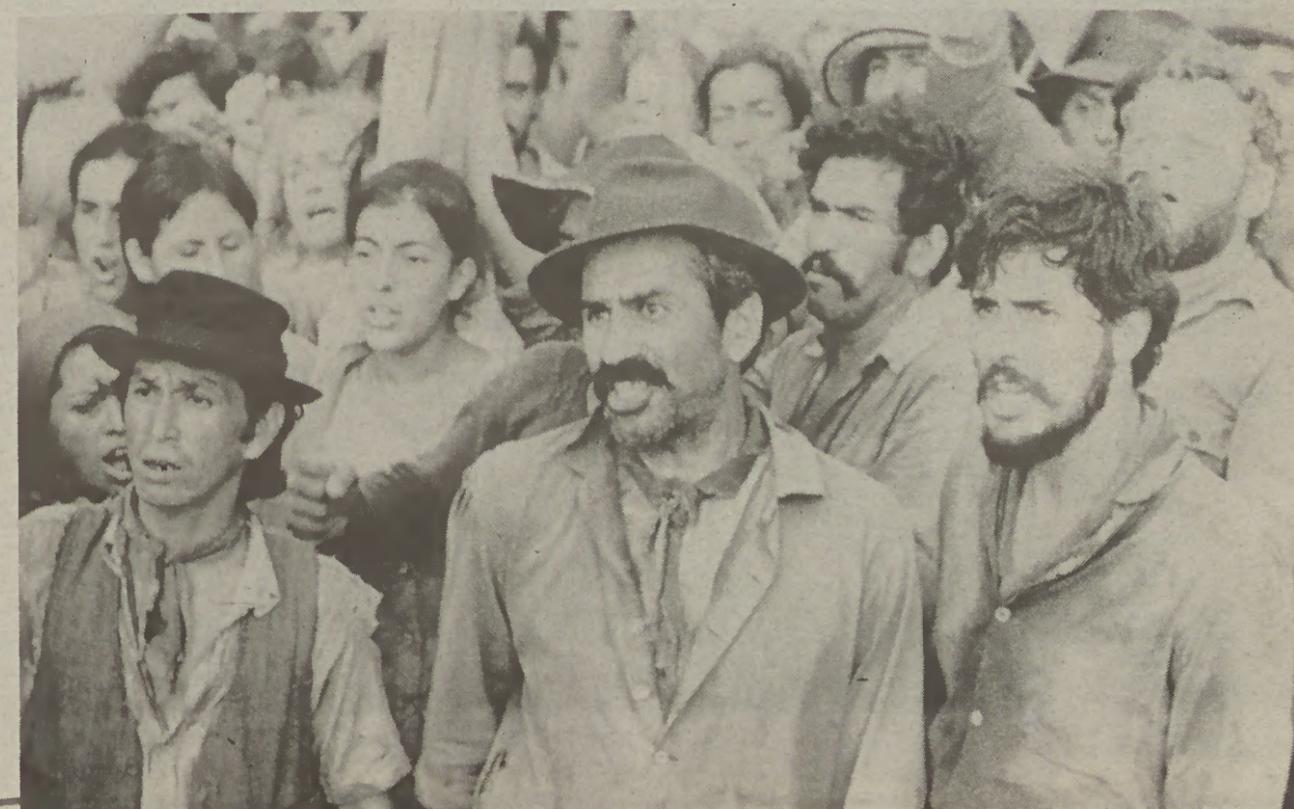
SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Número Um
00.30 Último Jornal
00.45 Toda a Verdade - Nagasaki

TVI

10.30 O 8º Dia
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Parker Lewis
15.30 A Escolha É Sua
16.00 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
17.45 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.45 Detectives na Onda
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo
01.00 Cagney & Lacey

100 Anos de Cinema Latino-Americano - os dramas e lutas dos seus povos reflectidos em filmes quase ignorados - é um trabalho do realizador brasileiro Nelson Pereira dos Santos para a série «O Século do Cinema», em exibição à sexta-feira no Canal 2 (Fotograma de «Cantata de Chile», de Humberto Solas - 1975)



Por isto e por aquilo...

As Portas Giratórias

(Quinta, 01.25, Canal 1)

Um pintor solitário descobre um dia, ao ter acesso ao diário íntimo da mãe que mal conheceu, que esta havia sido uma conhecida pianista de Jazz. Do mesmo modo, o jovem filho do pintor sente-se também fascinado pelo espírito aventureiro da avó que abandonara a família aos dezoito anos de idade para ser pianista num cinema, antes de partir para Nova Iorque onde se tornara célebre, e decide partir para aquela cidade em busca da sua desconhecida avó. O realizador Francis Mankiewicz, reconstituindo com acerto o ambiente de época, evoca com delicadeza esses anos passados e debruça-se sobre as relações fragmentadas de uma família, num filme intimista e nostálgico que claramente se distingue dos subprodutos a que o Canal 1 nos habituou a esta hora da madrugada.

A Infância de Ivan

(Sexta, 23.50, TV 2)

Neste filme impressionante - segundo de um curto ciclo que a TV 2 dedica ao cineasta Andrei Tarkovsky - somos confrontados com a história de um rapaz de 12 anos, Ivan Burlaiev, que perde os seus pais na guerra e decide ocupar-se de missões perigosas em território inimigo... até que um dia não regressa. Para os que exclusivamente se revêem na sua obra posterior, esta primeira longa-metragem de Tarkovsky costuma ser considerada, segundo os princípios tão em moda do «politicamente correcto», um exemplo acabado do «academismo» do cinema soviético! Para os que não esquecem a imensa tragédia que a II Guerra Mundial representou para o povo soviético - e assim são incapazes de se revelar cinicamente insensíveis à elevada grandeza do tema tratado e à tradução em imagens e sons desta tragédia tão admiravelmente posta em cena por Tarkovsky - a visão de *A Infância de Ivan* é, muito simplesmente, a revelação de uma primeira obra através da qual se descobria no Ocidente um cineasta de grande talento, que já anunciava, nestes seus primeiros passos, o brilhantismo invulgar da sua linguagem cinematográfica.

Espiões como Nós

(Sexta, 00.55, Canal 1)

Dois espiões são enviados pelas autoridades como disfarce para uma missão de espionagem que se destinava a fazer abortar o desencadear, por parte de um general louco, de uma guerra atómica. Vagamente inspirada na série de «filmes de itinerância» que tornaram famoso o par Bob Hope-Bing Crosby, este filme escrito por Dan Akyroyd e realizado por John Landis não podia deixar de ser uma comédia bastante pateta e relativamente medíocre (se tivermos em consideração a filmografia do seu realizador), embora da generalizada idiotice por vezes surjam alguns momentos francamente hilariantes. Para quem gosta.

O Expresso dos Malditos

(Sábado, 16.30, SIC)

A única razão pela qual este filme aqui merece um destaque é a de ser ele, como tantos outros, exemplo paradigmático da corrente dominante da produção cinematográfica norteamericana, onde se privilegia o espectáculo formal em detrimento do conteúdo, mesmo que para tal se recorra a orçamentos praticamente impraticáveis em outras cinematografias. É o caso, mais uma vez, deste filme que nos conta a história de uma mulher que é testemunha involuntária de um crime e que é conduzida sob protecção por um agente policial para comparecer perante um Grande Júri que vai julgar o caso. O primeiro problema é que as milhentas peripécias por que passam estas duas criaturas se desenrolam em condições inverosímeis que apenas são criadas para justificar múltiplas cenas de acção, ainda por cima fazendo os protagonistas - tanto

os perseguidos quanto os perseguidores - figuras de verdadeiros idiotas, tal é a incompetência revelada em cada um dos casos. Por exemplo, nas cenas de perseguição ao longo do comboio-expresso, o espectador é frequentemente surpreendido pelo facto de elas serem perfeitamente artificiais, dado que em alguns momentos é completamente impossível que, estando eles (protagonistas) à nossa frente, «em linha de vista», não dêem uns pelos outros! O segundo problema é que este argumento já foi objecto de uma outra adaptação ao cinema realizada com o mesmo título em 1952 por Richard Fleischer, num filme baratinho, verdadeiramente terrífico e claustrofóbico, que ainda hoje é considerado como um dos mais brilhantes exemplares do chamado filme de série B...

Possessão

(Sábado, 00.35, TV 2)

Cineasta que começou bastante bem mas está a acabar bastante mal, o realizador polaco Zulawsky tem-se caracterizado nos últimos tempos por um cinema histérico e frenético.



Andrei Tarkovsky, realizador de «A Infância de Ivan», na TV2



Gene Hackman e Anne Archer, numa sequência de «O Expresso dos Malditos», realizado por Peter Hyams



Lucas Haas e Laura Dern, intérpretes principais de «Rosa, Uma Mulher de Fogo», de Martha Coolidge



Michelle Pfeiffer e Sean Connery, em «Casa da Rússia» de Fred Schepisi

co. Através deste filme estranho e confuso, ele pretende retratar a vida caótica de um casal em crise que é mostrado como espelho de um mundo também em crise. As indicações soltas das referências, dizem-nos que o «Grande Mal» que paira sobre tudo isto é simbolizado pelas costas largas do Muro de Berlim... O filme é datado de 1981, entretanto o Muro já caiu... Será que já tudo está nos conformes?

A Última Fronteira

(Sábado, 01.10, TVI)

Uma das figuras centrais deste filme é o famoso juiz Roy Bean (Walter Brennan) ao qual Cole Harlin (Gary Cooper) faz uma promessa em troca da não condenação por causa de uma falsa acusação de roubo de cavalos. História de disputa de terras ao jeito do velho Oeste, este magnífico western foi admiravelmente fotografado por Gregg Toland e

realizado com mão de mestre por William Wyler. A não perder.

Flor Selvagem

(Domingo, 17.30, TVI)

Com uma história situada na América rural dos anos 30, este é um telefilme desconhecido entre nós e que as referências consideram «acima da média» para o género, com a particularidade de ter sido realizado por Diane Keaton naquela que é a sua segunda e mais recente experiência atrás das câmaras. A descobrir.

Rosa, Uma Mulher de Fogo

(Domingo, 00.00, SIC)

A adaptação do argumento deste filme esteve a cargo do próprio autor do romance em que é baseado - Calder Willingham - e a história, posta em cinema com grande sensibilidade por Martha Coolidge, uma realizadora independente, constitui um precioso retrato (contado num longo *flashback*) do quotidiano de uma família sulista que, nos anos da Depressão, é perturbada pela chegada de uma jovem extremamente sensual que deixará as marcas indeléveis, agora recordadas (fins dos anos 70) pelos protagonistas de então. Um filme com excelentes momentos de humor e emoção, em que brilham a grande altura as interpretações de Laura Dern, Robert Duvall e Diane Ladd.

A Casa da Rússia

(Terça, 22.15, Canal 1)

Com o toque «exótico» das sequências filmadas em Moscovo e em Lisboa, este filme de espionagem, saído da pena original de John Le Carré, acompanha as aventuras de um espião amador britânico (na verdade, um excêntrico editor amante dos copos) que, inicialmente contra vontade, acaba por ser enviado pelos serviços secretos à URSS para se apoderar de bem guardados e tenebrosos segredos militares. Tudo funciona «às maravilhas» em termos de produção e de distribuição de actores, sendo que os «maus» são mesmo péssimos e os «bons» são mesmo irrepreensíveis e o «cacau» da produção escorre bem disposto na enésima reprodução dos *tiques* e dos *clichés* da «guerra tépida». Mas, para além do sucesso ou insucesso da missão do improvisado espião (fartamente ruminada ao longo de um argumento escrito com assinalável inépcia), das melhores coisas que acontecem ao espectador e a Sean Connery é encontrarem, intervindo no meio disto tudo e transformada numa bela eslava, nada menos do que Michele Pfeiffer. E esta?

A crónica vítima

■ Correia da Fonseca

Olho o triste espectáculo audiovisual que é Brigitte Nielsen, que foi «sex symbol» por obra e graça do seu metro e oitenta e picos, da frescura que já teve e da celebridade do Stallone, e agora é atracção de saldo num «Parabéns» em fase de agonia. Assisto a com Herman José estraga, por excesso de brejeirices e penúria de autocritica, a caricatura das telenovelas venezuelanas dobradas em Português do Brasil. Miro tudo isso e percebo lindamente porque é que «Parabéns», que já foi ponta-de-lança na «grelha» do Canal 1, se arrasta agora por vigésimos lugares na tabela de audiências, com apenas metade do «share» atingido pelo famigerado «Big Show Sic». Miro tudo isso e tenho pena.

Muitos olhos, poucos olhos

Tenho pena porque João Baião, ao espinotar e torcer-se como o seu estilo exige, enfeitado com plumas e mascarado com desvairadas fardas, tem todo o ar de estar a dar o seu máximo, ao passo que Herman José, agora no que parece ser a fase agonizante deste seu programa, está sem dúvida a tocar o seu mínimo. Tenho pena porque hoje é sábado à noite, tempo em que presumivelmente é mais numerosa a invisível teleplateia que está diante dos televisores portugueses, e, ainda segundo os sacrossantos «ranking» que a imprensa divulga, as duas lástimas que são o programa de Herman e o de Baião têm dez vezes mais olhos a segui-las que a série «Picket Fences», que a TVI transmite à mesma hora, por isso tendo vindo a recolher alguns aplausos que porventura mitigam a amargura resultante da dominante indiferença do público.

Os aplausos endereçados à TVI decorrem da aparente coragem com que enfrenta a concorrência, em horário nobre e noite de enchente, com uma série de qualidade e não com uma droga de encher os olhos e esvaziar a alma («O Jogo do Ganso» virá no dia seguinte, domingo, curiosamente no dia de mais evidente inspiração cristã). O aplauso é justo, mas convém não exagerar: «Picket Fences» não me parece uma obra-prima. Trata-se de uma série especificamente norte-americana, o que não é defeito (o título, intraduzível, refere-se às cercas de madeira que marcam tradicionalmente os limites das propriedades rurais nos Estados Unidos, e assume aqui um óbvio sentido simbólico), e nela são abordados casos concretos do quotidiano numa imaginária pequena cidade estadunidense.

Algumas das situações serão transportáveis para outros lugares do mundo, outras nem por isso; umas e outras são encaradas numa óptica naturalmente condicionada pelos conceitos e preconceitos do «american way».

Sempre acontece, porém, um visível esforço para examinar as questões suscitadas com a lucidez possível, para apelar para a inteligência do telespectador.

Na noite em que a Nielsen exibiu na «1» os seus intermináveis conjuntos de tibia, peróneo e fémur, as duas estórias contadas por «Picket Fences», paralelas

entre si, eram de interesse desigual. Uma delas voltava a manusear já estafadas situações de desencontros geracionais, atribuindo ao lado paterno posições tão toscamente primárias que se tornavam insustentáveis. A outra denunciava a fria tecnocracia médica que desatende à humanidade específica e frágil de alguns doentes. Aí, sim, a parábola era extrapolável para os quatro cantos do mundo, designadamente para este cantinho onde a grande sabedoria médica será ou não regra geral, mas é-o a desumanização dos minimundos hospitalares e clínicos.

Excesso de zelo

A necessidade das avaliações relativizadas impõe, contudo, que passem para uma segunda linha de preocupações os exames rigorosamente críticos de séries globalmente positivas como «Picket Fences»: a grande questão é que, de qualquer modo, poucos as vêem. As tabelas de audiência garantem que cerca de um quarto do auditório máximo idealmente possível é fanático de «A Próxima Vítima», rainha das telenovelas actualmente em transmissão (e que, todas contadas, ascendem ao bonito número de dezoito), logo se lhe seguindo em impacto os programas ditos de humor («Camillo & Filho», «Os Malucos do Riso», «Os Trapaalhães»), a brasileira «História de Amor», o «Ponto de Encontro», o «Big Show», o «Luna Park» do Júlio César (quanto custará esta bacoquice supostamente à italiana?), o «Surprise Show» da Fátima «Bomba» Lopes. Pelo meio surgem os futebolis e alguns serviços noticiosos, não todos. Nada, mas nada, que solidamente possa contribuir para estimular a mínima curiosidade pelo entendimento da vida e das gentes: como se sabe, mesmo a generalidade das telenovelas já não é o que era, e do Brasil já nos chegam notícias de que até no país de origem muita gente se vai dando conta disso. Tudo, ou quase tudo, tendente a tornar cada vez mais espesso, mais coreáceo, o calo que esta TV faz crescer em torno da capacidade crítica dos telespectadores.

Não é assim porque tenha de ser nem sequer porque o Mercado o exija: Mercado é, nesta como noutras circunstâncias, apenas

um pseudónimo eufemístico que serve para cobrir interesses bem concretos que nem sequer são apenas directamente mercantis. Na verdade, as coisas são assim, e não apenas entre nós, porque, desculpem-me o primarismo, as classes dominantes coligadas transnacionalmente o querem assim: para elas, a TV maxi-imbecilizante é a mais segura. A regra e o modelo são importados aqui, gulosamente. O curioso é que, dadas as condições concretas de subdesenvolvimento cultural que ao longo dos séculos nos vêm caracterizando, por cá nem sequer era preciso fogo tão cerrado, mesmo em critérios inconfessáveis. Até as injeções mediáticas de anestésias e alucinogéneos podem ser feitas com alguma conta, peso e medida: uma crónica vítima embrutecida por excesso de drogas, ou de zelo, é dificilmente compatível com o alegado desejo de integração económica e política mesmo numa Europa dos patrões.

De facto, todas as vítimas precisam de respiração para que não se tornem simplesmente pótuas. Também no plano cultural, lato senso, porque nesse plano cultural também é oxigénio, embora a muitos não o pareça.

Uma «deixa» para o Governo

Aqui se abre uma área de imperativa intervenção, não necessariamente dirigista, a um Governo que se reclama de preocupações humanizantes que ao seu predecessor manifestamente faltavam. A TV que o país tem, alegadamente sufragada por supostas preferências de um telepúblico intoxicado por subprodutos, vitimiza inutilmente uma população de facto indefesa porque desprevenida, desinformada, cronicamente mistificada. Já é suficientemente inquietante e de todo indefensável que a TV pública, com toda a sua tremenda capacidade para incidir positiva ou negativamente sobre o nível cultural dos cidadãos, escape totalmente à acção do agora Ministério da Cultura, situação contranatura e não-inocente que aliás não é apenas portuguesa, pelo contrário. Mas o Governo é só um e deve ser uno. Por isso pode, ainda assim, assumir os deveres que lhe cabem também nesse campo, aliás fundamental. Nem se lhe pede que faça tudo o que seria preciso, que responda integralmente às verdadeiras neces-

sidades nacionais que em rigor seria imperioso não eludir. Mas é legítimo esperar que não se fique, afinal, pelo mero prosseguimento das verdadeiras práticas antinacionais que têm vindo a ser adoptadas. Isto é, que faça alguma coisa para aliviar a vítima.



de FOICE

SIC transit gloria mundi

A trajectória televisiva da SIC encaminha-a a passos largos para a história.

A história do rei vai nu.

Começando pelo princípio, como em todas as histórias, lembremo-nos da estreia da SIC no éter nacional.

Nefelibata, a estação de Carnaxide não apareceu apenas a caminhar nas nuvens, reivindicava também os céus e apresentava-os como limite.

Era o tempo dos noticiários frenéticos à falar de toda a gente, das fossadas bandeirantes pelo quotidiano do País, dos ângulos acrobáticos nos campos de futebol, das reportagens underground em demanda das cores quentes da vida.

No entusiasmo a gemer suor dos poros entrevia-se o estrebuchar edipiano contra a matriz da RTP, o que até levou a estação do Estado a pôr-se em mangas de camisa para disfarçar o engravatamento cavaquista que lhe regulava os gorgomilos da programação.

Mas como em todos os estados de graça, foi curto o voo da nefelibata. Nefelis se tornou, mergulhando do reino das aves para o viscoso mundo das sanguessugas. Chegou então o tempo do escândalo como matriz da notícia, do objecto e do chocante transformados em acontecimento, do acessório, esporádico ou lacunar erigidos em referências generalizantes. A par, foram nascendo programas e concursos onde a maior originalidade cedo se revelou na verificação que o seguinte consegue geralmente o impossível: ultrapassar o anterior numa qualquer degenerescência.

Desdenhando tudo isto, a SIC foi engrossando a voz e reivindicando estatuto: do canal mais visto, dos programas mais populares, da informação mais isenta, das iniciativas mais originais.

Tudo mais e do melhor, num auto-elogio sem dúvida coerente e ao nível dos produtos da casa. Mas apesar de inebriada pela guerra das audiências e a gula das receitas - o que lhe segrega uma penosa cegueira na percepção das obscenidades que atira à cara do País - a SIC não dispensa o seu quinhão de respeito. Neste objectivo, é meticulosa e perspicaz. Por um lado - ciente que é daí que vem o sucesso e o dinheiro fácil -, assume despreocupadamente o «estilo berlusconi» que introduziu na televisão portuguesa, indiferente a que a responsabilizem pelas carradas de lixo que despeja entre as escovas de dentes e os big shows. Por outro, é sensível como um bolo de noiva em matéria de isenção informativa.

Aí, quer usufruir um estatuto de seriedade tão impoluto como o exigido à mulher de César.

Aí, é «rigorosamente independente», acaloradamente «apartidária», guiando-se apenas e sempre por «rigorosos critérios jornalísticos» onde pontificam a «objectividade», o «dever de informar» e a «responsabilidade informativa» perante as audiências e o País.

Deve ser por tudo isso que, nos últimos 15 dias (e para não desfiarmos mais), a SIC não esteve presente nem noticiou nenhuma das cinco importantes iniciativas do PCP entretanto ocorridas, nomeadamente a apresentação de projectos na Assembleia da República, as presenças e intervenções do Secretário-Geral Carlos Carvalhas em Barcelos, na Fábrica da Cultura na Amadora e no Encontro Distrital da JCP, em Sacavém, e a apresentação, no Porto, da candidatura de Jerónimo de Sousa à Presidência da República.

Para desgraça dos bons e empenhados profissionais que também possui, bem pode a SIC escarvar arrogâncias e presunções jornalístico/informativas. Aqui, igualmente, o produto não passa dum grande negócio com marca de classe.

Nem de propósito: SIC transit gloria mundi.

Assim passa a glória do mundo...

Olhem! Afinal a SIC vai nua...

■ HC

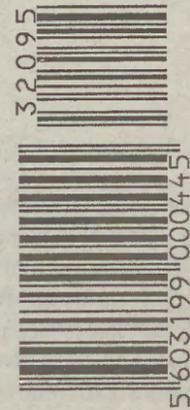
Encontro entre delegações do PCP e do PC da China

Chegou anteontem a Portugal, a convite do PCP, uma delegação do Partido Comunista da China, que se encontra de visita ao nosso país até ao próximo domingo. A delegação, dirigida por Wei Jianzing, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do PCC, tinha a aguardá-la, à chegada ao aeroporto de Lisboa, os camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Albano Nunes, do Secretariado do CC, e José Neto, do Conselho Nacional do CC do Partido. Na altura, Wei Jianzing manifestou à imprensa a "imensa alegria" de efectuar esta "visita amistosa a convite do PCP", aproveitando

para transmitir "os melhores votos ao povo português".

No próprio dia da chegada, a delegação do PCCh, que integra também Huan Guoying, do Departamento de Relações Internacionais do Comité Central, e Chen Guangwen, subsecretário do Comité Municipal

do PCCh de Pequim, realizou conversações com uma delegação do PCP, composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral, Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional, Domingos Abrantes, Albano Nunes e José Neto. No final das conversações, teve lugar um jantar de amizade



oferecido pelo Comité Central do PCP em honra da delegação chinesa.

Conforme assinala a nota do Gabinete de Imprensa do PCP divulgada ontem, "a visita da delegação do PCCh prossegue com encontros e contactos na Organização Regional de Setúbal do PCP, visitas à Câmara Municipal do Seixal e à Assembleia da República, onde se encontrará com o respectivo Presidente e com a Direcção do Grupo Parlamentar do PCP, um encontro com o Primeiro-Ministro e uma deslocação ao Norte do País".

Projecto de Resolução sobre frutas e legumes PCP contra Comissão Europeia

A discussão de uma proposta de reforma da Organização Comum de Mercado das frutas e legumes no final deste mês, durante o próximo Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia, levou o Grupo Parlamentar do PCP a convocar na terça-feira uma conferência de imprensa onde considerou a referida proposta como «gravemente lesiva dos interesses portugueses e, em particular, do sector do tomate, dos produtores e da indústria do concentrado». Na conferência de imprensa, estiveram presentes organizações de agricultores e produtores, entre elas a Confederação Nacional da Agricultura.

O PCP defendeu que a proposta da Comissão Europeia fosse rejeitada pelo Governo português e que o ministro da Agricultura trabalhasse no sentido de se adoptar como princípio-base de qualquer reforma do sector, a preservação e incremento do rendimento dos produtores.

A recusa da diminuição do apoio financeiro às organizações de produtores e, em consequência, a recusa do princípio do cofinanciamento, foi outra das ideias apresentadas por Octávio Teixeira, líder do Grupo Parlamentar do PCP, e pelo deputado Lino de Carvalho.

Os comunistas defendem a rejeição da proposta de diminuição da quota garantida a Portugal (830 mil toneladas) para a produção de tomate para a indústria e que seja aplicado o princípio da preferência comunitária e de apoios (nomeadamente indemnizações compensatórias) ao rendimento dos produtores. O PCP pensa que esta é uma forma de fazer face às exportações para a União Europeia de produções de países terceiros onde se pratica o chamado «dumping social».

Medidas de apoio à reestruturação do sector, tanto no plano

da produção como da comercialização, e outras que permitam a diminuição dos custos dos factores de produção, foram igualmente reivindicações do PCP para o sector do tomate.

Na conferência de imprensa foi anunciado que o PCP vai apresentar na Assembleia da República um Projecto de Resolução sobre esta matéria, e foi reclamada do Governo «uma posição firme de defesa dos interesses dos produtores de frutas e legumes e, em particular, dos produtores de tomate».

Semelhanças e diferenças

Na conferência de imprensa foi recordado o processo que levou à aprovação da Organização Comum do Mercado dos vinhos, que favorece a viticultura dos países setentrionais da Europa, mesmo aqueles que produzem vinho com adição de açúcar de beterraba, e traçado um paralelo com a actual negociação para as frutas e legumes.

«As frutas e legumes frescos são indubitavelmente dos subsectores da produção agrícola onde Portugal tem mais vantagens comparativas, onde Portu-

gal deve apostar, tanto mais que a União Europeia é deficitária, designadamente no que se refere aos frutos frescos e aos citrinos».

Apesar disso, a proposta agora apresentada pela Comissão Europeia pretende desincentivar a produção e diminuir o preço pago à produção, transferindo para os Estados membros da União e para as organizações de produtores, uma parte dos encargos com a gestão dos mercados.

A situação é particularmente grave no sector do tomate para a indústria pois as ajudas previstas pela Comissão Europeia seriam baseadas na média da produção das campanhas de 1991 a 1995, precisamente aquelas onde ocorreu seca e houve diminuição de produção em Portugal.

Caso a proposta da Comissão Europeia se concretize, teriam

de desaparecer cerca de 25 por cento da área de regadio dedicada à produção de tomate e de uma parte significativa das fábricas de transformação de tomate. Seria o desemprego para muitos trabalhadores da indústria de concentrado.

Situação inaceitável para o PCP, que considera esta proposta da Comissão Europeia uma tentativa de conseguir economias orçamentais à custa dos produtores do tomate e de ser «sobretudo a aplicação das conclusões do GATT (cujo texto foi aprovado pelo PS, PSD e CDS/PP) e dos acordos com países terceiros, designadamente Marrocos».

Os comunistas denunciaram ainda o facto de esta proposta «representar também, a defesa dos interesses dos grandes grupos de distribuição e centrais de compras».

Hoje, em debate Fiscalização às secretas

A fiscalização dos Serviços de Informações estará, hoje, no centro dos trabalhos parlamentares, constituindo-se no primeiro grande debate da VII Legislatura. Em apreciação estarão projectos de lei da autoria do PS e do PCP, preconizando qualquer deles medidas tendentes a reforçar o sistema de fiscalização dos Serviços de Informações.

Para a formação comunista esta é uma oportunidade para pôr cobro ao regime de "ilegalidade, violação de direitos e desvio de funções" que tem caracterizado a actuação dos SIS, repondo

simultaneamente o respeito absoluto pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Defendendo a realização de um inquérito às actuações do SIS e a urgente demissão dos seus responsáveis, o Grupo comunista prevê no articulado do seu projecto, nomeadamente, a possibilidade de o Conselho de Fiscalização, no âmbito dos seus poderes, poder solicitar directamente aos serviços de informações elementos para cumprir a missão de fiscalização e efectuar visitas, sem pré-aviso, aos mes-